Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca

BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

ARTHUR DA COSTA E SILVA

MENSAGEM
AO
CONGRESSO NACIONAL

1969

ARTHUR DA COSTA E SILVA

MENSAGEM
AO
CONGRESSO NACIONAL

BRASILIA
BRASIL

Senhores Membros do Congresso Nacional:

Temos a honra de encaminhar a Vossas Excelências, na forma do artigo 83, item XIX, da Constituição, o texto da Mensagem que o Excelentíssimo Senhor Presidente ARTHUR DA COSTA E SILVA elaborou sôbre as atividades do Poder Executivo no ano de 1968.

Brasília, 22 de outubro de 1969.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER GRÜNEWALD
AURÉLIO DE LYRA TAVARES
MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

SUMARIO

INTRODUÇAO

PARTE I

CONSOLIDAÇÃO DA RETOMADA DO DESENVOLVIMENTO

PARTE II

EXECUÇAO DO PROGRAMA ESTRATEGICO
DE DESENVOLVIMENTO

AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

INFRA-ESTRUTURA ECONÔMICA

REDUÇÃO DE CUSTOS BÁSICOS

CONSOLIDAÇÃO DE INDÚSTRIAS BÁSICAS

REFORMA ADMINISTRATIVA

PESQUISA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

INFRA-ESTRUTURA SOCIAL

DESENVOLVIMENTO REGIONAL

PARTE III

POLITICA EXTERNA E COMERCIO INTERNACIONAL

PARTE IV

JUSTIÇA E FORÇAS ARMADAS

Senhores Membros do Congresso Nacional:

Circunstâncias já incorporadas à nossa história política, e que ainda estão a merecer meditação para tirarmos tôdas as lições que nos ofereceram nestes últimos oito meses, impuseram alterações no calendário constitucional, transferindo de 1º de março para esta data o cumprimento de um dos deveres do Chefe do Poder Executivo: dar conta a Vossas Excelências de como foi conduzida a administração no segundo ano do mandato presidencial.

Para fazê-lo, não devo limitar-me à exposição dos resultados do trabalho governamental nos diferentes setores em que se executou o Programa Estratégico de Desenvolvimento, mas analisar também, com a mesma nitidez, o fato que se tornou principal do ponto de vista das relações entre os Podêres e da adequação do estado de direito aos interêsses supremos da Nação.

O 13 de dezembro foi decorrência, pura e simples, de um conflito entre duas realidades: a sobrevivência residual, mas ativa, de componentes de um passado próximo, caracterizado pela irresponsabilidade de dirigentes que pretenderam conduzir o País em sentido oposto à vocação histórica de seu povo; e a permanência dos valôres e princípios do movimento cívico de 31 de março de 1964, irresistìvelmente impulsionado pela opinião nacional, nas cidades e nos campos, congregando a população civil e as Fôrças Armadas.

Consumou-se o choque entre a Revolução, organizada e vigilante, mas sobretudo revestida de autoridade moral que lhe

permitiu conservar integralmente o apoio dos brasileiros, e a idéia obstinada da contra-Revolução, que um grupo de maus cidadãos tentou abertamente levar à prática, influenciando parcelas do meio estudantil — induzidas a confundi-la com o fenômeno universal da inquietação da juventude —, obtendo a adesão de alguns intelectuais infelizmente alienados da realidade nacional e contaminando, por fim, o próprio Congresso.

Enquanto os arautos da desordem procuravam criar o clima de intranqüilidade no qual conseguiram mergulhar a Nação, o Govêrno revolucionário trabalhava na árdua tarefa de conciliar o combate à inflação com a necessidade de intensificar o desenvolvimento econômico e social do País. Apoiado pelas Fôrças Armadas e inspirado em seu pensamento democrático, o Chefe do Govêrno fizera-se fiador da Constituição e das franquias gerais asseguradas aos cidadãos. O Congresso exercia livremente o seu alto papel de representante do povo e da Federação. As liberdades fundamentais, garantidas pelo Executivo, nunca faltara o escudo protetor do Judiciário. E a Imprensa trabalhava sem qualquer tipo de restrição.

Diante dêsse conjunto de características do sistema democrático, e na mesma medida em que lutávamos para preservá-lo em suas linhas formais, crescia, entretanto, a ousadia das tentativas de assalto pelos contra-revolucionários. A inquietação produzida no curso de todo o exercício de que se ocupa esta Mensagem — apesar dos índices expressivos de progresso que nela irão encontrar Vossas Excelências — chegou a ameaçar o ritmo do trabalho administrativo.

Já em plena marcha a contra-Revolução, tentamos ainda um derradeiro esfôrço para detê-la, com apêlo aos recursos constitucionais então ao nosso alcance. Mas o mínimo que se pedia para solução da crise nos foi negado, obrigando-se a Revolução a retomar o seu processo, para salvar-se a si mesma e à democracia, a cuja causa se consagraram os seus líderes nos dias incertos de 1964. Cumpria fazer-se uma correção na rota, em

viagem ameaçada pela tempestade mas que haveria de ser concluída em segurança, fôssem quais fôssem os sacrifícios.

A edição do AI-5 e a dos Atos subseqüentes configuraram procedimento típico de salvação pública, impôsto por grave emergência. São comuns na história das nações mais amadurecidas, e de suas instituições políticas, os lapsos de restrições determinados por emergências graves e que se hão de ter por hiatos inevitàvelmente abertos em favor da própria liberdade, condição essencial, em todos os tipos de sociedade humana, à conquista do progresso como propiciador da felicidade coletiva.

Podendo ter dissolvido o Congresso, já que fôra compelida a retomar o seu impulso de origem, a Revolução preferiu declará-lo em recesso, mantendo-o vivo e legitimando-o como instituição vital do sistema democrático. E ficando a meu alcance utilizar o recesso como instrumento para enfeixar em minhas mãos tôdas as parcelas do poder, sinto-me estimulado pela Revolução, decorridos alguns meses, a tomar a iniciativa de devolver a Vossas Excelências a parcela que lhes cabe, para que possa o Legislativo avaliar, inclusive, se a usei, enquanto dela dispus, para outros fins senão o resguardo da tranqüilidade pública e da segurança nacional, a boa ordem na administração, a correta distribuição e aplicação dos recursos orçamentários, o impulsionamento do progresso e a defesa intransigente dos interêsses do Brasil.

No momento em que Vossas Excelências voltam a reunir-se regularmente — sinal significativo de que o País não se afastou do regime democrático e de que a Revolução continua a cumprir seu compromisso político supremo — quero afirmar ao Congresso Nacional que o Brasil fêz em 1964 uma opção definitiva no rumo indicado por sua tradição liberal e cristã. Neste sentido, o 13 de dezembro nada mais foi que a confirmação do 31 de março, assim como a recente promulgação da Emenda nº 1 confirma e revigora o 24 de janeiro, quando a Revolução espontâneamente restaurou, aprimorando-o, o nosso sistema constitucional.

A História conduz-nos mas nos permite escolher entre caminhos diferentes, na medida em que nos tornamos capazes de identificar os moldes genuínos de comportamento nacional, que ela mesma aponta na constância de determinados traços definidores da psicologia dos povos.

Peço a Deus que nos inspire, a Vossas Excelências e aos responsáveis pelos demais Podêres da República, para que nos mantenhamos dignos da missão recebida do generoso povo brasileiro.

A. DA COSTA E SILVA

PARTE I

CONSOLIDAÇÃO DA RETOMADA DO DESENVOLVIMENTO

Em março de 1967, o Govêrno definiu os princípios gerais da sua política de desenvolvimento econômico, que enfatizavam o firme apoio ao setor privado e a elevação do rendimento do setor público.

A recessão que se iniciou em fins de 1966, e que aumentou de intensidade no primeiro trimestre de 1967, foi imediatamente aliviada através de estímulos positivos, gerando um clima de confiança quanto às novas perspectivas da atividade econômica.

Ao final de 1967 já se consolidava a modificação de tendência do nível de atividade econômica, em ritmo ascendente desde abril daquele ano, atingindo o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), para todo o ano, a taxa de 4,9%, a maior verificada desde 1962.

Conseguida a recuperação econômica em 1967, objetivou o Govêrno estabelecer política orientada para um *desenvolvimento auto-sustentado*, capaz de gerar os impulsos necessários ao dinamismo. A nova política, definida no Programa Estratégico de Desenvolvimento para o período 1968/1970, preconiza o desenvolvimento simultâneo e harmônico dos vários setores da economia, diversificando suas fontes de dinamismo, elevando o nível de emprêgo e promovendo a expansão do mercado, com o intuito de se obter um ritmo de crescimento anual do PIB de, no mínimo, 6%.

A estratégia de desenvolvimento adotada fundamenta o crescimento não mais exclusivamente na substituição de importações, que caracterizou a etapa anterior, mas na *aceleração* do desenvolvimento de um conjunto de setores dinâmicos, a saber:

1. consolidação das indústrias básicas (indústria de bens-de-capital, siderurgia, metais não-ferrosos, indústria química e mineração de ferro) e reorganização das indústrias tradicionais;

2. aumento da produtividade agrícola e modernização do sistema de abastecimento;

3. fortalecimento da infra-estrutura de energia, transportes e comunicações; e

4. fortalecimento da infra-estrutura social, notadamente no tocante à educação e habitação.

Os resultados obtidos em 1968 mostram o acêrto das medidas postas em prática, que determinaram a maior taxa de crescimento dos últimos 7 anos, estimada em 6,5%, no mais elevado nível de emprêgo industrial — acréscimo de 8% em relação a 1967 —, em expressiva taxa de desenvolvimento industrial, de cêrca de 15%, e no mais alto nível de exportações jamais alcançado pelo País.

No crescimento da produção industrial, assinalam-se, entre outros, os incrementos havidos na produção de veículos, 24%; aço em lingotes, 20%; gasolina, 15%; óleo diesel, 15,7%; óleo combustível, 13,8%; e cimento, 13,8%.

No tocante ao consumo de energia, índice representativo da evolução da atividade industrial, observa-se que o seu incremento, na área Rio-São Paulo, foi de 15%.

O regime de taxas flexíveis de câmbio, instituído a partir de agôsto, repercutiu favoràvelmente em todos os aspectos do Balanço de Pagamentos, além de normalizar o mercado creditício, até então sensìvelmente influenciado pela especulação cambial proveniente do sistema de reajustamentos mais espaçados.

O aumento das exportações — que atingiram US$ 1 881 milhões, crescendo 13,7% relativamente a 1967 — e o elevado saldo líquido no movimento de capitais autônomos foram suficientes para fazer face ao incremento das importações — de 28,7% em relação a 1967 — e de serviços, decorrência natural do crescimento da atividade econômica.

O *superavit* do balanço de pagamentos, associado ao comportamento favorável da conta de capital, permitiu uma elevação de US$ 100 milhões nas reservas externas, que atingiram o nível de US$ 640 milhões.

Consolidada a retomada do desenvolvimento, e diante da tendência ascendente revelada pelos indicadores de conjuntura,

com a atividade econômica atingindo setorialmente níveis significativos de expansão, espera-se que seja alcançada em 1969 uma taxa de crescimento do PIB não inferior à de 1968.

Pretende o Govêrno manter as políticas fiscal, monetária e salarial em têrmos realistas e suficientemente flexíveis, além de promover maior estímulo à eliminação das disparidades regionais, à elevação e melhor distribuição dos salários reais e à lucratividade das emprêsas, consolidando ainda mais a fase de crescimento econômico que, ao findar o ano de 1968, se processava ininterruptamente ao longo de 20 meses, fato êste que há muito não se registrava na economia brasileira.

RESULTADOS DO COMBATE À INFLAÇÃO

No combate à inflação, os resultados situaram-se dentro dos objetivos governamentais. Tais objetivos resumem-se na obtenção, cada ano, de ritmo de inflação inferior ao do ano anterior, sem a fixação de metas específicas, dada a preocupação paralela do Govêrno com a elevação do nível de atividade econômica.

O aumento do custo de vida na Guanabara, em 1968, situou-se em 24%, inferior à taxa de 24,5% registrada em 1967, tendo sido essa tendência observada nas principais capitais do País, com exceção de Belo Horizonte, onde o aumento foi ligeiramente superior. O custo de alimentação, embora tenha apresentado variação pouco maior em 1968 em relação ao ano passado (17,7% contra 14,1%), constituiu-se, ainda assim, no item que sofreu o menor aumento. Os preços por atacado cresceram pouco mais, apresentando os índices gerais uma elevação de 25%, contra 22,7% em 1967.

Tomados os índices médios, que refletem melhor a tendência dos preços, verifica-se que as taxas continuaram a reduzir-se acentuadamente, havendo os níveis médios de 1968 crescido 22% em relação a 1967, contra uma elevação de 30,5% em 1967, em relação aos níveis de 1966.

Cabe acentuar haverem êsses resultados sido obtidos apesar de vários fatôres que tenderiam a manter em ascensão as taxas

de aumento de preços, e que só não tiveram impacto inflacionário significativo graças ao acompanhamento sistemático realizado pelo Govêrno com relação aos principais aspectos da conjuntura econômica. Dentre aquêles fatôres, assinalam-se: *a*) a correção da fórmula salarial; *b*) o reajustamento do preço do aço; *c*) a antecipação de elevações de preços que, normalmente, se transferiam para o exercício seguinte; *d*) a elevação considerável dos custos de construção, em conseqüência do impacto provocado pelo programa habitacional; *e*) as menores safras observadas devido a fatôres climáticos; e *f*) a impossibilidade de financiamento parcial do *deficit* através da colocação líquida de Obrigações do Tesouro, sem elevação de sua taxa real de juros.

POLÍTICA FISCAL E MONETÁRIA

Os resultados da execução financeira governamental harmonizam-se com a programação de caixa estabelecida para o período, ressaltando desta maneira o acêrto das Autoridades Fazendárias no que respeita à política de contrôle dos gastos públicos, associada ao aperfeiçoamento do aparelho arrecadador.

Continuou o Govêrno a dispor dos instrumentos de política tributária para a consecução de sua meta econômico-financeira, inclusive os relacionados à concessão de incentivos fiscais.

A arrecadação tributária alcançou pràticamente os valôres estimados, havendo a receita atingido o montante de NCr$ 10,3 bilhões. Os diversos componentes da receita apresentaram incrementos bem elevados em relação a 1967, destacando-se o Impôsto sôbre Produtos Industrializados e o Impôsto de Renda — que tem servido de poderoso instrumento de política econômica. Todos os demais itens comportaram-se satisfatòriamente, destacando-se o Impôsto de Importação e o Impôsto Único sôbre Combustíveis e Lubrificantes.

Por outro lado, mantendo a continuidade do processo de recuperação das finanças da União, procurou o Govêrno exercer mais rígido contrôle dos gastos públicos. A programação de caixa estabelecia gastos no montante de NCr$ 10,98 bilhões e o dispêndio ocorrido situou-se apenas 4,7% acima da previsão, evidenciando o contrôle exercido.

O *deficit* de caixa situou-se no nível programado, de NCr$ 1,2 bilhão, idêntico, em valor absoluto, ao verificado em 1967, porém 24% inferior em têrmos reais. A percentagem do *deficit* de caixa em relação ao PIB caiu, assim, de 2,1% em 1967 para 1,6% em 1968, nível êsse que deverá ainda ser substancialmente reduzido.

Paralelamente ao aumento da receita disponível da União, procurou-se evitar que a redução das transferências à conta do Fundo de Participação dos Estados e Municípios provocasse impactos negativos sôbre as finanças estaduais e municipais, especialmente no Norte e Nordeste do País.

No campo da política monetária, foram executadas várias medidas tendentes à diminuição das taxas de juros e outros ônus financeiros. O mercado financeiro em geral está operando a taxas menores. As emissões de papel-moeda atingiram NCr$ 1,5 bilhão, em decorrência da maior procura de moeda que normalmente se verifica no fim de ano, ficando entretanto previsto o recolhimento de parcela substancial no primeiro trimestre do exercício seguinte.

Os empréstimos do sistema bancário expandiram-se a taxa superior a 50%, sendo ainda mais significativo o aumento dos empréstimos ao setor privado. Êste fato representou um decisivo apoio à manutenção e à aceleração do nível de atividade econômica.

POLÍTICA DE CRÉDITO

Os depósitos do público à vista nos bancos comerciais apresentaram um incremento de 36%, em contraposição à expansão de 1967, que foi da ordem de 55,4%. Os empréstimos ao setor privado pela rêde bancária particular aumentaram de 57%.

O Banco do Brasil imprimiu maior dinamismo à sua atuação. Várias medidas foram postas em prática, possibilitando assistência mais efetiva às atividades econômicas nacionais, através de créditos adequados e oportunos concedidos à agricultura, à pecuária, à indústria e ao comércio.

Visando colaborar com o esfôrço governamental no sentido de reduzir os custos financeiros das atividades assistidas, decidiu

o Banco reduzir de 22% para 18% as taxas anuais de desconto dos títulos decorrentes da comercialização de produtos agropecuários.

As aplicações totais do Banco foram superiores a NCr$ 10 bilhões. O maior volume dos empréstimos foi destinado às atividades diretamente ligadas à produção, tendo as operações com essa finalidade apresentado expansão de 57%. Por outro lado, as aplicações destinadas às atividades agropecuárias, nas fases de produção e comercialização, tomadas em seu conjunto, representaram cêrca de 48% do total, o que bem evidencia a importância do amparo prestado pelo Banco do Brasil ao setor rural do País. Não se descurou tampouco da atividade industrial, que vem recebendo apoio em tôdas as fases do processo produtivo. Tais aplicações apresentaram expansão de 55%.

A ênfase dada à melhoria da produtividade do setor rural é realçada pelos financiamentos para tratores e implementos de fabricação nacional e para aquisição de adubos e fertilizantes, cujos saldos apresentaram incremento de 46%. Quanto à política de sustentação de preços mínimos, o crescimento das aplicações atingiu o percentual de 36,5%.

As atividades do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico também continuaram no mesmo ritmo de expansão e diversificação que caracterizou o funcionamento da entidade no ano anterior. A colaboração financeira prestada pelo Banco atingiu NCr$ 990 milhões, sendo NCr$ 607 milhões à conta do Fundo de Reaparelhamento Econômico e NCr$ 376 milhões distribuídos pelos diversos Fundos especiais, sem contar os avais concedidos a financiamentos externos, no montante de NCr$ 347 milhões. O total de financiamentos superou em 31% o volume aplicado em 1967.

Êsse crescimento assume maior significado quando se considera o grau de diversificação setorial alcançado, em comparação com os últimos exercícios, em que os financiamentos à siderurgia absorviam quase metade dos recursos do Banco. Em 1968 apenas cêrca de 6% das aplicações tiveram êsse destino.

Em decorrência da ampliação dos critérios de enquadramento, o BNDE recebeu inúmeras solicitações de cooperação financeira nos três novos setores beneficiados, quais sejam, as atividades agropecuárias integradas, telecomunicações e pesquisas mineralógicas. Foram aprovadas várias operações à conta dos convênios assinados no ano anterior com órgãos da administração indireta.

Prosseguindo na sua política de proporcionar ao empresariado nacional acesso ao maior número possível de fontes de fornecimento de equipamentos estrangeiros sem similar nacional, o BNDE realizou convênios com várias entidades estrangeiras. Os novos convênios e os assinados anteriormente somam mais de US$ 100 milhões.

OS NOVOS INSTRUMENTOS DE POLÍTICA ECONÔMICA

Em 1967 e 1968, dentro da estratégia desde o início adotada pelo atual Govêrno, foi possível impulsionar a economia brasileira para nôvo patamar de crescimento, reduzindo consideràvelmente a taxa de inflação. A relativa estabilidade de preços, como condição do crescimento acelerado e auto-sustentável, constitui idéia-mestra do Programa Estratégico de Desenvolvimento. Pretende-se, agora, avançar nôvo passo na expansão dos níveis de produção, emprêgo e investimentos, e, ao mesmo tempo, levar os assalariados e as classes de baixa renda, em geral, a participarem dos resultados do progresso econômico.

A partir da segunda quinzena de dezembro de 1968, o Govêrno Federal iniciou nova escalada na execução do Programa Estratégico de Desenvolvimento, através de um conjunto de medidas destinadas a acelerar a consecução de suas metas.

As novas medidas destinam-se, bàsicamente, a fortalecer a emprêsa privada nacional, reduzir o *deficit* de caixa e aumentar a eficiência do setor público. Servem, simultâneamente, aos objetivos de atacar decisivamente o problema da inflação e elevar a taxa de crescimento do PIB. Outras providências objetivam acelerar o progresso social, tendo em vista o bem-estar das classes de menor renda.

Os novos instrumentos criados dizem respeito à programação financeira do Tesouro para 1969, fixando um *deficit* de no máximo NCr$ 1 170 milhões, através da contenção de gastos, inclusive de pessoal. Êsse *deficit* poderá ser reduzido substancialmente através de novas providências já adotadas: redução do Fundo de Participação de Estados e Municípios (Ato Complementar nº 40), proibição de quaisquer admissões, mesmo para prestação de serviços mediante recibo, proibição de gastos adiáveis ou supérfluos, contenção do regime de tempo integral e despesas no exterior.

Dentre as medidas, cabe destacar a modificação introduzida pelo Ato Complementar nº 40 no Fundo de Participação dos Estados e Municípios. A transferência de receita tributária federal para as unidades federadas e municipais, elevada de 14 para 20% em 1968 por fôrça da Constituição, passou a constituir carga excessiva para as disponibilidades do Tesouro e fator limitativo para a execução do programa de redução do *deficit* de caixa. Por outro lado, a inexistência de um esquema de prioridades para a aplicação dos recursos do FPEM provocou a ocorrência de distorções na sua utilização.

O Ato Complementar nº 40 reduziu o Fundo para 12% da receita dos impostos de venda e produtos industrializados, situando-o em nível adequado em relação ao programa financeiro da União. Estabeleceu, também, sistema de contrôle de sua aplicação e previu a coordenação dos programas estaduais com as prioridades e diretrizes estabelecidas pelo Govêrno Federal. Tendo em vista que o FPEM constitui parcela substancial da receita das áreas menos desenvolvidas, foi assegurado tratamento especial aos Estados do Nordeste e Norte, para que a redução do Fundo não prejudicasse os seus programas prioritários.

Procurou-se, ao mesmo tempo, atualizar, racionalizar e tornar mais eficiente, nos seus objetivos econômicos e sociais, a legislação tributária nacional.

Estabeleceu-se sistema de acompanhamento para execução do Programa Estratégico de Desenvolvimento, bem como sistema de

coordenação que assegura caráter integrado às medidas a serem adotadas.

A fim de permitir a compatibilização da atuação de Estados e Municípios com a política nacional de contenção da inflação e fortalecimento do setor privado, estabeleceram-se normas para a ação daquelas esferas de govêrno em matéria de dispêndios de pessoal e poder de tributação. Juntamente com a resolução do Senado Federal que regulou o acesso das mesmas unidades ao mercado de capitais, completou-se o quadro geral de uma estratégia de estímulos e contrôles orientados no sentido do aumento da eficiência do setor público, a nível federal, estadual e municipal, sem prejuízo do atendimento de suas funções básicas.

Ordenado e consistente foi, igualmente, o elenco de providências visando de modo mais direto ao fortalecimento do setor privado, expansão e racionalização do mercado de capitais e do sistema financeiro nacional. Outros aspectos de política econômica foram objeto de nova legislação, de caráter específico.

A atuação governamental prossegue com tôda a ênfase no setor econômico-social, mencionando-se em particular a criação de instrumentos para a dinamização da Reforma Agrária e a implantação da Reforma Universitária.

MERCADO DE CAPITAIS

A política de aperfeiçoamento e saneamento das instituições que operam no mercado de capitais tem objetivado atender adequadamente às necessidades de recursos das atividades produtoras. A orientação adotada procurou assegurar o fortalecimento da estrutura das entidades financeiras, através de estímulos à fusão de estabelecimentos bancários e delimitação da área de atuação de cada instituição financeira.

Continuou o Govêrno a implementar a Lei nº 4 728, de 14 de julho de 1965, que regula o mercado de capitais e estabelece medidas para seu desenvolvimento. Assim, através das Resoluções nº 88, de 30 de janeiro de 1968, e nº 95, de 19 de julho de

1968, o Conselho Monetário Nacional, respectivamente, disciplinou o registro das emprêsas e emissões de títulos e valôres mobiliários para colocação junto ao público, fixando limite para as taxas de colocação e distribuição, bem como alterou a tabela de corretagem aplicada pelos membros das Bôlsas de Valôres.

Como medida complementar que se impunha para fortalecer o mercado de capitais, o Govêrno propôs a limitação de novas emissões de títulos públicos estaduais e municipais, em face do nível excessivo que estavam atingindo essas operações e das elevadas taxas de juros; em decorrência, o Senado Federal adotou nesse sentido a Resolução nº 58, de 28 de outubro de 1968. Por outro lado, disciplinou o Govêrno a aplicação das reservas técnicas das companhias de seguro, através da Resolução nº 92, de 26 de junho de 1968, do Banco Central.

Concomitantemente, o Decreto-lei nº 157, de 10 de fevereiro de 1967, continuou a possibilitar o suprimento de capital de giro, em condições mais favoráveis do que as vigentes no mercado financeiro. Resultados satisfatórios já puderam ser observados, ao findar o ano de 1968, em relação às emprêsas registradas para a colocação de novas emissões de capital com recursos propiciados pelo referido decreto-lei.

PARTE II

EXECUÇÃO DO PROGRAMA ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO

AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

O Programa Estratégico do Govêrno Federal atribuiu ao setor agrícola papel dos mais relevantes na retomada do desenvolvimento econômico. Através da transformação tecnológica do meio rural e da modernização do sistema de comercialização de produtos agrícolas, objetiva-se fortalecer a agricultura, melhorar as condições de vida da população rural e integrá-la nas grandes correntes do mercado interno, cuja expansão é essencial ao desenvolvimento econômico.

A execução do Programa Estratégico e a implantação progressiva da Reforma Administrativa tiveram efeitos favoráveis no aperfeiçoamento dos órgãos encarregados de tarefas de acompanhamento, contrôle e execução. Consolidou-se o comando central da atuação no setor agrícola, através do fortalecimento do Ministério da Agricultura, eliminando o paralelismo e dispersão anteriormente existentes. Nos casos de tarefas que requerem a ação conjunta de diversos órgãos do Govêrno, tais como irrigação e Reforma Agrária, medidas foram adotadas para se obter maior articulação entre os setores responsáveis, sem prejuízo da subdivisão hierárquica de atribuições estabelecida pela legislação vigente.

Crescimento do Produto Agrícola

Os dados globais sôbre o crescimento da produção agrícola em 1968 apresentam um quadro satisfatório, se excluirmos do cômputo global a produção de café, que declinou em relação à registrada em 1967. Assim considerado, o produto agrícola teve em 1968 um incremento de cêrca de 4%, devendo salientar-se que

a safra de 1967 fôra bastante favorável, com um aumento, em relação a 1966, de cêrca de 7%. A média das safras dos anos de 1967 e 1968 situa-se, dêste modo, dentro das previsões do Programa Estratégico, sendo normais as variações cíclicas anuais, em decorrência, principalmente, de condições climáticas. Por seu turno, a produção de café, que totalizara 24,5 milhões de sacas em 1967, decresceu para 18,5 milhões em 1968.

No quadro a seguir, relacionam-se os dados da produção agrícola do Brasil nos anos de 1967 e 1968.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA NO BRASIL — 1967/1968

PRODUTOS	QUANTIDADE (1 000 t)		VALOR A PREÇOS DE 1967 (NCr$ milhão)	
	1967	1968	1967	1968
Algodão	1 692	1 814	601	645
Amendoim	751	778	139	144
Arroz	6 792	6 975	1 402	1 440
Banana (*)	403	436	318	348
Batata inglêsa	1 467	1 579	232	250
Cacau	195	183	143	135
Café	3 015	2 252	1 089	813
Cana-de-açúcar	77 087	81 034	813	855
Feijão	2 554	2 531	660	654
Mandioca	27 268	29 105	706	754
Milho	12 825	13 124	1 186	1 214
Soja	716	736	111	114
Trigo	334	415	101	125

(*) Em milhões de cachos.

Um dos aspectos mais importantes a assinalar em 1968 foi a contínua tendência para maior estabilidade dos preços dos produtos alimentícios. Assim é que o custo de vida em 1968 teve um aumento de 24% em relação a 1967, enquanto que no item alimentação o acréscimo foi de 17,7%. Ao nível dos preços por atacado, o índice geral acusou um aumento de 25%, experimentando o dos produtos agrícolas um incremento sòmente de 16,4%.

Pesquisa Agrícola

Os Institutos de Pesquisa e Experimentação Agropecuária, localizados nas diversas regiões do País, prosseguiram nos seus trabalhos, que objetivam a melhoria das principais culturas e das criações animais de maior significação econômica. Em 1968 foram organizados dois novos Institutos de Pesquisa e Experimentação: o IPEAME, com sede em Colombo e atuação nos Estados do Paraná e de São Paulo, e o IPEAO, sediado em Campo Grande e com área de atuação em Mato Grosso e Rondônia.

No que se refere à aplicação de recursos na pesquisa agrícola em 1968, reservou-se para êsse fim a importância de NCr$ 10,4 milhões, de acôrdo com a seguinte distribuição:

	NCr$ 1 000
Pesquisas Fitotécnicas	5 125
Pesquisas Zootécnicas	2 870
Pesquisas Pedológicas	1 490
Pesquisas Tecnológicas	296
Pesquisas sôbre Oleaginosas	630

A execução orçamentária do programa de pesquisas logrou mobilizar a totalidade dos recursos previstos, tendo-se procurado evitar inclusão dêsse programa no Fundo de Contenção de Despesas, em face de sua elevada prioridade.

Programa de Sementes

O Programa Estratégico estabeleceu metas a atingir no tocante à utilização de sementes melhoradas, procurando ampliar sensìvelmente as quantidades empregadas na cultura das principais espécies vegetais. O Programa de Sementes compreendeu não só a definição da política governamental, fixando a competência do setor público e da iniciativa privada na multiplicação e distribuição de sementes melhoradas, como também a elaboração de projeto específico, em conjunto com as principais emprêsas privadas

produtoras de sementes e com os órgãos governamentais de pesquisa, o qual deverá ser apresentado ao Banco Interamericano de Desenvolvimento.

No Programa de Sementes, foram aplicados pelo Ministério da Agricultura NCr$ 3,2 milhões.

Fertilizantes e Corretivos

A venda de fertilizantes em 1968 acusou um volume superior em cêrca de 30% ao registrado em 1967, que, por sua vez, já indicara incremento de 59% em relação ao de 1966.

Os investimentos que vêm sendo levados a efeito no Brasil na indústria de fertilizantes proporcionarão, em breve, auto-suficiência em matéria de nitrogenados e fosfatados. Recentes descobertas de jazidas de carnalita e silvinita no Nordeste abrem, ao mesmo tempo, amplas perspectivas à produção em nosso País de fertilizantes potássicos, realizando-se, nesse sentido, estudos específicos pelos órgãos do Govêrno.

Irrigação

Grande esfôrço tem sido desenvolvido pelo Govêrno Federal, através dos órgãos executivos do Ministério do Interior (SUDENE, DNOCS, SUVALE, DNOS) e com o apoio dos Ministérios do Planejamento e Coordenação Geral, da Agricultura e da Fazenda, objetivando a execução de projetos integrados de irrigação, de modo a aproveitar-se adequadamente a água acumulada, sobretudo no Nordeste, resultante da construção de açudes públicos e privados.

O Programa Estratégico relacionou 13 projetos prioritários de irrigação, mobilizando no triênio 1968/1970 o total de NCr$ 145 milhões. Em 1968 foram aplicados nesses projetos NCr$ 64 milhões.

A fim de se obter maior integração dos órgãos do Govêrno Federal e de se acelerar a execução dos projetos prioritários, foi criado pelo Decreto nº 63 775, de 11 de dezembro de 1968, o

Grupo Executivo de Irrigação para o Desenvolvimento Agrícola — GEIDA.

De acôrdo com o esquema traçado em 1968, o programa de irrigação divide-se em três etapas: elaboração do Plano Nacional de Irrigação; implementação de projetos específicos que se encontram em fase mais adiantada nos Vales do Jaguaribe (Projeto Morada Nova) e São Francisco (Projetos Bebedouro e Favela); e, finalmente, preparo de outros projetos, com base nos estudos resultantes do Plano Nacional de Irrigação.

Mecanização

O Govêrno Federal vem estudando diversos projetos destinados a incentivar a mecanização da agricultura, nas áreas e culturas mais aconselháveis, atendidos os aspectos básicos relacionados com a ocupação da mão-de-obra rural. Nos têrmos do Programa Estratégico, objetiva-se a meta de 101 mil tratores operando na agricultura em 1970.

Nesse sentido, o Govêrno suspendeu a incidência do IPI sôbre o trator até dezembro de 1968, podendo-se assinalar que, em resultado dos estímulos governamentais, a produção da indústria nacional de tratores apresentou sensível incremento, da ordem de 45,5% em relação à de 1967. O Banco Central, por seu turno, colocou em execução esquemas especiais de financiamento para tratores agrícolas, com prazos de até quatro anos. Já o montante de recursos vinculados pela CREAI do Banco do Brasil S. A. para financiamento de tratores atingiu NCr$ 400 milhões em 1968, importância suficiente para atender à demanda existente. Estudam-se, no entanto, novos planos de financiamento, de forma a simplificar, ainda mais, a concessão de empréstimos para aquisição de máquinas agrícolas.

Eletrificação Rural

Concluiu-se em 1968 projeto de desenvolvimento da eletrificação rural que deverá beneficiar, em sua primeira fase, 30 mil propriedades agrícolas em nove unidades da Federação, mobili-

zando recursos da ordem de US$ 59,5 milhões em três anos, sendo US$ 28,5 milhões do BID, US$ 17,4 milhões do INDA e US$ 13,6 milhões de cooperativas de eletrificação rural. O referido projeto iniciará uma fase mais intensa de eletrificação rural no País, permitindo expansão da industrialização de produtos agropecuários, meio de elevação da renda agrícola e fonte de ocupação da mão-de-obra no setor rural.

Por outro lado, procedeu-se a estudos para a adoção de nôvo esquema institucional, com a criação do Fundo Nacional de Eletrificação Rural e de emprêsa subsidiária da ELETROBRÁS para dar desenvolvimento ao programa.

Extensão Rural

Sob a coordenação da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural — ABCAR e execução através de suas filiadas em todo o País, foram aplicados em 1968, dentro do Sistema Brasileiro de Extensão Rural, recursos federais da ordem de NCr$ 20 milhões. O Sistema conta com 21 entidades estaduais, tendo sido instalada a do Acre em 1968; dispõe, ainda, de 7 centros de treinamento especializado e de uma rêde de 997 escritórios municipais e 148 regionais, onde atuam 2 209 técnicos.

Pelo Decreto nº 62 798, de 31 de maio de 1968, foi criado Grupo de Trabalho a fim de estudar e propor medidas visando à maior integração dos serviços de extensão dentro dos programas do Govêrno, preservadas as características de entidade particular da ABCAR e suas filiadas, e de acôrdo com os princípios básicos da Reforma Administrativa.

Desenvolvimento Florestal

Os incentivos fiscais no setor de florestamento e reflorestamento, concedidos pela Lei nº 5 106, de 2 de setembro de 1966, concorreram para a aprovação, pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, de projetos de plantio de cêrca de

450 milhões de árvores, numa área total de 196 mil hectares, correspondendo a um investimento superior a NCr$ 180 milhões. Êsses projetos se encontram em execução em 11 unidades da Federação.

Reforma Agrária

O Govêrno Federal decidiu imprimir ritmo mais acelerado à execução da Reforma Agrária, criando, pelo Decreto nº 63 250, de 18 de setembro de 1968, Grupo de Trabalho Interministerial com a tarefa de identificar obstáculos de caráter técnico, financeiro, administrativo e legal que têm dificultado a realização da Reforma Agrária.

O relatório do Grupo de Trabalho aponta uma série de medidas objetivas com a finalidade de intensificar a Reforma Agrária. Entre as principais, figuram a adoção de nôvo mecanismo de desapropriação de terras nas áreas prioritárias, a definição de recursos financeiros para execução do programa, a criação de um Fundo Especial destinado a atender ao crédito para os beneficiários da Reforma, o estabelecimento de pressupostos básicos para a designação de áreas prioritárias e a fixação de novos critérios para a elaboração de projetos de Reforma Agrária.

Produção Animal e Defesa Sanitária

Os principais planos e projetos de desenvolvimento da produção animal e de defesa sanitária, previstos no Programa Estratégico, tiveram pleno desenvolvimento em 1968.

Um dos programas de grande significação foi o de combate à febre aftosa, no qual foram aplicados, em 1968, NCr$ 3 milhões. Concluiu-se um projeto que envolverá dispêndios da ordem de US$ 60 milhões, projeto êste que, implementado, deverá proporcionar grande avanço no combate à doença no País.

Foi montada definitivamente a estrutura do projeto de desenvolvimento da pecuária de corte, em que são utilizados recursos

do Banco Mundial, no montante de US$ 40 milhões, e aplicações do Govêrno brasileiro em igual importância. Apesar de certa retração inicial dos produtores na área do projeto, que abrange os Estados do Rio Grande do Sul, Mato Grosso, São Paulo, Paraná, Goiás e Minas Gerais, foram recebidas, até novembro de 1968, 336 propostas de financiamento, alcançando um investimento da ordem de NCr$ 114 milhões, o que dá idéia do pleno êxito do programa cuja implementação se vem procurando acelerar.

Ainda no que se refere à pecuária de corte, cabe assinalar a apresentação ao Banco Interamericano de Desenvolvimento de projeto semelhante ao anterior, já em vias de aprovação, destinado a atender aos Estados de Minas Gerais (na região não beneficiada pelo projeto do Banco Mundial), Bahia e Espírito Santo, num montante total de US$ 52 milhões, dos quais US$ 26 milhões deverão ser financiados pelo BID.

Pesca

Teve continuidade a ampliação das atividades do setor pesqueiro no País, administrando a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca — SUDEPE os incentivos fiscais que com êsse objetivo foram previstos pelo Decreto-lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967.

No exercício de 1968 foram aprovados projetos da ordem de NCr$ 350 milhões, abrangendo as etapas de captura (29% do montante), industrialização (51%), comercialização (10%), além de projetos integrados (10%). A necessidade de se dar maior ênfase aos projetos que contemplam a comercialização levou a SUDEPE a estabelecer ordem de prioridade nesse sentido. Por outro lado, vêm sendo elaborados projetos para a construção de portos pesqueiros.

Assinala-se ainda que prossegue de maneira satisfatória a implementação do projeto de desenvolvimento da pesca que tem o apoio financeiro do Fundo Especial das Nações Unidas, devendo-se cumprir nova etapa do programa no exercício de 1969.

Sistema de Abastecimento

Procurou o Govêrno acelerar as medidas que objetivam fortalecer a infra-estrutura do sistema de abastecimento, tais como a construção de centrais de abastecimento nos núcleos de maior concentração demográfica e de uma rêde de supermercados, além da concessão de estímulos à construção de estradas rurais, para facilitar o escoamento da produção agrícola.

Em entendimento com organismos estaduais, foi concluído o projeto de construção do Mercado Terminal que atenderá às cidades de Niterói e São Gonçalo, estudando-se, agora, as formas de financiamento para início imediato das obras; realizou-se concorrência para a construção da Central de Abastecimento de Pôrto Alegre, que deverá ser iniciada em 1969; ultimou-se o projeto de Belo Horizonte; e adotaram-se providências para acelerar a conclusão dos projetos de Curitiba, Recife, Fortaleza e Belém.

No setor de armazenagem, deu-se prosseguimento à recuperação de armazéns e silos em regiões de produção concentrada e procurou-se favorecer as zonas deficitárias em serviços de armazenamento. A CIBRAZEM operou com 139 unidades, correspondendo a uma capacidade armazenadora de 790 780 t a meio ambiente, e 17 unidades com capacidade de 17 790 t a frio.

Relativamente à política de preços mínimos, cabe acentuar os seguintes pontos essenciais: melhoria operacional, maior volume de financiamentos, interiorização do programa e atuação mais intensa no Norte e Nordeste.

Apoio Econômico e Financeiro

Ao mesmo tempo que se intensificou em 1968 o desenvolvimento dos planos e projetos que visam à elevação dos níveis de produção e produtividade agropecuárias, dentro das linhas de ação estabelecidas no Programa Estratégico, buscou-se aperfeiçoar continuamente os instrumentos de apoio econômico e financeiro ao setor agrícola.

No tocante ao crédito agrícola, ressaltam os efeitos favoráveis das Resoluções ns. 69 e 97 do Banco Central, respectivamente de 22 de setembro de 1967 e 20 de agôsto de 1968, bem como de resoluções complementares, através das quais se procurou assegurar efetiva aplicação aos recursos dos bancos privados que devem ser canalizados para a agricultura, diretamente, ou através do Banco Central. Os totais aplicados no financiamento à agricultura em 1968 alcançaram NCr$ 5,1 bilhões, indicando aumento de mais de 50% em relação a 1967, quando foram aplicados NCr$ 3,1 bilhões.

Por sua vez, o Banco Nacional de Crédito Cooperativo igualmente expandiu o volume de financiamentos em 1968, totalizando NCr$ 165 milhões, contra NCr$ 104 milhões no ano anterior.

INFRA-ESTRUTURA ECONÔMICA

TRANSPORTES

Política de Transportes

O objetivo fundamental da Política Nacional de Transportes é garantir ao País uma infra-estrutura adequada e uma operação eficiente e integrada das várias modalidades de transporte.

Dentro das limitações conjunturais, a expansão da infra-estrutura, bem como a operação dos serviços, têm sido regidas por critérios econômicos, ressalvadas apenas as necessidades imperiosas ligadas à Segurança Nacional e as de caráter social imprescindíveis.

Relativamente às tarifas, o Govêrno tem procurado, na medida em que os custos sejam racionalizados através de providências destinadas a melhorar a eficiência e qualidade dos serviços de transportes, seguir uma política tarifária adequada, de modo que os custos reais se reflitam nos preços pagos pelos usuários, em regime de eficiência.

Os reajustamentos devem considerar, entretanto, a intensidade das correções das ineficiências observadas setorialmente. Os serviços de transporte marítimo, por exemplo, são profundamente afetados pelas condições das operações portuárias. Enquanto os serviços portuários não forem eficientes, o estabelecimento de tarifas à base de custos reais provocará aumento excessivo dos fretes.

Setor Ferroviário

Têm sido adotadas neste setor medidas objetivas para a reabilitação de sua eficiência e melhoria de qualidade dos serviços, destacando-se as seguintes:

— consolidação do sistema nacional;

— descentralização executiva;

— estruturação da Rêde Ferroviária Nacional em bases empresariais;

— reestruturação dos órgãos ligados ao transporte ferroviário, com eliminação de atividades e funções desnecessárias ou conflitantes;

— extinção de linhas e trechos comprovadamente antieconômicos; e

— disciplina na aplicação de recursos.

Fato marcante em 1968 no setor ferroviário foi a ligação da Capital Federal com os sistemas ferroviários do Sul e Centro-Sul do País; êsse acontecimento, além do seu significado mais imediato, representa o ponto de partida para a integração total de Brasília com o restante do sistema ferroviário nacional.

Cabe ainda ressaltar a conclusão das seguintes obras:

— remodelação de 700 km de linha;

— entrega ao tráfego da variante de Pedras Altas (Hulha Negra—Herval), na Viação Férrea Rio Grande do Sul, com 130 km;

— construção de dois oleodutos, ligando a Refinaria Gabriel Passos ao terminal ferroviário na Viação Férrea Centro-Oeste, destinados a abastecer com derivados de petróleo o Triângulo Mineiro e Planalto Central; e

— conclusão do nôvo oleoduto, com 38 km, entre Cubatão e Utinga, na Estrada de Ferro Santos—Jundiaí, para atender ao transporte de produtos claros.

Para 1969 foi prevista a conclusão, entre outras, das seguintes obras, cujo andamento ao findar o ano de 1968 é abaixo mencionado:

a. Tronco Sul:

— trecho Uberlândia-Araguari — com cêrca de 62 km de extensão, estando em fase de conclusão os serviços de terraplenagem;

— trecho Itapeva-Engenheiro Bley — com cêrca de 75% do leito concluido, apresenta-se com 3 566 metros de obras de arte especiais e túneis, totalmente terminados; e

— trecho Lajes—Roca Sales—General Luz — foram concluídos os serviços de terraplenagem, com o volume superior a 2 300 00 m3, tendo sido executados aproximadamente 4 900 metros de obras de arte especiais, além de mais 35 km de túneis.

b. Tronco T-1:

— trecho Crateús—Altos—Teresina — com 80% dos serviços de terraplenagem concluídos, tendo sido iniciados os trabalhos de assentamento de trilhos:

— ligação da Estrada de Ferro Central do Brasil com a Estrada de Ferro Santos—Jundiaí, trecho Jundiapeba—Ribeirão Pires — prosseguiram os serviços de terraplenagem.

— trecho Roca Sales—Passo Fundo — acha-se com cêrca de 80% dos serviços de terraplenagem executados, estando concluídos 1 012 metros de obras de arte especiais e 9 766 metros de túneis; e

— trecho Cerro Largo—Santo Ângelo — os serviços de terraplenagem se encontram com 90% do total concluídos e as obras de arte especiais terminadas, restando 25% para a conclusão de assentamento dos trilhos.

Setor Rodoviário

O Govêrno tem continuado em sua política de implantação de um sistema rodoviário que atenda às necessidades do País. Essa política baseia-se nos seguintes pontos:

— concepção unificada do sistema rodoviário nacional para efeito de planejamento e execução de obras, com delegação de execução e manutenção das rodovias — embora limitada aos órgãos comprovadamente habilitados ao desempenho da delegação — a fim de reduzir as atividades executivas dos órgãos centrais;

— reformulação do atual sistema de tributação aos usuários das rodovias e pesquisa de outras fontes de receitas;

— realização de estudos de viabilidade, execução de anteprojetos completos e aperfeiçoamento de obras;

— consolidação da legislação;

— elaboração de estatísticas de tráfego; e

— realização do cadastro das rodovias.

No campo da implantação, pavimentação e restauração, foram construídos 1 750 km de rodovias e pavimentados ou restaurados 2 300 km, cifra recorde, além da construção de 5 500 m de pontes e viadutos, despendendo-se em tais obras NCr$ 585 milhões.

Foram concluídas e entregues ao trânsito importantes obras rodoviárias, como o trecho Muriaé—Campos, da BR-040, com a extensão de 160 km; Diamantina—Curvelo, nas BR-259-367, com a extensão de 127 km; Osório—Tôrres, na BR-101, com 100 km de extensão; Curitiba—Paranaguá, na BR-277, com 87 km; Realeza—Rio Casca, na BR-262, com a extensão de 69 km; restauração da rodovia Rio—Petrópolis e construção da ponte sôbre o rio Quaraí, com 750 metros.

Mencionam-se ainda outras obras, como a ponte sôbre o rio Santa Maria, na BR-290, com o comprimento de 1 772 m, e os trechos Pôrto Alegre—São Gabriel, na BR-290, com 331 km; Feira de Santana—Serrinha, na BR-116, com 72 km; Ceres—Anápolis, na BR-153, com 80 km; Russas—Icó, na BR-116, com 210 km; São Luís—Peritoró, na BR-135, com 243 km; Fortaleza—Sobral, na BR-222, com 253 km; Campina Grande—Pombal, na BR-230, com 243 km; Divisa Espírito Santo/Minas Gerais—Monlevade, com 206 km; e Laranjeira—Foz do Iguaçu, na BR-277, com a extensão de 287 km.

Setor de Marinha Mercante

O Govêrno tem prosseguido em seus objetivos de aumentar a capacidade de transporte marítimo, fluvial e lacustre, para progressivamente atender às necessidades do domínio interno e externo; consolidar a indústria de construção naval a fim de torná-la competitiva no mercado internacional; integrar o transporte hidroviário no sistema nacional de transportes, substituir os navios estrangeiros afretados por nacionais; e formar e aperfeiçoar o pessoal para serviço na Marinha Mercante.

Dentro do programa de encomendas aos estaleiros nacionais, iniciado em 1967, achavam-se em construção, ao findar o exercício de 1968, 160 unidades, entre navios, embarcações, comboios e chatas, num total de 490 mil TDW, além das encomendas no exterior de 6 navios graneleiros de 100 mil TDW e 10 cargueiros de 12 mil TDW.

Relativamente à navegação de longo curso, impôs-se a associação do Lóide com as companhias privadas, a fim de se poder levar a bandeira brasileira a todos os mares do mundo, disputar agressivamente o mercado de fretes e abrir novos mercados. Tal procedimento permitiu a implantação de linhas internacionais para as costas dos Estados Unidos da América, Canadá, Europa, Extremo Oriente, alcançando o Japão e África.

Coroada de sucesso a política agressiva do Brasil na concorrência internacional de fretes, através de uma série de novos acôrdos com a Polônia, Argentina e Estados Unidos da América, foi ela implementada pela reestruturação das Conferências de Fretes na área da Europa, abrangendo o tráfego entre o Brasil e os portos dos Países escandinavos, Polônia, União Soviética, Alemanha Ocidental, Alemanha Oriental, Holanda, Bélgica, Inglaterra, Irlanda, Portugal e os portos da França e Espanha no Atlântico.

Os dois acôrdos de rateios de fretes prèviamente existentes, Hamburgo/Boulogne-sur-Mer/Portos Brasileiros e Portos Brasileiros/Antuérpia/Hamburgo, considerados lesivos aos interêsses nacionais, foram denunciados e anulados pela Comissão de Marinha Mercante, e substituídos por um nôvo acôrdo. Igualmente foi assinado um acôrdo de rateio de fretes para o tráfego entre os portos do Brasil e os da costa atlântica da França.

O resultado dessa corajosa política reflete-se no seguinte comportamento da receita de fretes: US$ 93 milhões em 1966, US$ 126 milhões em 1967 e US$ 150 milhões em 1968.

A criação da Comissão de Coordenação de Transportes a Granel, objetivando a conjugação de esforços das Companhias Vale do Rio Doce, Siderúrgica Nacional, USIMINAS, COSIPA e PETROBRÁS, produziu dois efeitos: redução do custo do transporte do minério de ferro, carvão e petróleo de 40 a 50%, provocando baixa nas cotações do frete internacional; e o preço do minério de ferro, com o barateamento do transporte — cêrca de US$ 3,50/t, permitiu colocar essa matéria-prima no mercado internacional em condições mais competitivas com os outros produtores.

Setor de Portos e Vias Navegáveis

Como principais itens da política adotada nesse setor podem-se mencionar:

— modificação do sistema de exploração portuária, aumentando a participação do usuário na administração;

— modernização e especialização da atividade portuária, mediante construção de terminais de alta capacidade para

movimentação de granéis sólidos, como sal, minérios, trigo, milho, carvão e fertilizantes, e terminais para cofres de carga onde se justifique econômicamente a substituição dos equipamentos obsoletos de carga geral;

— adoção de política tarifária que permita gerar recursos internos e atrair capital privado para a modernização e expansão dos serviços;

— revisão e implementação dos Planos Diretores Decenais dos Portos de Santos, Recife e Rio de Janeiro, com prioridade para os investimentos enquadrados nas diretrizes do Programa Estratégico de Desenvolvimento;

— elaboração e execução de um programa de curto prazo para a reorganização e reaparelhamento dos portos considerados prioritários que ainda não dispõem de Planos Diretores;

— consolidação da extensa e complexa legislação portuária, de forma a torná-la simples e funcional;

— melhoramento progressivo das vias navegáveis existentes;

— prolongamento das vias navegáveis em direção aos grandes mercados; e

— interligação de bacias.

Entre as principais obras realizadas mencionam-se as seguintes:

— construção de 400 m do nôvo pôrto de Itaqui, no Estado do Maranhão;

— ampliação do cais acostável do pôrto de Mucuripe em 160 m, e construção de armazéns, prédios administrativos, obras complementares e rêdes de abastecimento de água e energia elétrica;

— início da construção do nôvo terminal açucareiro e quebra-mar com 1 150 m, em convênio com o I A A, no pôrto de Recife;

— construção de 400 m de cais do nôvo terminal açucareiro de Maceió e criação de cêrca de 200 000 m2 de área para a expansão do pôrto;

— conclusão do quebra-mar do nôvo pôrto de Ilhéus—Malhado, com 1 980 m, e início da construção de 420 m de cais;
— recuperação total do cais do pôrto de Angra dos Reis, com 400 m, inclusive armazéns e obras complementares;
— construção no pôrto de Paranaguá do nôvo «pier» petroleiro, de 4 armazéns, início da construção do nôvo silo para cereais e ampliação do cais comercial, em 500 m;
— complementação das obras do parque de minério e carvão, recuperação do frigorífico para frutas, construção do ramal ferroviário e preparo do terminal para «containers» no pôrto do Rio de Janeiro;
— ampliação do pôrto de Imbituba, com 168 m de cais, e terrapleno para ampliação do pátio de carvão;
— aquisição e montagem de 244 guindastes de pórtico, destinados aos portos de Belém, Itaqui, Mucuripe, Cabedelo, Maceió, Salvador, Ilhéus, Vitória, Rio de Janeiro, Santos, Paranaguá, São Francisco do Sul, Itajaí, Pôrto Alegre e Rio Grande.

Cabe ressaltar, também, a assinatura do contrato de concessão e construção dos terminais salineiros de Areia Branca e Macau, que virão solucionar definitivamente o problema do abastecimento de sal.

No setor das vias navegáveis, menciona-se a elaboração de um estudo amplo, com vistas à formulação de um Plano Hidroviário Nacional. Analisam-se as possíveis interligações de bacias, a fim de se promover a sua integração no sistema viário e permitir o intercâmbio comercial das várias regiões do País.

Transporte Aéreo

Em agôsto de 1968, realizou-se a 3ª Conferência Nacional de Aviação Comercial, sob os auspícios da Diretoria de Aeronáutica Civil, reunindo delegações das cinco emprêsas de transporte aéreo regular, chefiadas por seus respectivos presidentes e elementos dos vários órgãos da Administração Federal diretamente interessados.

Essa Conferência, convocada pelo Ministro da Aeronáutica, teve por finalidade o estudo e a proposição de um conjunto de diretrizes e normas, sob a forma de recomendações, concernentes à exploração do transporte aéreo comercial no País, visando à reformulação da política que disciplina o desenvolvimento harmônico dêsse transporte e das transportadoras brasileiras. As recomendações passaram em seguida a ser analisadas por um grupo de trabalho, tendo em vista a adoção das que mais satisfaçam as condições de adequação e praticabilidade, em consonância com o Programa Estratégico de Desenvolvimento.

Os trabalhos realizados representam um grande passo para a atualização da aviação comercial brasileira, adaptando-a às necessidades do País, a par de assegurar viabilidade econômica à indústria do transporte aéreo, pela eliminação da competição prejudicial. Prevêem-se também a rentabilidade das operações e a eliminação gradual das subvenções diretas e indiretas, além da reformulação na composição da Rêde de Integração Nacional, tendo em vista harmonizá-la com as linhas do Correio Aéreo Nacional — CAN.

COMUNICAÇÕES

O Govêrno vem executando um programa de telecomunicações que, em curto prazo, dotará o País de um sistema eficiente, abrangendo a quase totalidade do território nacional. Os serviços de telex, telegráficos, postais e telefônicos, urbanos, interurbanos, interestaduais e internacionais, estão sendo objeto de modernização e expansão.

Sistema Nacional de Telecomunicações

Acham-se em fase de implantação, em caráter prioritário, troncos de microondas de alta capacidade, interligando a maioria dos Estados. Nas estações terminais, instalam-se os equipamentos de multiplicação, bem como os de comutação interurbana. Ressalte-se a inclusão do sistema DDD (*direct distance dialing*), em que tôda a comutação é realizada automàticamente pelas centrais interurbanas.

Tronco Sul — A capacidade prevista é de 660 canais telefônicos no trecho São Paulo—Curitiba, 360 no trecho Curitiba—Pôrto Alegre e 108 no ramal de Santa Catarina. Já se encontram construídas, ao longo da BR-116, as 19 estações repetidoras de microondas, com prédios, tôrres, sistemas de energia e vias de acesso. O ramal Curitiba—Joinvile—Blumenau—Florianópolis deverá ser concluído até dezembro de 1969. Por sua vez, os trancos estaduais complementares convergirão para o Tronco — EMBRATEL, permitindo a conexão do interior dos Estados com o Sistema Nacional de Telecomunicações.

Sistema Rio—São Paulo — Substituirá o enlace operado pela Companhia Telefônica Brasileira, tendo sido assinado em 1968 o contrato para construção do nôvo sistema, que será formado por dois enlaces de microondas completos, sendo um direto, entre as duas capitais, e o outro com modulações ao longo da rota, para atender às cidades do Vale do Paraíba. Cada enlace tem capacidade para 1 800 canais telefônicos por canal de radiofreqüência, podendo ser ampliado para 5 400 canais por enlace. Serão instalados, inicialmente, 1 380 canais telefônicos diretos entre Rio e São Paulo, para atender às ligações entre os dois maiores centros do País e também para escoar o tráfego de passagem entre o Sul e o Norte do Brasil.

Sistema Rio—Brasília — Já foi contratada a substituição dos atuais enlaces de microondas de média capacidade que servem Belo Horizonte e Brasília. O nôvo sistema de microondas, de alta capacidade, atenderá às cidades de Belo Horizonte, Uberlândia, Brasília, Anápolis e Goiânia, dispondo de equipamentos de rádio com capacidade de 900 canais telefônicos por canal de radiofreqüência. Como os demais troncos da EMBRATEL, permitirá os serviços de telefonia, telex, telegrafia, *fac-simile*, transmissão de dados, transmissão de programas de alta fidelidade e, ainda, utilizando o canal de proteção, a transmissão de programas de televisão.

Tronco Nordeste — O Tronco Nordeste beneficiará uma região de 1 550 000 km2, com uma população superior a 30 mi-

lhões de habitantes. Partindo de Belo Horizonte, o sistema atenderá às cidades de Governador Valadares, Salvador, Aracaju, Maceió, Recife, João Pessoa, Natal e Fortaleza, integrando os Estados do Nordeste com o Centro e o Sul do País, através de um enlace de microondas de alta capacidade, numa extensão total de quase 3 000 km.

Em sua primeira etapa, entre Belo Horizonte e Recife, iniciada em setembro de 1967, contará com 6 estações terminais, 41 estações repetidoras e, aproximadamente, 180 conjuntos transmissores-receptores de microondas, no sistema 1 + 1, sendo equipado, em sua fase inicial, com 312 canais telefônicos partindo de Belo Horizonte, podendo esta canalização ser ampliada até 900 canais telefônicos por canal de radiofreqüência. Serão instalados 72 canais telefônicos em Governador Valadares, 240 em Salvador, 48 em Aracaju, 48 em Maceió e 240 em Recife.

O segundo trecho do sistema, entre Recife e Fortaleza, disporá de 120 canais partindo do Recife, sendo instalados 36 canais em João Pessoa, 36 em Natal, chegando a Fortaleza com 72 canais telefônicos.

Sistema São Paulo—Uberaba — Consiste em uma rota alternativa para escoamento do tráfego de Brasília para São Paulo, e de Belo Horizonte e de todo o Nordeste para o Sul do País. O sistema atenderá à cidade de Ribeirão Prêto, para onde convergirão outros circuitos interurbanos do sistema complementar, e será equipado com central interurbana automática para a comutação em DDD. O enlace de microondas terá características idênticas ao dos demais troncos, com a capacidade de 900 canais telefônicos por canal de radiofreqüência.

Tronco Oeste — A EMBRATEL instalará um sistema de microondas de alta capacidade que, partindo da cidade de São Paulo, atenderá a Sorocaba, Bauru, Botucatu, Marília, Presidente Prudente e Campo Grande. Haverá 900 canais telefônicos por canal de radiofreqüência, sendo, inicialmente, 51 canais em São Paulo, 192 em Sorocaba, 120 em Botucatu, 780 em Bauru e cidades vizinhas, 120 em Marília, 96 em Presidente Prudente, terminando o sistema em Campo Grande com 72 canais. Estão sendo realizados

no momento os contratos para implantação do sistema, que deverá operar comercialmente em 1970.

Tronco Rio—Vitória — O Estado do Espírito Santo será interligado ao Sistema Nacional de Telecomunicações por um enlace de microondas, de alta capacidade, que a EMBRATEL construirá do Rio de Janeiro a Vitória e que atenderá ainda, ao longo da rota, às cidades de Campos e Cachoeiro do Itapemirim. O sistema operará, inicialmente, com 2 canais de radiofreqüência, sendo um de proteção, com capacidade inicial de 900 canais telefônicos. Serão instalados 300 canais no Rio de Janeiro, 132 em Campos, 36 em Cachoeiro do Itapemirim e 276 em Vitória. As cidades de Vitória e Campos disporão de centrais telefônicas automáticas interurbanas, permitindo a utilização do serviço de discagem direta à distância. O Tronco deverá ser concluído e entrar em operação comercial em 1970.

Sistema Fortaleza—Belém — A integração dos Estados do Piauí, Maranhão e Pará ao Sistema Nacional será realizada por um tronco de alta ou média capacidade de tráfego, através de uma rota que vai de Fortaleza às cidades de Teresina, São Luís e Belém. O programa está na fase do levantamento aerofotogramétrico.

Sistema da Amazônia — A EMBRATEL executa um programa especial para a integração da Região Amazônica ao Sistema Nacional de Telecomunicações, com a instalação de 5 rotas com circuitos comerciais em tropodifusão, considerados os mais extensos do mundo. O programa abrange:

— a ligação Brasília—Belém, com capacidade para 120 canais telefônicos e que se estenderá por cêrca de 1 700 km;
— a ligação Belém—Macapá—Manaus, com capacidade de 12/24 canais, numa extensão de 650 km;
— o circuito Campo Grande—Corumbá—Pôrto Velho—Rio Branco, com capacidade para 60/24/12 canais, estendendo-se por mais de 2 300 km; e
— o circuito Manaus—Pôrto Velho, como rota alternativa.

Através de Macapá e Corumbá, o sistema a ser implantado atenderá ainda às necessidades da Rêde Interamericana de Telecomunicações, ligando o Brasil às Guianas e à Bolívia.

Comunicações Internacionais — Programa Satélite — A estação terrena instalada em Itaboraí, no Estado do Rio de Janeiro, tem por objetivo realizar a conexão do Sistema Nacional de Telecomunicações com o Sistema Internacional de Comunicações por Satélite, da INTELSALT. O programa permite inicialmente ligações com 9 estações terrenas nas Américas e na Europa, sendo os correspondentes iniciais a Argentina, Chile, Peru, Venezuela, México, Estados Unidos da América, Alemanha e Itália. Através dêstes, será feita a conexão com tôda a Europa, Canadá e demais países das Américas. Funcionarão 30 canais de voz, sendo a comutação realizada pelo sistema *ring-down*, além de 21 canais destinados ao tráfego telegráfico e o canal de TV. A partir do segundo semestre de 1969, com a conclusão de nôvo centro internacional semi-automático de comutação, pode-se assinalar a utilização do sistema DDD, com 63 canais, total êsse que poderá ser ampliado até 100 canais para telefonia e 32 para telegrafia, sem qualquer modificação na estação.

Centros de TV — Os troncos de microondas da EMBRATEL que estão interligando os grandes centros do País permitem a transmissão de programas de televisão simultâneamente com os demais tipos de serviços. Serão ainda instalados pela EMBRATEL, visando à plena utilização do sistema, centros de comutação e distribuição de televisão nas cidades atendidas pelos troncos de microondas. Já foi contratada a construção dos centros de TV que se localizarão nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Pôrto Alegre, Belo Horizonte, Brasília, Salvador, Recife e Fortaleza, possibilitando assim cobertura da região do País de maior densidade populacional. Em 1969 estarão funcionando êsses centros, sendo possível a transmissão de programas de televisão de Pôrto Alegre a Fortaleza. Outros centros serão instalados, à medida que se fôr implantando o Sistema Nacional de Telecomunicações.

Por intermédio da Estação de Itaboraí e da Estação-Satélite, os programas de televisão oriundos de qualquer uma dessas cidades podem ser transmitidos para o exterior e, reciprocamente, há a possibilidade de se receberem, em tôdas elas, programas de televisão de outros países.

Serviços Telefônicos

Dentro do objetivo de proporcionar ao público um sistema telefônico eficiente e mais amplo, foi programada a instalação de 500 mil terminais automáticos, com aproximadamente 600 mil telefones, sòmente nos cinco Estados servidos pela Companhia Telefônica Brasileira. O quadro a seguir apresenta a situação do Plano de Expansão e Desenvolvimento dessa emprêsa em 31 de dezembro de 1968:

PLANO DE EXPANSÃO E DESENVOLVIMENTO

Cidades	Terminais	
	Programados	Inaugurados
São Paulo	206 055	64 650
Rio de Janeiro	150 650	21 600
Belo Horizonte	50 000	30 000
Vitória	6 020	4 000
30 cidades do Estado de São Paulo	36 135	4 300
32 cidades do Estado do Rio de Janeiro	40 574	4 896
5 cidades do Estado de Minas Gerais	3 100	2 000
Total	492 534	131 446

Até o final de 1968, a CTB e suas subsidiárias operavam mais de 1 milhão de telefones.

Correios e Telégrafos

Ao Departamento dos Correios e Telégrafos, dentro do planejamento setorial das comunicações, cabe, entre outras tarefas, a de dotar o Brasil dos meios mais rápidos e modernos de comunicações postais e telegráficas, em consonância com a política nacional de desenvolvimento.

Ao lado da ampliação e modernização de sua rêde de telecomunicações, êste órgão vem cumprindo idêntico programa com relação ao setor postal, procurando ajustar sua estrutura às realidades e exigências dos atuais processos de comunicação.

Sistema Postal — Será inaugurado em 1969 o Centro de Triagem Postal de São Paulo, um dos mais modernos sistemas eletrônicos de separação de cartas em todo mundo.

Telex — A rêde de telex do DCT expandiu-se de modo expressivo, permitindo desafôgo no movimento dos serviços telegráficos. O número de terminais ascendeu a 2 960, contra 1 092 em 1967, num aumento de 171% da capacidade instalada.

O programa de expansão compreende a integração de todos os centros urbanos com população superior a 30 mil habitantes. Já estão interligadas 29 cidades, e a rêde está sendo ampliada para servir mais 20. Com a entrada em funcionamento da Estação de Itaboraí, a rêde nacional de telex estará ligada à rêde mundial através das comunicações via satélite.

Assinale-se que o DCT vem instalando cabinas públicas de telex nos principais centros urbanos beneficiados por êste meio de comunicação, em atendimento às metas fixadas pelo planejamento setorial.

Rêde de Telégrafos — O serviço telegráfico do DCT cobre pràticamente todo o território nacional, com uma rêde de quase 200 mil quilômetros quadrados.

Dentro do esfôrço governamental de ocupação da Amazônia, o DCT reformulou sua rêde de radiocomunicações nos Estados do Amazonas, Pará e Acre e nos Territórios de Roraima, Amapá e Rondônia, dotando-a de novos equipamentos de transmissão e recepção e grupos geradores.

Por seu turno, a rêde de comunicações com os portos está sendo remodelada, instalando-se estações com capacidade que permita comunicações com os navios em quaisquer pontos e condições.

Executa-se um programa de instalação de centros de retransmissão de mensagens nos moldes do que já existe na Guanabara, beneficiando Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Brasília, São Paulo, Curitiba, Blumenau e Pôrto Alegre. Igualmente, estão sendo ampliados, com a cooperação da Companhia Telefônica Brasileira, os serviços de recebimento e antecipação por telefone dos telegramas nas principais cidades onde opera essa emprêsa, acelerando-se assim, de muito, o curso das mensagens.

ENERGIA

Petróleo

CONSELHO NACIONAL DO PETRÓLEO

O Conselho Nacional do Petróleo adotou as medidas que se fizeram necessárias para a solução dos problemas da economia petrolífera, em particular visando a garantir o abastecimento interno de combustíveis líquidos.

Para o crescimento do mercado da Amazônia, optou o Conselho pela autorização do aumento do processamento diário da unidade produtora de Manaus, de 795 para 1 113 m3 de petróleo bruto. Modificou-se também o sistema abastecedor da Região Sul, com a entrada em funcionamento da Refinaria Alberto Pasqualini. O início do funcionamento da Refinaria Gabriel Passos exigiu igualmente a fixação de esquema de escoamento da produção. As normas a que estava sujeito o armazenamento de gás liquefeito de petróleo foram objeto de total reforma.

O Conselho consolidou as normas legais a que está sujeita a indústria petroquímica, ao mesmo tempo em que explicitou os princípios de política econômica subjacentes ao Decreto nº 61 981, de 28 de dezembro de 1967, e os estudos que o fundamentaram.

Os trabalhos desenvolvidos pelo Conselho não encontraram, porém, na estrutura orgânica do órgão, base que lhes propiciasse o dinamismo desejado. Em decorrência, objetiva-se sua reestruturação, utilizando-se para tanto o modêlo de organicidade e os métodos de trabalho recomendados pela Reforma Administrativa, e com base em estudo preliminar de reorganização já elaborado.

PETROBRÁS

A entrada em operação de duas novas unidades de refinação — Refinaria Gabriel Passos e Refinaria Alberto Pasqualini —, somando 14 300 m3/dia (90 000 barris diários) de capacidade instalada, constituiu acontecimento relevante para a PETROBRÁS. Outro fato significativo refere-se à exploração da plataforma continental, onde as perfurações já realizadas têm revelado índices campos. No tocante ao abastecimento de petróleo nacional, houde ocorrência de óleo bem acima da produção média de demais ve acréscimo de mais de 10% relativamente a 1967.

Exploração — Foram perfurados pela PETROBRÁS, em 1968, 194 mil metros de poços exploratórios e 157 mil metros de poços de desenvolvimento, contra 247 mil e 110 mil, respectivamente, em 1967.

Produção — A produção de petróleo bruto, que totalizara 8,5 milhões de metros cúbicos em 1967, alcançou 9,5 milhões em 1968, participando a Bahia aproximadamente com 8 milhões de metros cúbicos, Sergipe com 1,3 milhão e Alagoas com 35 mil. Na produção de gás natural, atingiu-se o nível de 983 milhões de metros cúbicos, em confronto com o total de 883 milhões em 1967.

Reservas de Petróleo e Gás — As reservas de petróleo foram avaliadas em 130,7 milhões de metros cúbicos, mais de 85% dos quais na Bahia e o restante em Alagoas e Sergipe. O volume de gás está estimado em 26,8 bilhões de metros cúbicos, concorrendo a Bahia com total acima de 90% e vindo a seguir Alagoas e Sergipe. Há perspectivas de aumento das reservas nas seguintes áreas: Angelin nº 1, Vila Jiquiá nº 1, Nordeste de Pilar nº 1, Bom Lugar nº 1 e plataforma continental submarina fronteira a Sergipe.

Refinação, Petroquímica e Industrialização do Xisto

As refinarias da PETROBRÁS processaram 20,7 milhões de metros cúbicos de petróleo, dos quais cêrca de 45% correspondem à produção dos campos da Bahia, Alagoas e Sergipe. Em 1967, o total fôra de 17,5 milhões de metros cúbicos, sendo de 48,8% a participação do óleo nacional no total processado pelas refinarias.

A par do prosseguimento de diversas obras contemplando a flexibilidade operacional ou aumentando a capacidade de processamento das unidades da PETROBRÁS, foram tomadas medidas iniciais para a construção de nova refinaria a ser localizada no Município de Paulina, São Paulo, e que deverá entrar em operação em 1972. Além da construção da refinaria do planalto paulista, foram programadas, entre outras obras, a construção da unidade de lubrificantes da Refinaria Duque de Caxias, a ampliação e modernização da Refinaria Presidente Bernardes, que terá sua capacidade de processamento elevada de mais 7 150 m3/dia (45 000 barris/dia), e a construção da unidade de recuperação de enxôfre, com capacidade para produzir 30 t/dia do produto.

Relativamente à petroquímica, foram efetivados os atos de constituição da Petrobrás Química S/A — PETROQUISA. Cabe assinalar sua associação com grupos privados nacionais para constituição de um conjunto petroquímico de largas dimensões, bem como os entendimentos iniciais para associação em outros empreendimentos.

Ainda no setor, prosseguiram os trabalhos de construção do Conjunto Petroquímico da Bahia, obra cujo término é previsto para meados de 1970.

Por outro lado, teve continuidade a construção da Usina Protótipo de Irati, em São Mateus do Sul, Paraná, para a industrialização do xisto. Entre as obras já concluídas, destacam-se: barragem, parque de armazenamento, sistema de água potável, instalações da casa de fôrça, prédios residenciais, oficinas e almoxarifado, havendo ainda a mencionar a assinatura do contrato para montagem da retorta.

Mercado de Derivados do Petróleo

As quantidades consumidas de óleo diesel (+ 18,3%), óleo combustível (+ 18,2%), gasolinas automotivas (+ 14,3%) e gás liquefeito de petróleo (+ 13,7%) revelam apreciável aumento do consumo de derivados do petróleo, indicador, em última análise, da expansão industrial do País.

Importação de Petróleo

À semelhança do ocorrido no ano anterior, as importações de petróleo bruto para as refinarias nacionais continuaram sendo afetadas pelas conseqüências do conflito árabe-israelense. Ainda assim, os preços médios para as refinarias da PETROBRÁS foram pouco inferiores aos correspondentes a 1967. Assinale-se que a PETROBRÁS prosseguiu na política de diversificação das fontes de suprimento de petróleo, importando-o no momento de dez países.

Os volumes totais de petróleo entregues às refinarias nacionais aumentaram de modo significativo em relação a 1967, devido ao excepcional incremento no consumo de derivados do petróleo durante o ano. As importações de petróleo bruto cresceram em volume (18,6%) e em valor (15.7%), alcançando, respectivamente, 15 388 mil metros cúbicos e US$ 199 milhões.

Importação de Derivados do Petróleo

Gás liquefeito de petróleo — As importações atingiram 403 mil toneladas, no valor de US$ 20 milhões.

Querosene de aviação — A progressiva substituição dos aviões a pistão pelos movidos a turbina resultou em uma acentuada elevação no consumo nacional do produto. Apesar disso, houve uma redução na importação dêste derivado. O aumento da capacidade de produção de querosene de aviação nas refinarias da PETROBRÁS já colocou o País em condições de auto-abastecimento do produto.

Gasolina de aviação — Foram importadas 109,2 mil toneladas de gasolina de aviação, no montante de US$ 6,7 milhões.

Óleos lubrificantes — A PETROBRÁS importou 344,8 mil toneladas, no valor de US$ 28,8 milhões.

Parafina — Foram importadas 27,2 mil toneladas, no montante de US$ 3,8 milhões.

Resíduos aromáticos — A fim de complementar a produção nacional, foram importadas 49,6 mil toneladas, no valor de US$ 1,2 milhão.

Solventes — As importações atingiram 3,2 mil toneladas, no montante de US$ 242 mil.

Gasolina comum a granel e óleo combustível — Em conseqüência de desequilíbrios momentâneos entre a produção e o consumo nacional, foram importados 532,5 mil toneladas de gasolina comum a granel, no valor de US$ 14,9 milhões, e 497 mil toneladas de óleo combustível, no montante de US$ 6,6 milhões. No tocante ao último produto, a atuação governamental fixou-se na confirmação e ampliação das medidas que já vinham sendo tomadas para aumentar o diferencial de preços entre o óleo combustível e os demais derivados de petróleo, aproximando os preços dêsse importante insumo industrial dos níveis internacionais.

Energia Elétrica

Durante o ano de 1968 foram acrescentados ao parque gerador do País 699 MW. Com êsse aumento, a potência total instalada no território nacional passou a 8 741 MW, dos quais 2 800 MW no sistema da ELETROBRÁS. O programa objetiva a meta de 12 000 MW em 1970.

Para garantir as necessidades crescentes do mercado, os seguintes projetos tiveram início no decorrer do exercício: Pôrto Colômbia (420 MW), Passo Fundo (210 MW) e Santa Cruz (expansão, 400 MW). Outros projetos, começados anteriormente, tiveram suas obras aceleradas: Ilha Solteira (2 560 MW na fase inicial), Jupiá (1 200 MW), Estreito (900 MW), Jaguara (600 MW), Xavantes (400 MW), Paulo Afonso III (824 MW), Boa Esperança (108 MW), Funil (210 MW) e outras.

No setor de transmissão, teve andamento o programa de construção de 1 900 km de linhas de 230 kV, 1 450 km de linhas de 345 kV e 570 km de linhas de 440 kV, além de outras de menor tensão. Cabe destacar o estágio adiantado de construção da linha em extra-alta tensão da Usina de Jupiá à Cidade de São Paulo, com 570 km e em 440 kV, e início de funcionamento previsto para meados de 1969.

A fim de que os programas pudessem desenvolver-se com base em mercados garantidos, foi assinado protocolo entre as emprêsas públicas e privadas, objetivando garantia de suprimento de energia.

No Extremo Sul, foram concluídas com êxito negociações para suprimento às cidades uruguaias de Artigas e Rivera por parte da Central Elétrica de Alegrete, continuando as gestões com a Argentina para atendimento, pela mesma emprêsa, a Paso de los Libres. Por outro lado, entendimentos foram iniciados com o Paraguai com vistas a garantir à zona oeste do Paraná suprimento da Central Elétrica de Acaraí.

São os seguintes os totais de produção e consumo verificados, em GWH:

PRODUÇÃO	1967	1968	AUMENTO %
Grupo ELETROBRAS	9 828	12 000	22,1
Outras	24 410	26 000	6,5
Total	34 238	38 000	11,0
CONSUMO			
Grupo ELETROBRAS	4 238	4 800	13,3
Outras	23 748	27 200	14,5
Total	27 986	32 000	14,3

Os expressivos índices de crescimento devem ser atribuídos, bàsicamente, aos dois fatôres seguintes: a recuperação econômica

do País e as providências que foram tomadas no sentido de possibilitar a evolução do consumo, seja através da recuperação e expansão dos serviços de distribuição, seja através do incremento da capacidade geradora de energia elétrica.

Com relação à eletrificação rural, desenvolveram-se estudos visando à criação do Fundo Nacional de Eletrificação Rural, bem como à constituição de emprêsa subsidiária da ELETROBRÁS para coordenação e execução do programa. Nesse particular, pesquisas preliminares admitiram que 300 000 propriedades poderiam ser eletrificadas nos 15 primeiros anos, com inversões anuais de NCr$ 100 milhões, e outras 1 200 000 nos 15 anos seguintes, com inversões anuais de NCr$ 400 milhões. A experiência indicará uma terceira fase para atender a mais de 2 milhões de propriedades.

No campo do planejamento, o Comitê Coordenador dos Estudos Energéticos da Região Sul encerrou suas atividades com um inventário dos recursos hidráulicos dos três Estados sulinos e um cronograma de construção e ampliação de usinas, linhas de transmissão e rêdes de distribuição até 1980.

Paralelamente, foram instaladas duas das quatro Comissões Regionais de Eletrificação, a CRE/3 (Região Centro-Sul) e a CRE/4 (Região Sul), cujo objetivo é o planejamento do setor energético — ou permanente atualização do planejamento anteriormente executado — nas regiões respectivas.

Para operar no Sul do País e coordenar e desenvolver os projetos de geração e transmissão naquela área, foi criada uma nova emprêsa subsidiária da ELETROBRÁS, a ELETROSUL.

Em obediência às diretrizes estabelecidas pelo Govêrno Federal no Decreto nº 60 824, de 7 de julho de 1967, providências foram tomadas visando a restringir o número de emprêsas distribuidoras de energia elétrica num mesmo Estado. No Espírito Santo já foram unificados os serviços. Os bens da Companhia Nordeste do Brasil foram transferidos, parte para a Companhia de Eletricidade de Alagoas, parte para a Companhia de Serviços Elétricos do Rio Grande do Norte, Estados em que operava a referida emprêsa.

O problema de energia elétrica de Brasília foi estudado em profundidade. As medidas de emergência recomendadas para reforço de suprimento a curto prazo obtiveram pleno êxito. Visando a solução de longo prazo, foram estabelecidos critérios capazes de permitir, com antecedência, o estabelecimento de providências necessárias ao atendimento racional das exigências do mercado até 1975.

Na Guanabara, os trabalhos de conversão da freqüência de 50 para 60 Hz continuaram, durante o ano, sob a supervisão da ELETROBRÁS.

Resta assinalar que o Govêrno vem procurando conciliar o sistema tarifário de energia elétrica com a manutenção do esperado nível dos investimentos do setor.

Energia Nuclear

O Govêrno definiu, com vigência a partir de 1º de janeiro de 1968, as Diretrizes da Política Nacional de Energia Nuclear.

Em cumprimento à orientação fixada, estabeleceram-se normas para contratação de pessoal, que permitirão um aproveitamento pleno e racional do pessoal científico e técnico em todos os níveis, através de remuneração compatível, bem como eventual aproveitamento de cientistas brasileiros de valor que se encontram no exterior.

Quanto à prospecção do urânio, foram desenvolvidas atividades nas áreas de Araxá, Bambuí, Poços de Caldas, Triângulo Mineiro e Bacia Maranhão—Piauí. Nesta última encontram-se as melhores possibilidades de descoberta de urânio.

Com vistas à instalação de uma central nuclear para produção de energia elétrica, foi celebrado convênio entre a Comissão Nacional de Energia Nuclear — CNEN e a ELETROBRÁS. Prosseguiram os estudos necessários à definição das linhas de reatores recomendáveis, bem como os da escolha do local definitivo para sua implantação. Essas providências objetivam a elaboração do projeto e a consolidação de tôdas as medidas necessárias à realização da concorrência internacional para início das obras.

Gás Combustível

O Govêrno, que criara Grupo de Trabalho para estudar convenientemente os problemas do gás combustível, já se encontra ciente da gama de estudos e pesquisas que precisarão ser desenvolvidos para orientar a sua ação com respeito a êsse recurso energético.

A interiorização do consumo do gás liquefeito de petróleo (GLP), a viabilidade de sua distribuição através de encanamentos, a interligação dos principais centros de consumo, a padronização gradual dos aparelhos de consumo, o aproveitamento do xisto e do carvão brasileiros como fontes de gás combustível são temas que serão estudados para a formulação das definições necessárias ao estabelecimento de uma política nacional de gás combustível.

Carvão

No setor do carvão, merece especial referência a expedição do Decreto nº 62 113, de 12 de janeiro de 1968, que reestruturou a Comissão do Plano do Carvão Nacional — CPCAN, criando uma Junta Deliberativa com as atribuições necessárias à dinamização do referido órgão, além de estabelecer uma série de medidas indispensáveis à racionalização do complexo carbonífero de Santa Catarina.

Como decorrências imediatas dêsse ato, verificaram-se a suspensão das operações de comercialização por parte da CPCAN, a aquisição do carvão pré-lavado diretamente dos produtores e a apresentação à CPCAN, pelos mineradores, de projetos de racionalização de lavras. Foram pràticamente ultimadas as providências para industrialização dos rejeitos piritosos do carvão de Santa Catarina, estando concluído o estudo de viabilidade técnico-econômica do projeto.

Foi decidida a ampliação da Usina da SOTELCA, em Santa Catarina, em mais 132 MW, visando ao maior aproveitamento do carvão-vapor.

Objetivando o equacionamento definitivo do mercado do Rio Grande do Sul, a CPCAN contratou com a Fundação Getúlio Vargas estudo, já concluido, sôbre a estrutura de custo e produção das minerações em curso no vale do rio Jacuí.

Nos têrmos do contrato CPCAN-Charqueadas-CIMENSUL continuou a utilização das cinzas volantes do carvão gaúcho no fabrico de cimento pozolânico.

Foram intensificadas as pesquisas nas regiões próximas a Bagé pelo Departamento do Carvão Mineral do Rio Grande do Sul, e ultimadas as que se realizam na região Araguaia-Tocantins. Prosseguem ainda as pesquisas às margens do Rio Fresco, Estado do Pará, com base no convênio CPCAN-Instituto de Desenvolvimento Econômico-Social do Pará.

REDUÇÃO DE CUSTOS BÁSICOS

O Programa Estratégico de Desenvolvimento, ao objetivar a revitalização da economia, a consecução da política antiinflacionária e o aumento do poder competitivo da indústria nacional, conferiu especial atenção à redução ou contenção dos custos básicos que se encontram sob contrôle direto ou indireto do Govêrno. Os instrumentos de política econômica mobilizados para a redução dos altos custos têm procurado remover seus determinantes principais. Significativos resultados foram obtidos em decorrência de correções conseguidas através de remoção de pontos críticos, de reorganização administrativa, de melhoria operacional e de formulação de política de preços.

Custos Financeiros

Prosseguiram os esforços para diminuir os ônus financeiros que sobrecarregam as emprêsas.

Paralelamente à expansão do crédito verificada — a fim de manter e incentivar os níveis de produção, em constante ascensão desde o segundo trimestre de 1967 — o Govêrno empreendeu

várias medidas destinadas a reduzir o custo do dinheiro e a adequar a demanda e oferta de crédito às solicitações da economia, bem como a eliminar fatôres que exerciam ação indesejável em relação aos objetivos de política adotada.

Destacam-se o disciplinamento do registro das emprêsas e das emissões de títulos e valôres mobiliários para colocação junto ao público e negociação nas bôlsas de valôres; o estabelecimento de limite para as taxas de colocação e distribuição, bem como a modificação da tabela de corretagem aplicada pelos membros das bôlsas de valôres; o disciplinamento da aplicação das reservas técnicas das companhias de seguro e a suspensão de novas emissões de títulos públicos estaduais e municipais, em face do nível excessivo que estavam atingindo essas operações e das elevadas taxas aplicadas.

A par dêsses resultados, teve continuidade a política de fortalecimento do sistema financeiro, através de estímulos aos processos de fusão e transferências de contrôle acionário. Ultimaram-se 31 fusões e incorporações de estabelecimentos bancários, o que explica a redução no número de sedes de bancos que, de 254 em 1967, passou para 223 em fins de 1968. As cooperativas de crédito também sofreram os efeitos dessa política.

Procurou-se, ainda, definir as atividades das instituições financeira. Aos bancos comerciais propiciaram-se condições para operarem no campo de depósitos a prazo fixo, capacitando-os ao financiamento do capital de giro das emprêsas; as sociedades financeiras tiveram sua esfera de atuação mais restrita ao crédito direto ao consumidor; os bancos de investimentos foram limitados principalmente às operações relativas ao capital fixo e outras típicas de mercado de capitais a longo prazo.

Relativamente ao custo do dinheiro obtido nas sociedades financeiras, que é o mais elevado do mercado, mas que melhor traduz a sensibilidade da taxa de juros, é importante observar que, confrontados os mesmos períodos de 1967, as taxas situaram-se em níveis sempre inferiores. Assim, o custo médio do dinheiro para o mutuário atingiu 3,87% ao mês, contra 4,01% no ano anterior. Ao findar 1968, os bancos comerciais operavam a 2% ao

mês, enquanto o Banco do Brasil e os fundos especiais de financiamento aplicavam taxas ainda menores.

Cumpre destacar, ainda, a modesta colocação das Obrigações do Tesouro Nacional junto ao público, refletindo a preocupação governamental de não concorrer com os papéis da rêde privada, bem como a implementação da nova política cambial de reajustamentos periódicos da taxa de câmbio, desestimulando as compras de divisas com caráter especulativo.

Transportes

O Govêrno continuou atuando no sentido de remover os desequilíbrios existentes nos serviços de transporte, introduzindo uma política tarifária realista, notadamente nos setores marítimo e ferroviário. Através do aumento da eficiência e da melhoria na prestação dos serviços, da redução de custos para o usuário e da operação com recursos próprios, objetiva-se um maior equilíbrio financeiro das emprêsas de navegação, das organizações portuárias e das diversas ferrovias do sistema federal.

A seleção dos projetos realizou-se de acôrdo com critérios que consideram prioritários os de maior produtividade. Na navegação e nos portos vêm sendo adotadas medidas que, melhorando a qualidade dos serviços, recuperem a confiança do usuário. Nas ferrovias, a reestruturação administrativa da Rêde Ferroviária Federal S. A. deverá transformá-la numa emprêsa de caráter comercial, com uma política agressiva de conquista de mercado para seus serviços.

Energia Elétrica

Garantida a evolução dos programas necessários a manter as disponibilidades de energia elétrica em níveis compatíveis com as exigências do mercado, voltou-se o Govêrno para o problema do preço.

De posse dos dados necessários, pôde o Govêrno evoluir para o estabelecimento de uma nova política tarifária, buscando

os seguintes objetivos: tornar a exploração dos serviços de energia elétrica uma fonte substancial dos recursos indispensáveis à evolução dos sistemas supridores; fixar os preços da energia em níveis compatíveis com o consumo pelos vários ramos de atividades econômicas, principalmente na área industrial; e contribuir para o constante aprimoramento das condições de prestação dos serviços em geral, visando a melhor produtividade das emprêsas concessionárias.

Óleo Combustível

O Govêrno manteve sua orientação de ajustar o preço do óleo combustível aos níveis internacionais. Com êsse objetivo, nos reajustamentos dos preços dos derivados de petróleo permaneceu inalterado o do óleo combustível, a NCr$ 67,00/t, o que constituiu uma redução em têrmos reais.

Enxôfre

A PETROBRÁS continuou, na Refinaria de Caxias, os trabalhos de montagem da unidade de recuperação de enxôfre dos gases de refinaria, que terá capacidade de produção de 30 t/dia.

Em Santa Catarina, a Siderúrgica de Santa Catarina S.A. — SIDESC deu andamento aos estudos de dois projetos relativos à utilização dos rejeitos piritosos do carvão local. Um dos projetos objetiva a produção de 116 000 t/ano de enxôfre elementar e 100 000 t/ano de aço. A sua aprovação implica um investimento de US$ 50 milhões. O outro projeto tem em vista a produção de 120 000 t/ano de ácido sulfúrico e requererá investimento de US$ 16 milhões. Dado o fato de que cêrca de 80% do consumo nacional de enxôfre se destinam à produção de ácido sulfúrico, os dois projetos foram tidos como verdadeiras soluções alternativas, sendo examinados dêsse ponto de vista.

O Govêrno dispensou e continuará dispensando a maior atenção aos projetos em implantação, com vistas especialmente à obtenção de enxôfre, ou produtos dêle obtidos, a preços que melhor convenham às indústrias nacionais.

Espera-se que, em função dêsses projetos, o enxôfre venha a ser produzido ao preço de US$ 40,00/t, quando o produto importado é adquirido ao preço de US$ 58,00/t.

Sal

O órgão executivo da política salineira — Comissão Executiva do Sal — elaborou plano de racionalização da produção. Além de o programa prever a atualização técnica do organismo, projetou a instalação de salinas experimentais, dotadas de postos meteorológicos e laboratórios de análise de qualidade nas próprias zonas produtoras. Objetiva-se, assim, incentivar o desenvolvimento racional da produção do sal pela assistência direta ao produtor.

O Govêrno tem procurado amparar os projetos que visem à modernização e à readequação das salinas brasileiras. Assinale-se o início da construção dos terminais salineiros de Macau e Areia Branca, obras prioritárias para a recuperação da indústria do sal.

Por outro lado, as dificuldades de capital de giro dos produtores nacionais foram amenizadas pela elevação do nível de financiamentos da produção e pelo reescalonamento dos débitos das emprêsas salineiras.

Borracha

O Conselho Nacional da Borracha adotou medidas para a defesa da produção nacional de borrachas natural e sintética, prevendo os necessários reajustes de preços, com o objetivo de assegurar rentabilidade que possibilite o fortalecimento das emprêsas.

A Superintendência da Borracha, por orientação do Conselho Nacional da Borracha, foi autorizada a formar estoques de reserva e a disciplinar as importações, assegurando completa colocação do produto nacional.

O suprimento de álcool, matéria-prima para a COPERBO, foi garantido pelas refinarias pertencentes ao Instituto do Açúcar e do Álcool, a preço inferior ao vigente no mercado nacional.

Em convênio com vários Estados, a Superintendência da Borracha prosseguiu no trabalho de censo e cadastramento de produtores e comerciantes de borrachas natural e sintética no País.

Cimento

A produção de cimento apresentou uma expansão de 13,8%, insuficiente, no entanto, para atender a crescente demanda, que se elevou de 19%. Como conseqüência, os preços do produto aumentaram de modo sensível, chegando a duplicar em determinadas regiões do País, como em São Paulo.

O Govêrno, inicialmente, reduziu de 37% para 27% a alíquota *ad valorem* do impôsto aduaneiro para importação dêste produto, limitando a quantidade a ser importada a 450 mil toneladas. Posteriormente, a alíquota foi reduzida para 15% e o limite da quantidade permitida de importação ampliado para um milhão de toneladas.

CONSOLIDAÇÃO DE INDÚSTRIAS BÁSICAS

Mineração

O Govêrno prosseguiu na execução de sua política, que objetiva aproveitar intensa e imediatamente os recursos minerais conhecidos e ampliar, a curto prazo, o conhecimento do subsolo do País.

No âmbito do Departamento Nacional da Produção Mineral, a regulamentação do nôvo Código de Mineração aperfeiçoou o mecanismo de fomento e contrôle da exploração mineral. Os resultados obtidos aparecem no elevado número de pedidos de pesquisa: 3 600, originando 1 075 alvarás de pesquisa mineral e 50 decretos de concessão de lavra, representando parcela importante os referentes à cassiterita e ao ouro em Rondônia, ao ferro em Marabá (Pará) e ao sal-gema em Itaparica (Bahia) e Tapajós (Pará).

Os projetos básicos e específicos alcançaram o total de 49, todos conduzidos pelo DNPM no sentido de ampliar o conhecimento geoeconômico do subsolo brasileiro.

O conceito de área «Reserva Nacional», consubstanciado no nôvo Código de Mineração, permitiu desenvolver estudo sistematizado e global das áreas ricas em minerais; destaque-se o Projeto Potássio, inventariando as enormes jazidas de sal-gema em Sergipe.

Por outro lado, a criação do Grupo Executivo da Indústria Mineira — GEIMI forjou novos instrumentos de política creditícia e de pré-investimentos, contribuindo para o desenvolvimento da indústria mineral do País.

Relativamente ao minério de ferro, ressalte-se a atuação da Companhia Vale do Rio Doce, que estabeleceu e pôs em execução um notável programa para o triênio 1968-1970, com a meta de exportar no último dos citados anos 20 milhões de toneladas, além de fornecer 1 milhão ao mercado interno. Em 1968, a produção da emprêsa somou 12,4 milhões de toneladas. A Estrada de Ferro Vitória—Minas transportou 13,7 milhões de toneladas de minério e o complexo Tubarão—Vitória embarcou 13 milhões, sendo 11,8 milhões da CVRD.

As atividades da Companhia do Rio Doce, em 1968, abrangeram ainda:

a) incremento das prospecções geológicas, destacando-se o término da sondagem da mina do Cauê, a preparação das minas de Piçarrão e Timbopeba para próximo início de exploração e o levantamento aeromagnetométrico de extensa área na região Guanhães—Monlevade;

b) prosseguimento da construção do ramal Costa Lacerda—Alegria—Fábrica, com 110 km de extensão, que propiciará o escoamento da produção de importantes depósitos ferríferos para o terminal de Tubarão, a partir de 1969;

c) início da construção do ramal de Piçarrão, com 17 km de extensão;

d) renovação da linha-tronco, com adoção de trilhos soldados e tratados;

e) implantação de sistema automático de sinalização ferroviária na área do pôrto, aumentando a segurança e a economia de operação;

f) aquisição de 12 locomotivas de 4 000 CV e 450 vagões de minério;

g) melhoria e ampliação das instalações do terminal marítimo de Tubarão, preparando-o para a duplicação do fluxo horário de carga e descarga, de 6 000 para 12 000 t/hora, em 1970.

h) prosseguimento da construção da primeira unidade de pelotização, na área de Tubarão, com término previsto para julho de 1969; e

i) entendimentos visando à realização de trabalhos de prospecção em extensas áreas entre os rios Tocantins e Xingu e à criação de uma nova emprêsa, da qual participaria majoritàriamente a CVRD.

Os investimentos realizados somaram NCr$ 160 milhões, sendo NCr$ 90 milhões com recursos próprios e NCr$ 70 milhões provenientes de financiamento.

Siderurgia

Neste setor de importância fundamental para o País, a atuação do Govêrno traduziu-se por iniciativas de grande alcance e de conseqüências positivas inegáveis, a curto e a longo prazo, para o desenvolvimento industrial do País.

Em resultado dos trabalhos desenvolvidos pelo Grupo Consultivo da Indústria Siderúrgica, estabelecido em 1967, assinala-se a formulação do Plano Siderúrgico Nacional, já em execução através de uma estrutura administrativa própria e com a meta do incremento global da produção de aço de cêrca de 1,8 milhão de toneladas/ano até 1971. As principais expansões previstas são as da Companhia Siderúrgica Nacional, da USIMINAS e da COSIPA, que em 1971 deverão estar produzindo 1,6, 1,4 e 1,0 milhões de toneladas por ano de aço em lingotes, respectivamente.

Ainda no sentido de uma correta unidade de ação, foi criado, pelo Decreto nº 62 403, de 14 de março de 1968, o Conselho

Consultivo da Indústria Siderúrgica, com os encargos de supervisionar os programas de expansão, comercialização e preços da siderurgia e de participar da administração das emprêsas estatais. O CONSIDER é presidido pelo Ministro da Indústria e do Comércio e integrado pelos Presidentes do BNDE, do Banco do Brasil e da CPCAN, por representantes dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento e Coordenação Geral, pelos Presidentes das companhias siderúrgicas estatais e por representantes da siderurgia privada e da mineração.

Entre os resultados imediatos originados da nova política siderúrgica cabe mencionar:

a) incremento de 20% na produção de aço em lingotes, passando de 3,7 milhões de toneladas em 1967 para 4,4 milhões em 1968;

b) elevação de 52% no faturamento das siderúrgicas, passando de NCr$ 1,1 bilhão em 1967 para 1,7 bilhão em 1968; e

c) crescimento de 8,5% na mão-de-obra empregada no setor, além do incremento de 10% em sua produtividade.

Em síntese, recolocou-se a siderurgia brasileira na trilha do progresso.

Metais Não-Ferrosos

O Govêrno não poupou esforços no sentido de incentivar projetos tendentes a consolidar e desenvolver a produção de metais não-ferrosos, tendo sido muito profícua a atuação do Grupo Executivo para as Indústrias Metalúrgicas — GEIMET, e ao mesmo tempo procurou estimular as pesquisas dos minérios. Em particular, assinalam-se os resultados obtidos em relação ao alumínio, ao zinco e ao cobre.

Deu-se seqüência aos projetos de expansão da indústria de alumínio, os quais, uma vez executados, atenderão tôdas as necessidades do mercado interno. Os investimentos nas três unidades produtoras de alumínio primário totalizaram NCr$ 43 milhões, sendo que a produção em 1968 registrou um acréscimo de 22,8% sôbre a do ano anterior.

Quanto ao zinco, a produção foi pràticamente duplicada em relação à de 1967, devendo registrar grande incremento em 1969, de vez que ainda no primeiro semestre do ano em curso entrará em operação uma nova unidade produtora, em cujo projeto foram investidos em 1968 cêrca de NCr$ 13 milhões.

Com relação ao cobre, continuam em ritmo acelerado os trabalhos de pesquisa e prospecção do minério nas principais áreas de ocorrência, situadas nos Estados de Mato Grosso, Bahia e Rio Grande do Sul:

Química e Petroquímica

Prosseguiu o Grupo Executivo da Indústria Química — GEIQUIM no seu trabalho de orientação do desenvolvimento dêsse importante setor. Foram aprovados 23 projetos, representando inversões que somam NCr$ 402,4 milhões. O valor da produção da indústria química alcançou em 1968 NCr$ 8 bilhões, com um acréscimo de 30% em relação a 1967.

No que concerne aos produtos químicos inorgânicos, foram excelentes os resultados obtidos pela Companhia Nacional de Álcalis, que produziu 100 mil toneladas de barrilha em 1968, com a plena utilização de sua capacidade instalada, suprindo totalmente o mercado nacional. Essa emprêsa tem projetos aprovados de ampliação de suas instalações, em duas etapas, para chegar a 200 mil toneladas por ano, atingindo uma escala de produção e um aproveitamento de infra-estrutura que lhe permitirão obter custos de produção sensìvelmente mais baixos.

Também obtiveram bons índices de produtividade as indústrias de ácido sulfúrico e de soda cáustica. Esta última beneficiou-se dos estímulos governamentais, tendo sido aprovado um projeto de ampliação com investimento estimado em NCr$ 11 milhões.

Quanto aos produtos petroquímicos de base, foram obtidos os primeiros resultados das diretrizes consubstanciadas pelo Decreto nº 61 981, de 28 de dezembro de 1967, que, além de regulamentar o suprimento de matérias-primas à indústria petroquímica,

criou a PETROQUISA. Realizou-se a associação entre esta emprêsa e grupos investidores nacionais, com a implantação de central petroquímica para a produção de matérias-primas como olefinas e aromáticos.

Com base em convênio creditício entre a PETROBRÁS e o BNDE, foram aprovados projetos relativos à obtenção de látex de borracha sintética e a uma unidade de recuperação do enxôfre contido nos gases de refinaria. Esta unidade, que produzirá 10 mil toneladas por ano, representa o passo inicial do Govêrno para a solução do problema de suprimento de enxôfre.

Igualmente digna de registro foi a produção de 50 mil toneladas de borracha tipo SBR, obtida pela PETROQUISA, a nova subsidiária da PETROBRÁS, que, atendendo a todo o mercado nacional de elastômeros, ainda exportou 1 000 toneladas para o mercado da ALALC, agora muito competitivo com a inauguração de fábricas na Argentina e no México.

Ressalte-se ainda a entrada em operação da unidade de butadieno da PETROQUISA, que fica assim liberada da importação da sua principal matéria-prima.

Com relação aos detergentes sintéticos, cabe mencionar que o seu consumo sofreu a influência positiva da disponibilidade de produção interna do dodecilbenzeno, tendo a produção alcançado 60 mil toneladas.

Entrou em operação uma unidade de anidrido ftálico e aumentou-se a produção de matérias-primas para as fibras de *nylon*.

Assinale-se ter havido no setor de resinas, plásticos e fibras artificiais e sintéticas uma demanda excepcional — em parte atendida pela importação — permitindo aos fabricantes nacionais o melhor uso de sua capacidade instalada.

Prosseguiram as obras dos dois grandes projetos de unidades de fertilizantes para produção de nitratos e uréia, sendo o último da PETROBRÁS. Cumpre ressaltar que no setor de fertilizantes ocorreu acentuado crescimento do consumo, em decorrência de política de subsídios e crédito conduzida pelo Govêrno através do FUNFERTIL.

Mecânica, Elétrica e Bens de Capital

A indústria mecânica e elétrica foi responsável pela geração de cêrca de 8% do Produto Interno Bruto em 1967, tendo desempenhado, em 1968, relevante papel como núcleo de assimilação de tecnologia e absorção de mão-de-obra qualificada.

Êsse setor da indústria manteve os elevados níveis de produtividade dos quatro últimos anos, através da aplicação de oportunas medidas operacionais, visando ao melhor aproveitamento de matérias-primas e aumento da produtividade da mão-de-obra.

A indústria respondeu favoràvelmente aos objetivos governamentais de retomada do desenvolvimento, ultrapassando mesmo as expectativas, tanto em resultados de produção e exportação como em volume de investimentos.

Os ramos industriais dedicados à produção de bens de capital, que em 1967 haviam produzido NCr$ 2,2 bilhões (cruzeiros de 1968), atingiram, em 1968, NCr$ 3,2 bilhões, com um acréscimo de 47,5% e ponderável efeito multiplicador na economia, característica marcante do setor da indústria mecânica e elétrica.

A demanda de bens de capital ascendeu a NCr$ 5 bilhões, significando um acréscimo de 39,5%, em têrmos reais, relativamente a 1967.

As importações de bens de capital em 1968 elevaram-se de 34% em relação a 1967, mantendo-se os índices tecnológicos em tôrno de US$ 3 000 por tonelada, o que demonstra a disposição da indústria nacional de racionalizar os seus métodos de produção e auferir os benefícios provenientes das economias de escala e alta produtividade.

No subsetor de bens de capital, o programa de construção naval foi dos mais significativos. Em 1967 foram entregues 83 390 TDW, no valor de NCr$ 92,6 milhões, e, em 1968, 210 875 TDW, no valor de NCr$ 237,5 milhões.

Para 1969 foram encomendados aos estaleiros nacionais 73 726 TDW, no montante de NCr$ 142,1 milhões. No triênio 1970/1972 serão entregues 387 407 TDW, no valor de 868,6 milhões, correspondendo a 50 unidades.

A indústria nacional de autoveículos, com uma produção de 279 715 unidades, superou em 54 mil veículos a produção de 1967, o que representa um aumento de 24%. Os setores de ônibus, caminhões e camionetas de carga foram os que apresentaram maior crescimento percentual, respectivamente de 75,5%, 47% e 45,5%.

A produção de tratores, como resultado dos estímulos governamentais, atingiu níveis que superaram as previsões mais otimistas, com um total de 12 389 unidades (inclusive cultivadores motorizados), correspondendo a um acréscimo de 45,5% sôbre a produção de 1967.

O setor de autopeças, por seu turno, registrou a taxa de crescimento de 34%.

O ramo de utilidades domésticas apresentou, em têrmos reais, um aumento de 22% em relação a 1967. Êsse acréscimo decorre, fundamentalmente, da diminuição da influência de fatôres especulativos. O gradativo aumento do poder de compra das classes assalariadas, assim como a integração de novas áreas de consumo, deverá conduzir o subsetor de bens de consumo duráveis a uma significativa expansão nos próximos anos.

O Govêrno vem dispensando especial atenção à indústria mecânica e elétrica, tomando medidas que garantam a necessária parcela de segurança operacional, estimulando a elevação dos níveis tecnológicos e a obtenção de economias de escala, indispensáveis ao seu desenvolvimento. Entre as principais convém salientar: os financiamentos internos; a participação do subsetor de máquinas e equipamentos em parcela dos recursos externos destinada às compras no País; a dedução do IPI e a regulamentação da comparação de preços no caso de vendas internas equiparadas à exportação; e a regulamentação do conceito de similar nacional, através do Decreto nº 61 574, de 13 de outubro de 1967, que permitiu ao Conselho de Política Aduaneira e, por delegação, à CACEX fazer julgamento sôbre similaridade, levando em conta a nova estrutura industrial que se vem consolidando no País.

Mencione-se também a transferência do contrôle acionário da Fábrica Nacional de Motores à Alfa Romeo, sociedade italiana,

com base no Decreto-lei nº 103, de 13 de janeiro de 1967, que autorizou a privatização da emprêsa.

A ação governamental se fêz sentir ainda nos planos de investimentos das indústrias mecânica e elétrica através da utilização de recursos financeiros destinados à aplicação nas áreas da SUDENE e da SUDAM, assim como pela concessão de estímulos e pela isenção do impôsto de importação e dos gravames aduaneiros relativos aos bens de capital importados sem similar nacional. Assinale-se que a quase totalidade dos empresários que realizaram investimentos de médio e grande porte solicitou isenções ao GEIMEC e ao GEINEE, que aprovaram mais de NCr$ 100 milhões de investimentos no setor mecânico e elétrico.

Indústria de Construção Civil e de Materiais de Construção

A implementação dos programas habitacionais e de obras públicas de infra-estrutura contidos no Programa Estratégico de Desenvolvimento provocou o crescimento acelerado da indústria de construção civil, bem como do setor industrial fabricante de seus insumos, sendo o acréscimo, em 1968, de 14% em relação ao ano anterior.

Dentre os investimentos em construção cabe destacar os realizados em obras residenciais financiadas pelo Banco Nacional da Habitação através de convênios e contratos, cujo montante foi superior a NCr$ 3,2 bilhões, ou seja, mais de 20%, em têrmos reais, relativamente ao de 1967.

Como decorrência dessa expansão da indústria de construção civil, a absorção de mão-de-obra verificada foi de 146 mil pessoas, aproximadamente o dôbro da ocorrida no ano anterior. Tal absorção representou 22% da absorção total do País e 32% do setor industrial.

A carência de mão-de-obra especializada, que já se observa no setor, motivou o estabelecimento de convênios entre o Ministério do Trabalho e Previdência Social, através do Departamento Nacional de Mão-de-Obra, o SENAI e o BNH, visando à promoção de cursos para formação de operários especializados em construção civil.

Também em decorrência da expansão da construção civil, a indústria de minerais não-metálicos, cujos produtos representam os principais materiais de construção, teve sua atividade ampliada em níveis idênticos aos registrados para a construção.

O consumo de cimento aumentou de 16% em relação a 1967, num total de 7,7 milhões de toneladas, sendo 7,2 milhões de toneladas atendidas pela produção nacional. Os consumos de azulejos e de vidros planos, insumos importantes da indústria de construção civil, atingiram respectivamente 15,5 e 12,2 milhões de metros quadrados. As produções físicas cresceram, respectivamente, 7% e 47% em relação a 1967.

A ação governamental relativa às indústrias de construção e de materiais de construção se fêz sentir através dos instrumentos de apoio previstos no Programa Estratégico de Desenvolvimento: Grupo Executivo da Indústria de Materiais de Construção — GEIMAC, Financiamento de Materiais de Construção do BNH— FIMACO e BNDE.

O GEIMAC, subordinado à Comissão de Desenvolvimento Industrial do Ministério da Indústria e do Comércio, com atribuições de conceder estímulos e de promover projetos prioritários, aprovou 36 projetos e aditivos, cujos investimentos totalizaram NCr$ 199,3 milhões.

Além dêstes incentivos, foi adotado o uso do coeficiente de depreciação acelerada para a determinação do lucro real das emprêsas, sujeito à tributação pelo Impôsto de Renda, nos casos de inversão em bens de produção novos fabricados no País, conforme estabelece o Decreto nº 62 351, de 5 de março de 1968.

Por outro lado, o BNDE e BNH (REINVEST) concederam financiamentos para a importação e a ampliação de fábricas de materiais de construção, respectivamente aos montantes de ..... NCr$ 97 milhões e NCr$ 8,16 milhões.

No que se refere ao financiamento ou refinanciamento de materiais de construção ao consumidor, o BNH, através do subprograma RECON — FIMACO, proporcionou condições para se reduzirem os custos de construção, pela adoção de ritmo mais econômico e obtenção de descontos nas aquisições à vista.

INDÚSTRIAS TRADICIONAIS

A particular atenção dispensada pelo Govêrno aos problemas das indústrias tradicionais decorreu da importância do papel por elas representado na vida do País, principalmente pelos aspectos sociais e econômicos de sua contribuição, de vez que, além de terem elevada responsabilidade no emprêgo industrial — 60% —, seus produtos constituem itens básicos de consumo popular.

Consciente do que significam para o seu programa de desenvolvimento, o poder público estudou e pôs em execução projetos integrados objetivando sistematizar o processo, já em curso, de modernização e reorganização tecnológica e administrativa de tais indústrias, a fim de que elas revigorem seu poder de resistência às flutuações e obtenham uma expansão de mercado através da redução de custos.

Em contrapartida, refletindo os efeitos dêsse processo de modernização, da política de crédito mais estável e dos aumentos de salários, as indústrias tradicionais tiveram em 1968 um índice de expansão de aproximadamente 6,5%, que constitui resultado auspicioso se levadas em conta suas peculiaridades.

A adoção de novas técnicas e o lançamento de novas linhas de produtos estão contribuindo para o revigoramento dêsse setor da indústria, o qual, amparado e orientado pelo Govêrno, deverá ter sua rentabilidade média aumentada, a par das perspectivas de ampliação de mercados para os seus produtos.

REFORMA ADMINISTRATIVA

Tiveram prosseguimento os trabalhos de implantação da Reforma Administrativa, de acôrdo com a filosofia e os princípios consubstanciados no Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967. A ação desenvolvida em 1968 pode ser assim esquematizada:

— continuação da Operação Desemperramento;

— reestruturação de órgãos (atos de organização);

— início do Programa de Descentralização Regional;

— realização de estudos definidores do Núcleo Central dos Ministérios (Lei nº 5 363, de 30 de novembro de 1967); e

— estabelecimento de nova sistemática de ação (Decreto número 63 500, de 30 de outubro de 1968).

Operação Desemperramento

A ação desemperradora se exerceu, principalmente, na remoção dos embaraços de natureza institucional, constantes de textos de leis, decretos, regulamentos ou demais normas que regulam o funcionamento da máquina administrativa. Esta ação exerceu-se em três níveis:

a) pela delegação de competência, promovendo-se medidas para a transferência de autoridade e visando a desconcentrar o poder de decisão, dos níveis mais altos para os níveis inferiores da administração;

b) pela simplificação de rotinas, abolindo-se exigências burocráticas que oneram ou retardam a solução dos assuntos, contrôles desnecessários e a tramitação meramente formal de expedientes, por órgãos jurídicos ou técnicos; e

c) pela descentralização regional, delegando-se aos Estados e Municípios, por intermédio de convênios, e ao setor privado, por intermédio de contratos, a execução de serviços cuja realização pelo Govêrno Federal ou pelos Governos locais fôsse difícil ou onerosa, ou representasse duplicação de atividades.

Os resultados estatísticos foram os seguintes:

— Atos de Delegação de Competência	427
— Atribuições delegadas	8 196
— Documentos que deixaram de subir à autoridade delegante	5 190 000
— Rotinas identificadas e simplificadas	57

	antes	*depois*
— Impressos utilizados nas rotinas simplificadas	1 304	520
— Passos das rotinas simplificadoras	16 593	5 463

Reestruturação de Órgãos

Desenvolveram-se tarefas de elaboração, exame, revisão e adaptação de decretos sôbre estruturas, regulamentos, regimentos e outros atos de organização, sempre no sentido de adequar a estrutura dos órgãos de administração federal às diretrizes do Decreto-lei nº 200, ajustando-os ao desempenho de suas funções específicas.

Esta ação resultou na assinatura de 201 atos de organização.

Programa de Descentralização Regional

Visando a capacitar os órgãos federais ao desempenho, nos Estados, das novas atividades decorrentes da descentralização administrativa e a identificar os chefes locais com os princípios do Decreto-lei nº 200, transformando-os em propagadores da Reforma, iniciou-se o Programa de Descentralização Regional, promovido pelo Escritório da Reforma Administrativa, do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, o qual se desenvolveu em têrmos de seminários, simpósios e treinamento de chefias em diversas capitais.

Semana da Reforma Administrativa

A Semana da Reforma Administrativa, realizada em outubro de 1968 na Guanabara, proporcionou um balanço das realizações do Govêrno nesse campo, contribuindo para difundir amplamente a ação desenvolvida. Constou de seminários sôbre orçamento e administração financeira, reforma da administração de pessoal e treinamento para a reforma administrativa, além de palestras dos ministros sôbre as realizações em suas pastas e encontro de governadores, propiciando-se ampla troca de experiências.

Transferência para Brasília

A Lei nº 5 363, de 30 de novembro de 1967, estabeleceu que o Núcleo Central da Administração Federal deverá localizar-se

na Capital da União, até maio de 1970, determinando expressamente que a transferência de órgãos e servidores se faça em observância às diretrizes da Reforma Administrativa e incumbindo o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral da orientação das providências necessárias.

Através do Decreto-lei nº 391, de 30 de dezembro de 1968, criou-se o Grupo Executivo da Complementação da Mudança dos Órgãos da Administração Federal para Brasília, proporcionando os recursos financeiros necessários à dinamização do processo de transferência.

Nova Sistemática de Ação

A primeira fase de implantação da Reforma Administrativa foi coberta pela atuação de grupos de trabalho criados em cada Ministério.

Com a instalação dêsses grupos, teve início a Operação Desemperramento, buscando-se identificar e remover obstáculos à dinamização da máquina administrativa. Esta etapa encerrou-se com o balanço realizado durante a Semana da Reforma Administrativa.

Inaugurou-se, com o Decreto nº 63 500, de 31 de outubro de 1968, nova fase de polarização de esforços em tôrno da Reforma Administrativa. Foi estabelecida estrutura própria de execução em cada Ministério e nos órgãos da Administração Indireta, passando a Reforma a constituir-se no objetivo principal, ou exclusivo, de uma equipe de Govêrno e não uma tarefa a ser desempenhada cumulativamente com outras.

Em decorrência da nova sistemática, deverão ganhar maior impulso os trabalhos de implantação da Reforma, sendo de notar que os agentes em cada Ministério serão submetidos a treinamento intensivo, com o que será ampliada a eficácia de sua ação.

O programa de atividades da Reforma Administrativa para 1969 será desenvolvido em articulação com a Comissão Central da Reforma Administrativa Federal — CERAF.

PESQUISA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

Em 1968 deu-se continuidade às medidas adotadas no ano anterior, de coordenação e estímulo ou de ação direta do Govêrno na área de pesquisa científica e tecnológica.

As quatro entidades prioritárias na execução do Plano Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, a saber, Conselho Nacional de Pesquisas, Comissão Nacional de Energia Nuclear, Grupo de Organização da Comissão Nacional de Atividades Espaciais e Fundo de Desenvolvimento Técnico-Científico, desenvolveram uma ação intensa, obtendo-se ao findar o exercício resultados bastante expressivos.

Conselho Nacional de Pesquisas

O Conselho Nacional de Pesquisas — CNPq apresentou, em 1968, um substancial incremento em suas atividades, particularmente no que se refere a bôlsas de estudo, contratos de pesquisadores e auxílios financeiros para a aquisição de equipamentos.

Relativamente à pesquisa científica no País, o CNPq conseguiu elevar para mais de 1 800 o número de seus bolsistas, além de melhorar o nível de retribuição pelo trabalho de pesquisas em regime de dedicação exclusiva. As bôlsas de estudo concedidas contemplaram os setores da Agricultura, Biologia e Ciências Médicas, Ciências Sociais, Ciências da Terra, Física e Astronomia, Matemática, Química, Tecnologia e Veterinária.

Dentre os bolsistas, figuram algumas centenas de pesquisadores altamente qualificados, elementos indispensáveis para a formação de novos cientistas e para a condução de projetos de pesquisas em áreas prioritárias. Até o fim de 1968, regressaram ao País 24 pesquisadores, engenheiros e médicos, muitos dos quais se encontravam há mais de cinco anos trabalhando no estrangeiro e cujo retôrno se deve ao clima de confiança criado no ambiente científico nacional e à garantia do seu pleno aproveitamento nas especialidades em que se destacaram.

Numerosos projetos de pesquisas de interêsse para o desenvolvimento tiveram início em 1968, estando assegurados recursos

financeiros para sua continuidade ou conclusão no ano que se inicia. A produção científica nacional, computada apenas a que faz expressa referência ao CNPq, deverá ultrapassar 1 400 títulos de pesquisa original publicada ou no prelo.

Em 1969, a dotação orçamentária destinada às pesquisas patrocinadas pelo CNPq permitirá duplicar a atuação dêsse órgão, possibilitando um maior desenvolvimento científico e tecnológico do País.

Comissão Nacional de Energia Nuclear

Foram aprovadas as diretrizes básicas da atuação da Comissão Nacional de Energia Nuclear — CNEN, definindo os campos de interêsse prioritários que deverão orientar a elaboração de seus programas. As áreas escolhidas abrangem a formação e o aperfeiçoamento de pessoal técnico e científico; incentivo à pesquisa tecnológica; prospecção, exploração, lavra e beneficiamento de minérios nucleares; produção e aplicação de radioisótopos e radiações; e instalação de reatores de potência.

A CNEN vem concentrando esforços no desenvolvimento do projeto da primeira central nuclear para o País, especialmente no que diz respeito a sua caracterização técnica, do ponto-de-vista do interêsse nacional. Foi celebrado convênio com a ELETROBRÁS, regulando a cooperação entre as duas entidades no planejamento, construção e operação de centrais nucleares para produção de energia elétrica.

A elevação do orçamento da Comissão Nacional de Energia Nuclear propiciou a construção dos edifícios de Engenharia Química do Instituto de Energia Atômica de São Paulo (IEA), da Administração e Auditório do Instituto de Engenharia Nuclear (IEN) na Ilha do Fundão, e do Grupo de Tório do Instituto de Pesquisas Radioativas de Belo Horizonte (IPR). Além disso, foram ministrados cursos e concedidas bôlsas visando à formação e aperfeiçoamento de pessoal.

Comissão Nacional de Atividades Espaciais

O Grupo de Organização da Comissão Nacional de Atividades Espaciais — GOCNAE deu prosseguimento, entre outros, a seus programas de estudo da atmosfera e das camadas superiores, através do lançamento de balões e de foguetes.

Por outro lado, diversas outras atividades foram desenvolvidas pelo Grupo, tais como realização de cursos de pós-graduação e de simpósios, treinamento de técnicos, publicação de relatórios técnicos e científicos e intercâmbio de informações com entidades de outros países.

Assinale-se ter sido o GOCNAE equipado com um computador eletrônico B-3 500, o que veio facilitar grandemente o processamento dos dados colhidos, possibilitando a mais fácil solução de inúmeros problemas científicos associados aos programas de pesquisas em curso.

Fundo de Desenvolvimento Técnico-Científico

Em 1968, o Govêrno ampliou substancialmente os recursos à disposição do Fundo de Desenvolvimento Técnico-Científico — FUNTEC, no âmbito do BNDE, a fim de atender a crescente demanda de cooperação financeira por parte de instituições de ensino e pesquisa. Ao mesmo tempo, dotou o Fundo de organização administrativa capaz de assegurar maior dinamismo a seus programas, que já têm grande relêvo no progresso da ciência e da tecnologia no País. Assinale-se que, desde a criação do FUNTEC em 1964, foram celebrados por seu intermédio 57 contratos com entidades várias, sendo 37 no setor de ensino (34 para pós-graduação e 3 para nível médio) e 20 no campo das pesquisas.

Através do FUNTEC tem sido, assim, proporcionado apoio financeiro para realização de projetos e programas que visem à criação de um corpo qualificado de pesquisadores, formando mestres e doutôres em diversos ramos científicos e tecnológicos. Igualmente, vem sendo estimulado o desenvolvimento de pesquisas básicas e aplicadas, dentro do objetivo fundamental de melhor aproveitamento de recursos naturais do País.

INFRA-ESTRUTURA SOCIAL

EDUCAÇAO

No campo da Educação, o Govêrno provou seu indiscutível interêsse em tornar realidade um compromisso assumido com a sociedade brasileira. Certo de que o setor constitui um dos fatôres principais do desenvolvimento, canalizou seus esforços no sentido de expandir e reformular o sistema de ensino, visando formar os recursos humanos indispensáveis às necessidades econômicas do País e buscando o aprimoramento do processo de democratização de oportunidades, necessário ao seu aperfeiçoamento político e social.

Administração e Planejamento

Ultimaram-se estudos complementares ao Programa Estratégico de Desenvolvimento, definindo linhas de ação e programas prioritários para a consecução dos objetivos da Educação nacional. E com a finalidade de planejar a política nacional de recursos humanos, envolvendo educação e preparo de mão-de-obra, criou-se o Centro Nacional de Recursos Humanos. Foram igualmente elaborados os vários projetos que consubstanciam a Reforma Administrativa do Ministério da Educação e Cultura e a Reforma Universitária.

Os programas de assistência técnica e financeira aos Estados, Universidades e órgãos da Administração Descentralizada foram intensificados, ressaltando-se a participação conjunta do Ministério da Educação e Cultura e do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, além da colaboração de organismos internacionais.

A expansão dos recursos para Educação foi sistematizada mediante o aumento das fontes de recursos existentes, notadamente orçamentárias; a entrega de recursos sem cortes e na época programada; e a criação de novas fontes, entre as quais a concessão de estímulos fiscais e destinação, ao setor, de 20% dos recursos do fundo da Loteria Federal.

No que diz respeito aos dispêndios globais (União, Estados, Municípios e setor privado), foi programado um aumento da participação dêsses recursos no Produto Interno Bruto. Esta relação, que foi de 3,9% em 1968, deverá passar para 4,6% em 1969 e 4,8% em 1970, níveis êstes bastantes elevados, se comparados com os dos países desenvolvidos.

O Ministério da Educação e Cultura obteve financiamentos externos no valor de US$ 55 milhões para o ensino superior, com vistas à expansão e equipamento das Universidades e estabelecimentos isolados. Na área do ensino médio, gestões foram realizadas para obtenção de financiamentos no total de US$ 32 milhões, objetivando a reformulação e expansão do ensino médio, através dos ginásios orientados para o trabalho.

Reforma Universitária

O Govêrno instituiu Grupo de Trabalho para estudar a reforma da Universidade, visando à sua eficiência, modernização, flexibilidade administrativa e formação de recursos humanos de alto nível para o desenvolvimento do País.

O referido Grupo, integrado por elementos da mais alta qualificação, propôs medidas que, já transformadas em decretos e leis, constituem a base da profunda modificação que se começa a processar no sistema de ensino superior, para adaptá-lo à nossa realidade política, social e econômica.

Dos resultados dos trabalhos do Grupo destacam-se, entre outros, dois programas importantes. O primeiro diz respeito à implantação do tempo integral no sistema universitário, dentro do objetivo básico de proporcionar maiores recursos às Universidades. Em sua primeira etapa, visa o programa permitir a contratação de 4 000 professôres em regime de tempo semi-integral e 3 000 em tempo integral, além de 1 000 alunos-monitores. Em resultado, almeja-se possibilitar maior integração de professôres e alunos à Universidade brasileira. Por outro lado, assinala-se a criação do Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação e Pesquisa — INDEP, com a finalidade de captar recursos e

canalizá-los para o financiamento de programas e projetos de ensino e pesquisa, inclusive alimentação escolar e bôlsas de estudo, observadas as diretrizes do planejamento nacional de educação.

Em resumo, a Reforma Universitária visou romper os principais pontos críticos do sistema do ensino superior no País. Além dos programas referidos, o Grupo de Trabalho sugeriu, entre outras, medidas concretas que objetivaram possibilitar a reformulação da carreira de magistério, maior flexibilidade dos currículos, a fixação de critérios para expansão do número de vagas, a eliminação da cátedra vitalícia (mesmo no ensino particular) e a integração universidade-emprêsa, todos êsses pontos da maior relevância para a formação de pessoal especializado de nível superior no País.

Expansão e Aperfeiçoamento do Sistema de Ensino

Ensino Primário

Os programas de ensino primário mantidos pela União, cuja ação é supletiva nesse nível de ensino, foram ampliados em todo o território nacional. As matrículas em relação a 1967 aumentaram de 3%. Os recursos transferidos a Estados e Municípios para manutenção e ampliação da rêde escolar totalizaram NCr$ 33,8 milhões.

Prosseguiram em execução os programas de formação e aperfeiçoamento do magistério e os referentes à assistência ao educando. Os cursos intensivos dirigidos ao pessoal administrativo e docente especializado aperfeiçoaram 2 mil profissionais. O programa de alimentação escolar distribuiu merendas e almoços em 3 436 Municípios.

Quanto ao material escolar, a União continuou a subsidiar o seu consumo, havendo vendido a preço abaixo do custo 490 mil cadernos de exercício, 535 mil obras de consulta e 23,5 milhões de unidades de outros materiais. A produção de livros cresceu

de 200% em relação ao ano anterior e o valor do material distribuído atingiu NCr$ 4,5 milhões. A Fundação Nacional de Material Escolar instalou 7 postos de distribuição em Estados do Leste e Sul do País.

Através da COLTED, foram adquiridos 6 milhões de livros-texto para serem distribuídos no início do ano letivo de 1969 a alunos das escolas primárias, públicas e particulares, e cêrca de 2,5 milhões de livros destinados às bibliotecas nos três níveis de ensino. A COLTED promoveu cursos de treinamento para 110 mil professôres de ensino primário, objetivando utilização adequada dos livros-texto.

Ainda no campo da educação de base, o Govêrno continuou os estudos e tomou as medidas essenciais para funcionamento efetivo da MOBRAL, a fim de implementar o programa de alfabetização funcional e educação de adultos.

Para atender a dispositivo constitucional, foi lançada a Operação-Escola, projeto especial que visa ao cumprimento da obrigatoriedade escolar e à reforma do ensino primário, nas capitais e cidades de maior desenvolvimento.

Ensino Médio

A União transferiu aos Estados, para expansão e manutenção dos seus sistemas de ensino médio, mais de NCr$ 30 milhões, apoio que permitiu considerável incremento de matrículas nas escolas de nível médio. Assim, do total de 2 816 440 em 1967, passou-se a 3 205 851 em 1968.

No ramo industrial, o atendimento atingiu 146 085 alunos, ou seja, um acréscimo de 37,4% em relação a 1967, o que bem caracteriza o empenho na formação do pessoal necessário para o processo de desenvolvimento do País. Através do Programa Intensivo de Preparação da Mão-de-Obra Industrial, foram formados e treinados 36 790 técnicos e operários. Equipamentos

importados nos têrmos de convênios firmados em 1967, no valor de NCr$ 53 milhões, foram distribuídos a diversas escolas industriais.

Medidas de assistência ao estudante foram intensificadas, tais como a distribuição de alimentação escolar e a venda de material escolar a preços subsidiados.

Os programas de bôlsas de estudo foram ampliados: distribuíram-se 90 mil bôlsas pelo PEBE (Programa Especial de Bôlsas de Estudo destinadas aos trabalhadores sindicalizados ou a seus filhos), além das que habitualmente são concedidas pelo Ministério da Educação e Cultura.

Ensino Superior

Assinalou-se um crescimento significativo do número de matrículas no ensino superior em razão das medidas adotadas pelo Govêrno: registraram-se 278 295 alunos em 1968, contra 212 882 alunos em 1967, revelando acréscimo de 30,7%.

Foi autorizado o funcionamento de 41 novos estabelecimentos de nível superior e criada a Universidade de Passo Fundo.

O programa federal de livros-texto estendeu-se ao ensino universitário, sendo adquiridos e distribuídos pelas várias unidades cêrca de 41 mil exemplares, através da COLTED.

O Govêrno, com o objetivo de revigorar as Universidades, promoveu o reequipamento e a ampliação de estabelecimentos federais, estaduais e privados de ensino superior, inclusive com recursos obtidos através de financiamentos externos.

Em síntese, a Educação, em todos os níveis, foi objeto da atenção prioritária do Govêrno, pela conscientização de seu valor fundamental no processo do desenvolvimento brasileiro.

HABITAÇAO

Ao findar 1968, o Banco Nacional da Habitação — BNH, com apenas quatro anos de existência, já era o segundo estabelecimento de crédito do País, com NCr$ 333 milhões de capital e reservas, e um ativo de NCr$ 2,4 bilhões. O total de recursos aplicados pelo BNH, desde sua criação em 1964, atingiu NCr$ 3,3 bilhões, gerando um investimento total de NCr$ 7,3 bilhões. O número de unidades habitacionais financiadas nesse período foi de 398 mil.

O BNH, em 1968, concedeu empréstimos para moradia no valor de NCr$ 1,4 bilhão, gerando investimentos superiores a NCr$ 3,2 bilhões. Foram financiadas nesse ano mais de 166 mil habitações.

O Govêrno vem dando ênfase à coordenação dos programas habitacionais com os de equipamento urbano, serviços públicos e comunitários, e à compatibilização, a nível regional e local, daqueles programas com os problemas decorrentes da urbanização acelerada. A fim de aumentar o rendimento social dos recursos do BNH, decidiu-se ampliar-lhe a faixa de atuação. Nesse sentido, foram criados, a partir de 1967, o Fundo de Financiamento do Planejamento Local Integrado — FIPLAN e o Programa de Financiamento para o Saneamento — FINANSA, que vêm funcionando com recursos colocados à sua disposição pelo BNH.

A atuação do BNH não pode ser, no entanto, avaliada apenas em função dos dados acima citados. Além de proporcionar o acesso à casa própria e a melhoria das condições de saúde e bem-estar através dos programas de habitação e saneamento, o BNH foi responsável pela criação de 300 mil empregos em 1968. Assinala-se igualmente a expansão das indústrias de construção civil e de materiais de construção, esta última registrando valôres de investimentos cinco vêzes superiores aos de 1967.

A situação dos diversos programas do BNH, em número de unidades habitacionais, em 31 de dezembro de 1968, é dada pelo seguinte quadro:

UNIDADES HABITACIONAIS

PROGRAMAS		CONVÊNIOS E CONTRATOS ASSINADOS	INICIADAS	CONCLUÍDAS	A INICIAR
FINANCIAMENTO ATRAVÉS DE AGENTES	COHABs	120 607	101 185	63 764	19 422
	COOPHAs	92 390	18 384	8 815	74 006
	IMPACTO	7 296	4 503	3 262	2 793
	EMPRESA	11 798	4 815	2 895	6 983
	HIPOTECAS	41 345	27 072	9 543	14 273
	INSTITUTOS	23 646	9 712	4.247	13 934
	OUTROS	2 448	1 468	—	980
ESTÍMULO E GARANTIA AO S. B. P. E.	S. C. I.	56 933	56 933	56 933	—
	CAIXAS ECONÔMICAS	37 256	37 256	37 256	—
	A. P. E.	901	901	901	—
FIMACO	RECON	3 640	3 640	3 640	—
TOTAL DOS PROGRAMAS HABITACIONAIS		398 260	265 869	101 256	132 391

FONTE: BNH.

Para o triênio 1969/1971, está prevista uma aplicação pelo BNH de NCr$ 5,9 bilhões em programas de habitação, fomento à indústria, saneamento e desenvolvimento urbano, gerando um investimento global de NCr$ 8,7 bilhões.

SAÚDE

Os problemas de saúde pública mereceram tratamento prioritário, dentro do invariável propósito de equacionamento planificado e com vistas à consolidação de uma política nacional, que, integrando recursos humanos e financeiros, estenda à totalidade da população os benefícios do acesso efetivo à assistência médica.

Não se limitou, pois, o Govêrno a incrementar a prevenção e o combate aos males endêmicos, a assistência à maternidade e à infância e as providências básicas de saneamento do meio, especialmente nas localidades do interior e nas zonas rurais. Após exaustivos estudos, consultas a órgãos de classe, avaliação da assistência médica até então disponível e planejamento do sistema assistencial, programou e pôs em execução as ações médico-sanitárias consubstanciadas no Plano Nacional de Saúde.

Iniciada a execução do Plano Nacional de Saúde, em Friburgo, no Estado do Rio de Janeiro, os trabalhos de assistência médica estão na fase de implantação. Foram realizadas as eleições de Conselhos e Diretorias Executivas, as inscrições de médicos, entidades e usuários — êstes em número de 60 mil — e concluídos os convênios com o INPS e RURAL, tendo-se passado à fase de atendimento.

Enumeram-se a seguir as mais importantes realizações do Ministério da Saúde no campo de sua atuação convencional.

Erradicação de Doenças Transmissíveis

Malária — O apoio decidido do Ministério da Saúde à Campanha de Erradicação da Malária permitiu que fôsse antecipada a atuação nas áreas ainda sujeitas ao mal. Cabe, pois, ressaltar o fato auspicioso da cobertura do País na luta contra a doença,

tanto mais significativo por dizer respeito a uma área correspondente a 88% do território nacional. O Ministério fêz borrifar um total de 5,5 milhões de casas, com o que protegeu efetivamente 21,5 milhões de habitantes. Os recursos orçamentários despendidos montaram a NCr$ 39,7 milhões, aos quais se somaram NCr$ 14,9 mil resultantes de convênios com a SUDENE. De outro lado, celebrou-se com a AID nôvo acôrdo de empréstimo, no valor de NCr$ 10,3 milhões, para vigorar no período de 1969 a 1971.

Varíola — Sua alta incidência no Brasil, onde foram notificados 2 972 dos 2 974 casos ocorridos no Continente (99,9%), mais do que justifica o tratamento prioritário dado pelo Govêrno ao combate à doença. Por ser problema de interêsse internacional, conta a Campanha de Erradicação da Varíola, reestruturada em 1967, com a objetiva participação da Organização Mundial de Saúde, através de seu organismo regional, a Repartição Sanitária Pan-Americana. Foram vacinadas 11,5 milhões de pessoas e fornecidas às unidades da Federação 31 900 800 doses de vacina; a países da América do Sul foram enviadas 1 800 000 doses. Os recursos financeiros empregados no combate à varíola foram de NCr$ 2,5 milhões, além de NCr$ 906 mil em equipamentos e material, recebidos dos dois organismos internacionais mencionados.

Doença de Chagas — Não se conhecendo ainda terapêutica específica, o combate à endemia realiza-se principalmente através da eliminação do inseto transmissor e da determinação de sua presença em áreas ainda não investigadas. A ação estendeu-se a 17 unidades da Federação, tendo sido inspecionados 421 270 prédios, 40 270 dos quais revelaram a presença do inseto. Para sua eliminação, foram borrifados 1 143 691 prédios.

Esquistossomose — A endemia é de complexa e difícil profilaxia, calculando-se que existam 8 milhões de pessoas parasitadas, numa área que vai do Rio Grande do Norte à Bahia, atingindo Minas Gerais, no Médio São Francisco, e com focos isolados em outros pontos do território. Os trabalhos desenvolveram-se em 16 unidades da Federação, procedendo-se a exames de laboratório e à assistência com medicamentos.

Combate a outras doenças transmissíveis:

Febre amarela — Como conseqüência de se ter assinalado o reaparecimento do *Aedes aegypti* em 1967, foi reiniciada a campanha antilarvária. Fizeram-se 2 230 114 vacinações. Não se verificou, entretanto, um só caso de febre amarela.

Tracoma — O combate à doença cobriu 397 Municípios, tendo sido tratados todos os doentes encontrados.

Tuberculose — Através da ação dispensarial e hospitalar, foram atingidos os objetivos qualitativos e quantitativos estabelecidos para o programa de combate à doença, que, segundo as últimas estatísticas, ainda é responsável por uma mortalidade de 50 por 100 mil habitantes. Prestou-se assistência aos 211 dispensários distribuídos no País e, mediante acôrdos com serviços de saúde estaduais, foram integradas na luta contra a tuberculose 15 unidades sanitárias situadas em 7 Estados e Territórios.

Leishmaniose — Dentro da orientação adotada, foram desenvolvidas três ordens de medidas profiláticas: inquéritos; combate aos cães doentes e aos vetores; educação sanitária. Examinaram-se 82 264 pessoas, encontrando-se 1 536 casos.

Filariose — Nos inquéritos preliminares, em 40 localidades de 14 Municípios de 3 Estados, tôdas as 2 552 lâminas de sangue colhidas e examinadas foram negativas. Nos trabalhos rotineiros, dentre 487 538 lâminas, 9 640 foram positivas. Trataram-se 13 549 doentes.

Peste — Ocorreu em 1968, a leste de Pernambuco e ao sul do Ceará, um surto eipzoótico que obrigou a mobilização de todos os recursos para circunscrevê-lo e debelá-lo. A área enzoótica no País abrange 189 Municípios de 8 Estados. Foram inspecionados 1 363 096 prédios e feitos 67 803 exames de laboratório, com 210 resultados positivos.

Bouba — Tôda a região já trabalhada foi mantida em observação, executando-se, ainda, o tratamento e as reinspeções em outras áreas, especialmente na Amazônia. As atividades desenvolveram-se em 117 Municípios, com o exame de 351 817 pessoas e medicação de 8 303 doentes.

Ancilostomose e outras verminoses — Continuou o combate, tendo sido cobertos 1 128 Municípios em todo o País. Realizaram-se 2 213 383 exames de laboratório com 600 881 positivos para ancilostomídeos. Fizeram-se 3 047 778 desinfecções, tendo sido empregadas 17 954 510 unidades anti-helmínticas e 24 589 291 de coadjuvantes.

Assistência Médico-Sanitária

A Fundação Serviço Especial de Saúde Pública — FSESP prestou serviços médico-sanitários através de 190 unidades locais de saúde, situadas em 13 Estados. Foram hospitalizados 26 924 pacientes, enquanto nos ambulatórios se registraram 2 023 034 consultas médicas e odontológicas.

As seguintes atividades específicas merecem especial relêvo:

Câncer — As atividades de combate ao câncer consistiram principalmente no amparo às entidades especializadas existentes no território nacional e no aperfeiçoamento do Instituto Nacional de Câncer, ao qual pertencem 335 dos 1 375 leitos da Campanha Nacional de Combate ao Câncer. As subvenções pagas a 29 entidades em 17 unidades da Federação subiram a NCr$ 1 249 800,00.

Doenças mentais — A ação do Ministério se fêz sentir em todo o território nacional, através do Serviço Nacional de Doenças Mentais e da Campanha Nacional de Saúde Mental, criada em 1967. Ampliaram-se os quatro grandes hospitais do Ministério e concluíram-se convênios com 19 Estados para auxílio a 20 estabelecimentos psiquiátricos. Foram atendidas 400 mil pessoas em 37 ambulatórios psiquiátricos, 2 de orientação vocacional, 2 de psicoterapia de grupo e 1 de psiquiatria infantil, existentes em 21 unidades da Federação.

Bócio endêmico — A campanha desenvolve-se através de inquéritos, iodação de sal para consumo alimentar e contrôle do teor de sal iodado. Examinaram-se 70 909 escolares, iodaram-se 364 376 toneladas de sal, e analisaram-se 18 288 amostras de sal iodado.

Assistência à Maternidade e à Infância — Atenderam-se 900 mil gestantes, nutrizes e pré-escolares. As atividades abrangeram 72 500 escolas — sendo assistidos 7,5 milhões de escolares, 870 postos de puericultura, 732 maternidades, 173 hospitais infantis e serviços de pediatria e 1 082 outras obras de proteção à maternidade e à infância. Essas entidades participaram da distribuição total de 20 mil toneladas de leite em pó desnatado e outros alimentos. Ultimaram-se os estudos para a distribuição, mediante acôrdo com a USAID, de 10 mil toneladas de leite em pó desnatado, beneficiando-se 600 mil pessoas em 26 unidades da Federação.

Formação e Aperfeiçoamento — A Fundação Ensino Especializado de Saúde Pública promoveu dez cursos, com um total de 350 inscrições. A Fundação Serviço Especial de Saúde Pública continuou a manter a Escola de Enfermagem de Manaus e realizou Cursos de Aperfeiçoamento e de Formação. O Instituto Oswaldo Cruz, além do Curso de Aplicação, instalado por seu fundador, promoveu os de Genética de Microorganismos, e de Computadores Eletrônicos para Aplicação em Biologia e o de Introdução ao Uso de Radioisótopos em Biologia. Outros cursos foram realizados pela Campanha Nacional de Alimentação, pela Escola Alfredo Pinto, pelo Instituto Fernando Figueira, pelo Departamento Nacional da Criança e pelo Instituto de Leprologia. Por sua vez, a Campanha de Erradicação da Malária organizou 155 cursos, com uma freqüência de cêrca de 3 070 alunos.

Pesquisa — Além dos trabalhos de equipe para averiguação de condições mórbidas do País, realizou o Instituto Oswaldo Cruz estudos específicos nos campos da fisiologia e farmacodinâmica; da microbiologia e imunologia; da química; da patologia; da virologia; da zoologia; e da nosologia. Merecem igualmente registro as pesquisas da Fundação Ensino Especializado de Saúde Pública, as do Serviço Nacional de Tuberculose, as do Departamento Nacional de Endemias Rurais, através dos centros e núcleos de Recife, Salvador, Belo Horizonte e Guanabara, e as da Fundação Serviço Especial de Saúde Pública.

Para as campanhas sanitárias executadas pelo Ministério e também para atender às solicitações internacionais, como decor-

rência de convênios celebrados com a Organização Mundial de Saúde, o Instituto Oswaldo Cruz produziu 48 575 530 doses de vacinas e soros diversos, das quais 1 380 000 foram fornecidas para o exterior, inclusive 224 000 para o Vietnã. Mencionam-se igualmente as atividades do Serviço de Produtos Profiláticos do Departamento Nacional de Endemias Rurais.

Defesa Sanitária — Mereceu cuidadosa atenção a marcha de epidemias e endemias em outros países, adotando-se as medidas necessárias para preservar delas o território nacional. Além das providências rotineiras, nos portos e aeroportos, atendeu-se a situações específicas resultantes de alguns surtos epidêmicos mais graves, ocorridos no Oriente, bem como se tratou prioritàriamente o problema do reaparecimento do *Aedes aegypti* na região de Belém.

SANEAMENTO BÁSICO

Na construção de sistemas de saneamento para doação aos Municípios, o Govêrno Federal atuou principalmente através do Ministério do Interior (Departamento Nacional de Obras e Saneamento — DNOS e organismos regionais) e do Ministério da Saúde (Fundação Serviço Especial de Saúde Pública — FSESP e Departamento Nacional de Endemias Rurais — DNERu).

Cabe ressaltar a implantação e o início de operação do Sistema Financeiro do Saneamento, liderado pelo Banco Nacional da Habitação. Êste sistema mobiliza, além de recursos do próprio BNH, aplicados através do Programa de Financiamento para o Saneamento — FINANSA, e da parcela do orçamento federal que constitui o Fundo de Financiamento para Saneamento — FISANE, recursos dos Estados e das Prefeituras municipais.

Como primeiro passo para execução do seu programa de financiamento de obras de abastecimento de água, o BNH assinou convênios com 13 Estados e 3 Territórios Federais, abrangendo 632 cidades e promovendo um investimento total da ordem de NCr$ 885 milhões. Estudam-se convênios a serem assinados com outros 3 Estados, os quais beneficiarão mais 107 cidades,

num investimento de NCr$ 146 milhões. Deve-se notar que a assinatura dos referidos convênios implica um compromisso de financiamento por parte do BNH e a criação de um Fundo Estadual de Financiamento de Água e Esgôto — FAE, que, com recursos estaduais, participará também do financiamento das obras.

Por outro lado, foram assinados contratos de financiamento com 71 Municípios, no valor de NCr$ 115 milhões, devendo ser ainda assinados mais 13, no valor de NCr$ 53 milhões.

O DNOS aplicou em obras públicas NCr$ 89 milhões, nos setores de abastecimento de água, esgotos sanitários, combate às inundações, regularização de cursos de água, além de irrigação e energia elétrica.

No decorrer de 1968, entrou em operação o Fundo de Investimentos Sociais — FUNINSO, sendo utilizados em abastecimento de água recursos provenientes de empréstimo do BID. A Fundação SESP aplicou NCr$ 6 milhões dêsse Fundo, além de suas dotações orçamentárias, realizando o Programa de Abastecimento de Água em Pequenas Comunidades, com benefício para 26 cidades.

TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

Apesar das dificuldades naturais decorrentes da aplicação da política salarial, conseguiu o Ministério do Trabalho e Previdência Social manter um clima de entendimento entre empregados e emprêsas, mercê, principalmente, do espírito ordeiro de nosso trabalhador.

Houve, é verdade, incidentes que poderiam ter evoluído de maneira imprevisível se não houvessem sido atalhados a tempo. Nesse caso estão as duas greves ilegais iniciadas em abril e setembro pelos metalúrgicos de Belo Horizonte e de Osasco, respectivamente, frustradas sem atos violentos, mas tampouco sem transigências. A de Belo Horizonte foi, provàvelmente, a primeira greve ilegal em que os trabalhadores envolvidos deixaram de receber os salários correspondentes às faltas. Em outubro, registraram-se os acontecimentos do Cabo, em Pernambuco, onde

trabalhadores rurais, já não podendo suportar suas adversas condições de trabalho e de existência, se rebelaram pacìficamente contra os aspectos mais flagrantes dessa adversidade. Uma conseqüência positiva da greve do Cabo foi colocar em foco a questão da previdência social rural. Em outubro, nôvo movimento grevista ilegal foi desfechado pelos bancários de Belo Horizonte e Montes Claros. Os metalrúgicos da capital mineira voltaram à greve, mas o movimento foi ràpidamente contido.

De outro lado, com o intuito de proteger o trabalhador em suas relações com as emprêsas, foi promulgado o Decreto-lei nº 368, de 19 de dezembro de 1968, o qual veio regular os efeitos dos débitos salariais, estabelecendo sanções para as emprêsas que atrasem sem justo motivo o pagamento de salários a seus empregados.

Pelo Decreto nº 60 437, de 6 de março de 1968, disciplinaram-se as relações entre as entidades sindicais brasileiras e os organismos estrangeiros ou internacionais de assistência técnica, de maneira a impedir influências estranhas às reais finalidades de nosso sindicalismo.

Cônscio de que a tranqüilidade na área trabalhista é função da normalidade da vida sindical, o Govêrno prosseguiu na liberação das entidades que se encontravam sob intervenção, reduzindo o seu número a apenas 18, quando em 1967 eram 42 e em 1964, 425. Ao encerrar-se o exercício, apenas 79 sindicatos eram dirigidos por juntas interventoras. Êsses números são tanto mais significativos pelo fato de existirem no País 5 138 entidades sindicais.

O Govêrno procurou corrigir as falhas da política salarial antes em vigor, evitando, entretanto, a sua revogação pura e simples. Foram, por conseguinte, propostas diversas alterações na legislação respectiva, bem como a concessão de um abono de emergência, o que se concretizou na Lei nº 5 451, de 12 de junho de 1968. Merece referência em particular a transição do chamado «arrôcho» salarial para um sistema menos rígido, através de três etapas: a adoção de uma estimativa de resíduo inflacionário mais próxima da realidade; sua correção a cada nôvo cálculo; e, finalmente, a recomposição salarial. A primeira etapa foi obtida

mediante providências administrativas, enquanto as duas últimas decorreram da referida Lei nº 5 451. Uma política salarial de caráter permanente, que não se limite à mera recomposição de valôres erodidos pela inflação, está contida no projeto que ora aguarda o pronunciamento do Conselho Nacional de Política Salarial.

Para tornar efetiva a inspeção do trabalho, prejudicada pela insuficiência numérica e qualitativa de inspetores, o Ministério tentou várias soluções, tendo pôsto em prática, a título de experiência, sua unificação com a da previdência social, o que permite, para as emprêsas, a vantagem de uma só fiscalização.

Dedicaram-se cuidados especiais às iniciativas ligadas à mão-de-obra, sobretudo ao preparo de mão-de-obra qualificada. Instalou-se o Conselho Consultivo de Mão-de-Obra, integrado também por representantes do Ministério da Educação e Cultura, das categorias econômicas e profissionais e das entidades patronais de ensino técnico-profissional — SENAI e SENAC. O Departamento Nacional de Mão-de-Obra, diretamente ou em convênio com entidades interessadas, promoveu cursos rápidos, práticos e eficientes, enquadrados no critério chamado do «preparo de mão-de-obra sob encomenda». Para maior eficiência dêsses cursos, levou-se a escola ao trabalhador-aluno, ministrando-lhe o ensino nos locais de trabalho, e, com repercussões psicológicas positivas, substituiu-se a figura clássica do professor pela do próprio mestre-de-obras ou encarregado.

No que toca às 20 agências de colocações do Ministério distribuídas pelo País, convém registrar que, em 1968, elas ofereceram 113 187 empregos a 86 147 candidatos, dos quais 38 147 foram aproveitados por seu intermédio.

Procurou-se intensificar e descentralizar a distribuição de carteiras profissionais, atualmente emitidas à razão de 200 mil por mês. Foram criados 677 postos de distribuição, contra 421 nos 36 anos em que existe a carteira, tendo-se firmado convênios para êsse fim com Estados, Municípios, Exército, SENAI, SENAC e Escolas Técnicas.

O Programa Especial de Bôlsas de Estudo para ensino médio de filhos de trabalhadores sindicalizados concedeu 90 mil bôlsas através de 1 875 sindicatos, apesar de haver a Aliança para o Progresso reduzido à metade a verba própria. Parte dessa diferença foi coberta pelo Fundo de Assistência ao Desempregado, nos têrmos da Lei nº 5 392, de 23 de fevereiro de 1968. Espera-se, em 1969, proporcionar um total de 120 mil bôlsas.

No terreno administrativo, há que assinalar o primeiro ano de pleno funcionamento, ainda com sua estrutura provisória, da Secretaria Geral, instituída pelo Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967. Procedeu-se ao reaparelhamento das Delegacias Regionais do Trabalho, adotando-se, conforme o caso, duas linhas de ação: melhoramento da instalações existentes ou aquisição de prédios, como em Pôrto Alegre e São Luís, estando sendo negociadas operações análogas em Recife, Fortaleza, Teresina e Aracaju. Intensificaram-se os trabalhos no sentido de instalar o computador eletrônico, para fins estatísticos. Foram acelerados os trabalhos relacionados com a transferência do Ministério para Brasília. Como nos exercícios anteriores, funcionaram no Ministério comissões especiais com a incumbência de estudar questões específicas. Merece referência a comissão que elaborou o anteprojeto de lei que institui a Ordem dos Professôres, já divulgado para sugestões.

No tocante à Previdência Social, se 1967 foi o ano de sua unificação, 1968 pode ser considerado o ano da consolidação dessa unidade. Foi sòmente nesse exercício que se pôde falar em têrmos de INPS, com o gradativo desaparecimento das instituições subsidiárias. Embora seja ainda cedo para ajuizar-se do êxito da medida, os interessados diretos, os servidores da Previdência, as autoridades e a opinião pública já começam a dar-se conta de que a medida se impunha, concorrendo para a melhoria da previdência social. A satisfação do atual Govêrno é tanto maior porquanto, não havendo feito a unificação, mas tendo de enfrentar as dificuldades de sua execução e a reação por ela provocada, não aceitou a tese derrotista dos que pretendiam voltar

atrás; preferiu pôr a idéia em prática, conseguindo transpor as dificuldades encontradas. Uma imagem do porte e da expressão do INPS no panorama sócio-econômico nacional pode ser dada pelo próprio orçamento da previdência social, da ordem de NCr$ 4,5 bilhões, importância equivalente à metade do orçamento da União.

Completou-se a integração do seguro de acidentes do trabalho na previdência social, por fôrça da Lei nº 5 316, de 14 de setembro de 1967, de iniciativa do atual Govêrno. A medida, que era velha aspiração das autoridades, dos técnicos e dos interessados diretos, já começa a apresentar seus bons resultados, como atestam os depoimentos oriundos de todos os pontos do País a respeito da boa qualidade dos serviços da previdência social nesse terreno. Conforta o Govêrno a demonstração de que agiu com acêrto e cumpriu o seu dever ao lançar-se a uma luta em que parecia impossível obter, mais do que um simples triunfo, tantas vantagens para o trabalhador e seus dependentes.

Ainda em matéria de proteção social, verificando o Govêrno a possibilidade de estender o salário-família aos aposentados por invalidez ou por velhice, tomou a iniciativa do substitutivo que se transformou na Lei nº 5 559, de 11 de dezembro de 1968. Sem dificuldade quanto ao custeio, uma vez que o produto da contribuição para o salário-família vinha apresentando margem suficiente, foi possível ir ao encontro de uma justa aspiração de numerosos trabalhadores afastados da atividade.

Prosseguiram os estudos de um plano de seguridade social, destinado a levar proteção às parcelas da população ainda não amparadas — a começar pela população rural. Mais do que uma expressão nova, é um conceito nôvo, que traduz a extensão da proteção social, até aqui oferecia em bases profissionais, passando-se a ter como ponto de partida a pessoa humana, independentemente da condição de trabalhador. Através dessa modificação, o Govêrno levará a proteção social àqueles que, por não trabalharem em virtude de uma ou outra circunstância, não têm, possibilidade de se garantirem contra as adversidades.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Os resultados positivos da atuação do Govêrno em 1968 no campo do desenvolvimento regional permitem afirmar que a experiência da Administração nesse setor, em vias de consolidação em 1967, é hoje plena realidade. Completados os estudos e estruturados os organismos para execução da ação coordenada, prossegue o Govêrno, sem esmorecimentos, no propósito de alcançar a meta de um crescimento rápido, igual e harmonioso do País, a fim de permitir aos brasileiros de todos os quadrantes uma efetiva participação nos benefícios do progresso.

Para melhor sentir os problemas regionais, equacionar mais seguramente as soluções e tomar com mais rapidez as decisões necessárias, o Govêrno instalou-se no Rio Grande do Sul, na Amazônia — percorrendo nesta última os três Estados e os três Territórios que a compõem — e no Espírito Santo.

Amazônia

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA

Num esfôrço conjugado com os governos locais, as Fôrças Armadas e os demais organismos federais que operam na Região Amazônica, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia — SUDAM, como órgão coordenador do Govêrno Federal, concentrou-se na realização de importantes empreendimentos no setor público, imprimindo caráter prioritário aos referentes a transportes, comunicações, energia elétrica, saneamento básico, saúde, educação e habitação.

No setor dos transportes bastaria mencionar, para avaliação dos êxitos alcançados, que cêrca de 8 500 km de estradas estão ligando a Região Norte ao restante do País. O Ministério dos Transportes e a SUDAM aplicaram NCr$ 32,98 milhões em 1968 nas seguintes estradas: Manaus—Fronteira com a Venezuela (BR-174), Cuiabá—Acre—Fronteira com o Peru (BR-236),

Manaus—Guajará-Mirim (BR-319), Belém—Brasília (BRs-010, 226, 153 e 060), Belém—Peritoró (BR-316) e Macapá—Fronteira com a Guiana Francesa.

Relativamente ao saneamento básico, foram executadas obras no valor de NCr$ 7,3 milhões, nos têrmos dos convênios estabelecidos com os Governos da área, com a Fundação SESP e com o DNOS. Firmou-se igualmente acôrdo com o BNH (FISANE) para a constituição de um fundo de NCr$ 11 milhões destinado ao financiamento e refinanciamento de projetos, devendo ser beneficiadas 82 cidades, com população total de 2,5 milhões de habitantes.

Os recursos naturais da Amazônia foram objeto de atenção da SUDAM, que aplicou NCr$ 1,4 milhão em pesquisas e trabalhos de avaliação das disponibilidades minerais e florestais e em experimentação de culturas racionais, complementando a atuação dos demais órgãos interessados.

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS

A Superintendência da Zona Franca de Manaus — SUFRAMA, criada para complementar o trabalho da SUDAM na ocupação e desenvolvimento da Amazônia, manteve intensa atividade no sentido de alcançar seu objetivo, qual seja o de estabelecer um centro industrial, comercial e agropecuário naquela região do País, vencendo as adversas peculiaridades locais e o obstáculo da distância que separa Manaus dos outros grandes mercados.

Modifica-se a fisionomia urbana da cidade, que se amplia em função do nôvo surto de progresso. Para se ter idéia do impulso no setor de construções, registre-se que foram importados 855 600 sacos de cimento em 1968. O aumento da atividade comercial pode ser medido pela instalação de cêrca de 2 000 novas firmas entre janeiro de 1967 e dezembro de 1968, com a criação de mais de 11 000 novos empregos. A melhoria de condições de vida atingiu também o setor de gêneros alimentícios, em qualidade e em quantidade, bem como em relação a preços, tendo havido uma redução em seu custo de cêrca de 30%.

BANCO DA AMAZÔNIA S.A.

No período de março de 1967 a dezembro de 1968, o montante dos saldos das aplicações do Banco da Amazônia S.A., que é o agente financeiro da SUDAM, elevou-se de NCr$ 110,6 milhões a NCr$ 395,2 milhões, num acréscimo de 257%. Êste último total sintetiza, entre outras, as seguintes parcelas, segundo áreas de crédito: empréstimos à produção agrícola, NCr$ 10,3 milhões; à produção animal, NCr$ 47,9 milhões; à produção industrial, NCr$ 184 milhões; a cooperativas de produção, NCr$ 4,6 milhões; e ao comércio, NCr$ 125,1 milhões.

Através da Carteira de Crédito Infra-Estrutural e Industrial, foram contratados financiamentos com emprêsas industriais no valor de NCr$ 24,4 milhões, tendo sido ainda deferidas propostas, cujos contratos não chegaram a ser assinados em 1968, no montante de NCr$ 6,8 milhões.

Nordeste

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste — SUDENE deu continuidade ao programa de estímulo à industrialização dos Estados nordestinos. No período 1967/1968 foram aprovados 467 projetos, correspondendo a investimentos no montante de NCr$ 1,8 bilhão, sendo que, dêsse total, NCr$ 896 milhões se originaram de incentivos fiscais do Govêrno Federal. Em resultado dos empreendimentos, puderam ser criados 42 670 novos empregos na região.

Além das medidas para implantação de indústrias, cujos resultados são altamente auspiciosos e continuarão a ser sentidos, a SUDENE concentrou seus esforços na expansão do setor agropecuário, em caráter prioritário, a fim de se evitar o aparecimento de desajustes setoriais na economia da região. Em 1968 foram aprovados, nesse setor, 72 novos projetos, representando investimentos da ordem de NCr$ 74,2 milhões, dos quais NCr$ 52,7 milhões oriundos de incentivos fiscais.

No sentido de racionalizar o fomento da produção agrícola, de facilitar o abastecimento e orientar a política de financiamentos, foram desenvolvidas pesquisas para criação no Nordeste de um sistema de informações agrícolas, identificação dos principais produtos de cada Estado, integração dos diversos mercados nordestinos e desenvolvimento de uma série de Programas Especiais visando à efetiva e racional utilização dos recursos, cuja potencialidade é significativa para a economia regional. Para a concretização das iniciativas foram iniciadas várias obras — entre elas a implantação de áreas agrícolas nos rios Pindaré e Gurupi, no nordeste do Maranhão —, concluiu-se a montagem da infra-estrutura de serviços básicos em Pindaré-Mirim, Alto Turi e Zé Doca, na mesma região, e deu-se impulso a vários projetos de agricultura irrigada.

No setor dos transportes, mencionam-se a construção de 373 km de estradas de rodagem e o asfaltamento de 434 km, em colaboração com o Ministério dos Transportes e o BID.

Relativamente à energia elétrica, ampliou-se o sistema de transmissão e distribuição da CHESF, tendo-se implantado o sistema COHEBE nos Estados do Maranhão e Piauí.

No setor educacional, a SUDENE contribuiu para a reestruturação das Secretarias Estaduais de Educação, a construção, reconstrução e equipamento de salas de aula, e para o treinamento de professôres dos níveis primário e médio, além de ter firmado convênios e colaborado com 24 instituições de ensino, nelas incluídas algumas Universidades.

No campo da saúde pública, a par da assistência técnica às Secretarias Estaduais, sua ação foi profícua, bastando assinalar a instalação de 16 Centros Regionais de Saúde e a promoção de campanhas profiláticas, com 2,5 milhões de pessoas beneficiadas.

O programa prioritário de abastecimento de água e de instalação de rêdes de esgotos atendeu a 135 localidades.

Relativamente aos programas que requerem ajuda externa, a SUDENE selecionou os projetos que melhor se coadunassem com

a orientação dos organismos internacionais, cujos recursos, na ordem de US$ 122 milhões, foram aplicados nos setores de saúde, habitação, energia, transporte, saneamento básico e industrialização.

SUPERINTENDÊNCIA DO VALE DO SÃO FRANCISCO

Identificada e integrada com a SUDENE, a Superintendência do Vale do São Francisco — SUVALE empreendeu um programa de implantação de sistemas de irrigação, com realização de importantes trabalhos no Vale do Jequitaí (MG), Pirapora (MG), Bom Jesus da Lapa (Ba), Formoso (Ba), São Desidério (Ba) e Bebedouro (PE).

Nos setores de energia e saneamento, registraram-se resultados positivos da ação da SUVALE, principalmente no que se refere à instalação de linhas de transmissão e sistemas de abastecimento de água.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.

O Banco do Nordeste do Brasil S.A., agente financeiro da SUDENE e depositário dos recursos provenientes dos incentivos fiscais, desfruta posição de relêvo no sistema bancário brasileiro, sendo o terceiro estabelecimento de crédito do País.

Os saldos das aplicações do Banco em 1968 totalizaram NCr$ 868,9 milhões, contra NCr$ 534,4 milhões no ano anterior, estando assim distribuídos, segundo os diversos setores de crédito: geral, NCr$ 330,5 milhões; industrial, NCr$ 224,8 milhões; rural, NCr$ 246,4 milhões; cooperativo, NCr$ 28 milhões; e serviços básicos, NCr$ 39,2 milhões.

Tendo em vista atender à crescente demanda de recursos na Região, empenhou-se o Banco em 1968 em uma campanha para aumento de capital, tendo sido ultrapassado o total de 20 milhões de ações subscritas pelo próprio povo nordestino.

Centro-Oeste e Sul

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO CENTRO-OESTE

Criada em fins de 1967, a Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste — SUDECO absorveu a antiga Fundação Brasil-Central, tendo sido ampliados os objetivos dêsse órgão.

A SUDECO completou sua organização administrativa, havendo criado os necessários Escritórios Regionais. No primeiro ano de atividades, resultados satisfatórios já foram obtidos por êsse organismo regional.

No setor dos transportes, a SUDECO promoveu a inclusão das estradas fundamentais para a região no Plano Rodoviário Nacional, buscando integrá-las no sistema viário do País. Com recursos próprios, retomou a implantação da BR-070, trecho Aragarças—Marechal Floriano, e concluiu os estudos técnicos para a execução das estradas Aragarças—Xavantina—São Félix (BR-158) e Xavantina—Cachimbo (BR-080), concorrendo para a conquista dos vales do Tapajós e do Xingu.

Quanto aos recursos naturais, a SUDECO deu seqüência a pesquisas de blenda, galena, apatita e fosfato, complementando atuação do Ministério das Minas e Energia.

No setor da agricultura, iniciou a implantação de um Núcleo-Pilôto de Produção de Sementes na Vila de Xavantina, em Mato Grosso.

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO SUL

A Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL procedeu à elaboração do plano de desenvolvimento da área sob sua jurisdição, tendo coordenado a ação de organismos federais e governos estaduais em vários setores de atividades. Promoveu a realização de planos estaduais de saneamento básico, havendo atuado como interveniente no primeiro convênio firmado

pelo FISANE, no valor de NCr$ 100 milhões. Em convênio com o SENAI nos três Estados sulinos, prestou assistência à pequena e à média indústria, mediante treinamento e aperfeiçoamento de mão-de-obra e realização de cursos de gerência industrial.

Assinalam-se ainda a instalação de Escritórios de Extensão Rural; a construção e equipamento de estações experimentais para pesquisa e análise animal e vegetal; a adoção de medidas para solução dos problemas das sêcas e das inundações que periòdicamente afetam as bacias dos rios Ibicuí e Quaraí; a participação financeira na construção de linhas de transmissão de energia elétrica no Paraná e de subestação no Rio Grande do Sul; e a realização de estudos para eletrificação rural, integrando a ação do INDA e das companhias estaduais de energia.

PARTE III

POLÍTICA EXTERNA E COMÉRCIO INTERNACIONAL

POLÍTICA EXTERNA

Conjuntura Mundial

O ano de 1968 caracterizou-se pela assimetria ou mesmo conflito de tendências, tanto no plano político como no econômico, tornando difícil uma avaliação da situação internacional e talvez menos otimistas as perspectivas de paz e de cooperação econômica.

Os Estados Unidos da América e a União Soviética mantiveram programada a reunião dos respectivos Chefes de Estado e anunciaram a decisão de dar início a negociações bilaterais sôbre a limitação de balísticos e o não desenvolvimento de sistemas antibalísticos.

A invasão da Tcheco-Eslováquia, considerada pelo Brasil perante o Conselho de Segurança da ONU uma violação flagrante dos princípios básicos de convivência internacional, refletiu-se no processo de assinatura e ratificação do Tratado de Não-Proliferação Nuclear. Numerosos países, entre os quais diversos membros da OTAN, sustaram a assinatura do referido acôrdo, cuja aprovação pelo próprio Senado norte-americano foi também sobrestada. O Brasil não assinou o Tratado de Não-Proliferação por considerá-lo discriminatório e limitativo das nossas possibilidades de utilização pacífica do átomo. Sem criar obstáculos à negociação e à conclusão do Tratado, procurou nosso País demonstrar as suas imperfeições e deficiências, havendo defendido um texto que representasse justo equilíbrio entre as obrigações impostas aos países não-nucleares e as responsabilidades atribuídas aos países nucleares. Dêste modo, objetivou-se propiciar igualdade de acesso à tecnologia nesse campo e a conseqüente aceleração do desenvolvimento de tôdas as nações, com preservação da segurança e da paz mundiais.

Um acontecimento positivo no ano de 1968 — cujo evolver o Brasil acompanha com interêsse — foi o início das negociações para o término da guerra no Vietnã. Pela primeira vez, após oito anos de litígio, as partes acordaram em discutir, diretamente, os têrmos da cessação de fogo.

No plano econômico, quatro fatos merecem registro especial em 1968. Em primeiro lugar, o malôgro da Segunda Reunião da Conferência de Comércio e Desenvolvimento das Nações Unidas, em Nova Délhi, onde ficou evidenciada a pouca disposição dos países desenvolvidos para atender às reivindicações dos subdesenvolvidos em matéria de reorganização do comércio internacional sôbre bases universalistas e não discriminatórias. Em segundo lugar, a crise da ajuda externa nos Estados Unidos da América, revelada de forma dramática nos cortes efetuados pelo Congresso norte-americano, que reduziu em 40% a proposta de ajuda ao exterior do Presidente Lyndon Johnson, aliás a menor até então enviada ao Legislativo dêsse País. Em terceiro, as dificuldades encontradas na renovação do Convênio Internacional do Café, a qual sòmente se tornou possível com a aceitação, pelo Brasil, da cláusula de arbitragem internacional propugnada pelos Estados Unidos da América para solução de divergências sôbre a comercialização de café solúvel. E, finalmente, a crise monetária do mundo ocidental, caracterizada pela falta de liquidez resultante da escassez do ouro e do enfraquecimento do dólar como moeda de reserva internacional.

Conjuntura Regional

A integração econômica latino-americana registrou pouco progresso. Ainda não se consubstanciaram os esforços dos países andinos para formação de um mercado sub-regional e surgiram graves problemas no seio da própria ALALC. Persistiu, na VIII Conferência Extraordinária das Partes Contratantes, o impasse na constituição da 2ª etapa da Lista Comum, oriundo da irreversibilidade de tôdas as concessões tarifárias incorporadas àquela Lista. As dificuldades surgidas num processo integrativo limitado como o da ALALC prenunciam as de muito maior monta que

terão de ser eventualmente enfrentadas na constituição de um mercado comum latino-americano. O Brasil está empenhado num esfôrço de preservação e aperfeiçoamento da ALALC, tanto pela importância comercial como pela significação política, resultante da sua condição de único fôro exclusivamente latino-americano. Admitimos, nesse sentido, as modificações que se fizeram necessárias no Tratado de Montevidéu.

Outro fato importante no cenário continental foi a organização do Comitê Intergovernamental Coordenador da Bacia do Prata. Em Santa Cruz de la Sierra, realizou-se a reunião dos Chanceleres dos países-membros do Comitê, com aprovação dos seus estatutos provisórios, ficando prevista para 1969, em Brasília, uma segunda reunião dos Chanceleres da Bacia do Prata, a fim de considerar o projeto de tratado de institucionalização do nôvo órgão de cooperação sub-regional. O objetivo dêste órgão é a ação coordenada para promover a utilização mais intensiva e racional dos recursos da região, sem prejuízo dos projetos nacionais. O Brasil considera que um órgão dêsse tipo pode ser da maior utilidade, desde que as decisões caibam exclusivamente aos Governos interessados e a execução dos projetos específicos se realize sob o respectivo contrôle, evitando-se a ingerência supranacional e tecnocrática em problemas essencialmente políticos ou em questões de exclusiva jurisdição nacional.

A tensão verificada nas relações entre a Venezuela e a Guiana foi o acontecimento político de maior projeção no continente. O Brasil reafirmou na ocasião sua convicção de que só o respeito aos princípios do Direito Internacional e aos tratados em vigor pode assegurar solução para controvérsias entre Estados. Mencione-se finalmente que uma Missão Ministerial do Govêrno da Guiana, em cuja capital foi aberta uma Embaixada brasileira, visitou o nosso País em 1968.

Relações Bilaterais

Empenhado em permanente esfôrço de cooperação e entendimento, o Brasil procurou dinamizar seus contatos e negociações bilaterais, num ano particularmente significativo e caracterizado pelo grande número de missões que nos visitaram.

Tiveram especial relevância os contatos mantidos com os países do continente. Merece destaque a visita do Presidente Eduardo Frei, que permitiu fôsse reafirmada a amizade que une os dois povos e abriu amplas perspectivas para uma cooperação mais estreita nos campos de interêsse comum. Brasil e Chile, na pessoa de seus Presidentes, ressaltaram a necessidade de se revigorar a unidade latino-americana como forma de estabelecer cooperação mais dinâmica entre os povos latino-americanos e de reforçar também a solidariedade interamericana.

A realização, no Rio de Janeiro, da V Reunião da Comissão Especial Brasileiro-Argentina de Coordenação permitiu que se estabelecessem fórmulas mais adequadas para o desenvolvimento do intercâmbio entre o Brasil e a Argentina. Tendo em conta o grau de complementaridade de ambas as economias, a Comissão considerou conveniente intensificar esforços para incrementar o intercâmbio de produtos básicos e manufaturados. Com o objetivo de obter um equilíbrio nos mais altos níveis, assentou-se que êsse intercâmbio incluísse bens de capital e de equipamento. A Comissão recomendou a ambos os Governos que envidassem esforços para obter a plena aplicação das conclusões do Grupo de Trabalho sôbre intercâmbio de produtos siderúrgicos, da mesma forma que revelou a necessidade de se estabelecerem mecanismos adequados para possibilitar o maior aproveitamento recíproco possível das oportunidades que se abrem no setor. Por outro lado, aprovou e recomendou a assinatura do Acôrdo do Trigo, através do qual o Brasil comprará em cada ano de vigência um milhão de toneladas do produto.

O número de visitas das mais altas personalidades estrangeiras evidenciou o interêsse despertado no mundo pela América Latina e em especial o Brasil. A honrosa e grata presença de Sua Majestade a Rainha da Inglaterra Elizabeth II — a primeira visita de um soberano britânico — constituiu uma alta demonstração do desejo daquele País de ver reforçados os laços de amizade e cooperação com o Brasil.

Entre outras provas do crescente interêsse pelas oportunidades de intercâmbio com nosso País, assinalam-se as visitas de altas

personalidades da Índia, da República Federal da Alemanha, da Romênia e do Canadá.

Quando da visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros da República Federal da Alemanha, Senhor Willy Brandt, afirmou-se o interêsse em abrir novos campos à colaboração entre os dois países, mediante a celebração de um Acôrdo Geral de Cooperação Científica e Tecnológica. As novas modalidades de cooperação incluíram, entre outros, os campos nuclear, espacial, aeronáutico e oceanográfico. Revestiu-se de especial significação o reconhecimento conjunto da necessidade de se assegurar a todos os países a utilização de tôdas as potencialidades da energia nuclear para fins pacíficos. A fim de negociar o Acôrdo Geral, está prevista para início de 1969 a vinda ao Brasil do Ministro da Ciência e da Tecnologia da República Federal da Alemanha e de uma missão técnica.

A visita da Missão Ministerial Canadense, chefiada pelo Ministro do Exterior Mitchell Sharp e integrada pelos Ministros da Cultura, do Comércio e das Minas e Energia, proporcionou conhecimento mais profundo das possibilidades de elevação do intercâmbio Canadá-Brasil, a níveis bem mais satisfatórios que os atuais, e das perspectivas de intensificação das relações do Canadá com a América Latina através de entendimentos e mecanismos bilaterais.

Ao cabo das conversações mantidas quando da visita do Primeiro Ministro e Ministro do Exterior da Índia, Senhora Indira Gandhi, os Governos indiano e brasileiro proclamaram que sòmente uma real cooperação entre as nações poderá criar um sistema mais eqüitativo de comércio internacional e reduzir progressivamente os desequilíbrios econômicos que separam os países ricos daqueles ainda em desenvolvimento. Ficou estabelecido que se promoveria maior cooperação entre o Brasil e a Índia no campo do desenvolvimento da energia atômica para fins pacíficos, propósito que se materializou em acôrdo subseqüentemente assinado.

Portugal e Brasil comemoraram em 1968 o V Centenário de nascimento de Pedro Álvares Cabral. As festividades cabralinas deram oportunidade à troca de visitas de personalidades brasileiras

e portuguêsas a Portugal e ao Brasil. Comitiva brasileira de alto nível, presidida pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores e integrada pelos Ministros Militares, prestigiou a abertura das celebrações em solo português. Altas autoridades portuguêsas visitaram por sua vez o Brasil, sob a chefia do Ministro Vaz Pinto, Adjunto à Presidência do Conselho de Ministros.

COMÉRCIO INTERNACIONAL

O comércio exterior foi um dos setores mais dinâmicos da economia, caracterizando de maneira inequívoca a retomada do desenvolvimento em ritmo satisfatório. As exportações mais importações somaram, a preços FOB, US$ 3,7 bilhões, contra um total de US$ 3,1 bilhões em 1967, significando um aumento de US$ 641 milhões, ou seja, um incremento de 21% no comércio exterior brasileiro, bem superior à média dos últimos anos.

O Balanço de Pagamentos para 1968 indica que as transações econômicas com residentes no exterior apresentaram um *superavit* da ordem de US$ 32 milhões, resultado bastante expressivo, se comparado ao *deficit* de US$ 245 milhões havido em 1967.

Merece registro especial o excelente resultado das exportações em 1968, como recorde de todos os tempos, não só em têrmos de volume exportado, fato que se vem repetindo de longa data, mas também, e especialmente, em têrmos de valor. Atingiu-se a apreciável soma de US$ 1 881 milhões — cifra até então não alcançada — contra US$ 1 654 milhões em 1967. Portanto, um aumento no valor das vendas externas de 13,7% e de 11% em tonelagem, o que evidencia também recuperação dos preços externos médios.

O valor global de nossas importações em 1968 atingiu US$ 1 855 milhões (FOB), em contraste com US$ 1 441 milhões do ano anterior, apresentando assim um incremento de US$ 414 milhões em valôres absolutos e 28,7% em valôres relativos. Tal resultado, longe de causar preocupação, atesta a vitalidade da economia interna ao longo do período, pela reativação dos negócios, objetivo a que se tem dedicado o Govêrno desde sua im-

plantação. Num sentido particular, o ano de 1968 marcou o desejado equilíbrio de nosso intercâmbio externo em ambos os sentidos.

Como as contas líquidas das transações correntes sofreram agravamento de US$ 192 milhões, em virtude do baixo saldo obtido na balança comercial e dos maiores dispêndios com serviços, êsse resultado favorável foi devido ao ingresso de capitais autônomos (+ US$ 494 milhões) sob a forma de investimentos, empréstimos em moeda a longo prazo e financiamentos para importação de bens de capital, bem como ao grande afluxo líquido de empréstimos a curto prazo, ao amparo da Resolução nº 63 e da Instrução nº 289.

Continuaram a ser adotadas medidas de unificação do comando do comércio exterior, de incentivo fiscal, de assistência creditícia e liberdade de exportação iniciadas anteriormente, devendo-se por fim assinalar o desempenho das exportações de produtos manufaturados, que, apesar de se situarem em US$ 150 milhões — 4,6% abaixo do nível observado em 1967 —, tiveram substancialmente elevado o valor dólar/tonelada, passando de US$ 186,03/t em 1967 para US$ 256,37/t em 1968, com aumento de 37,3%.

BALANÇO DE PAGAMENTOS DO BRASIL — 1964-1968

(em milhões de dólares)

DISCRIMINAÇÃO	1964	1965	1966	1967	1968
1. *Mercadorias*					
Exportações (FOB)	1 430	1 596	1 741	1 654	1 881
Importações (FOB)	— 1 086	— 941	— 1 303	— 1 441	— 1 855
2. *Balança Comercial*	*344*	*655*	*438*	*213*	*26*
3. *Serviços e Transferências Privadas, Unilaterais* (líquido)	— *104*	— *149*	— *221*	— *222*	— *278*
Viagens internacionais	— 3	— 1	— 31	— 34	— 41
Transportes e seguros	— 73	— 34	— 52	— 58	— 72
Governamentais, não incluídos em outros itens	— 20	— 37	— 54	— 68	— 62
Demais serviços	— 32	— 116	— 129	— 112	— 98
Transferências privadas, unilaterais	24	39	45	50	— 5
4. *Deficiência de Recursos* (2 + 3)	*240*	*506*	*.217*	— *9*	— *252*
5. *Rendas de Capitais* (líquido)	— *190*	— *259*	— *284*	— *295*	— *226*
Lucros e dividendos	— 58	— 102	— 127	— 112	— 84
Juros	— 132	— 157	— 157	— 183	— 142
6. *Ingresso Líquido de Capitais* (4 + 5) (ingressos, +; saídas, —)	— *50*	— *247*	+ *67*	+ *304*	+ *478*
7. *Amortizações*	— *185*	— *214*	— *226*	— *317*	— *374*

DISCRIMINAÇÃO	1964	1965	1966	1967	1968
De entidades particulares	— 98	— 132	— 145	— 211	— 221
De entidades oficiais	— 87	— 82	— 81	— 126	— 153
8. *Ingresso Bruto de Capitais* (6 + 7) (ingressos, +; saídas, —)	+ *135*	— *33*	+ *293*	+ *641*	+ *852*
FINANCIAMENTO					
I. *Transferências Oficiais, Unilaterais* (líquido)	*31*	*36*	*34*	*27*	*9*
II. *Investimentos Diretos*	*86*	*154*	*159*	*115*	*63*
Novos	28	70	74	76	63
Reinvestimentos	58	84	85	39	—
III. *Utilização de Empréstimos e Financiamentos*	*221*	*417*	487	*557*	*526*
Particulares	61	113	180	304	306
Oficiais	160	304	307	253	220
IV. *Outros Capitais* (líquido)	*110*	— *134*	— *112*	— *130*	*366*
V. *Variação de Haveres* (aumento, —) e *Obrigações* (redução, —)	— *96*	— *475*	— *256*	*111*	— *119*
1. *Reservas externas líquidas das Autoridades Monetárias*	— *88*	— *499*	— *232*	*116*	— *104*
— *Operações das Autoridades Monetárias*	— 6	— 233	— 231	— 102	— 62
a) Utilização de emp. compensatórios	80	230	48	—	—

DISCRIMINAÇÃO	1964	1965	1966	1967	1968
b) Amortizações de emp. compensatórios	— 92	— 90	— 124	— 107	— 113
c) Atrasados e créditos comerciais (liq.)	57	— 182	— 44	— 8	—
d) "Swaps" (liquido)	— 52	— 190	— 111	— 12	—
e) Linhas de crédito (liquido)	1	— 1	—	25	51
— *Contas liquidas com o FMI*	— *28*	*20*	— *39*	— *33*	— *12*
— *Ouro Monetário* (aumento —)	*58*	*28*	*18*	—	—
— *Variação nos haveres e obrigações a curto prazo em divisas*	— *112*	— *314*	*20*	*251*	— *30*
Haveres (aumento —)	— *63*	— *304*	*36*	*255*	— *40*
Saldo da "Special Letter of Credit" — AID	—	— 54	21	— 27	26
Outros	— 63	— 250	15	282	— 66
Obrigações (redução —)	— 49	— 10	— 16	— 4	10
2. *Bancos Comerciais*	— *8*	*24*	— *24*	— *5*	— 15
Haveres a curto prazo (aumento —)	*7*	4	— 24	— 20	— 31
Obrigações a curto prazo (redução —)	— 15	20	0	15	16
VI. *Erros e Omissões*	— *217*	— *31*	— *19*	— *31*	*7*
VII. *Saldo Financiado* (superavit —, ou deficit. +) (V. — I.b — Saldo da "Special Letter of Credit" — AID)	— *4*	— *331*	— *153*	*245*	— *32*
VIII. *Financiamento Bruto* (I a VI)	*135*	— *33*	*293*	*641*	*852*

Fonte: Banco Central do Brasil.

Exportações

A receita de exportações apresentou aumento significativo. Reagindo bem às diretrizes adotadas no campo cambial, tanto pela elevação da taxa de câmbio, no início do ano, como pela adoção da taxa flexível, em agôsto, e explorando fatôres internacionais favoráveis de preços e de mercado, as exportações brasileiras atingiram US$ 1 881 milhões, contra US$ 1 654 milhões apurados em 1967, com acréscimo de 13,7%.

Nas exportações do setor primário, o café, o açúcar e a carne foram, em têrmos gerais, os principais produtos responsáveis pelo incremento observado, apontando-se ainda o manganês e o algodão, que recuperaram a posição internacional, e o milho, cujas exportações se valeram da boa safra doméstica e da carência ocorrida no sul europeu.

Ressalte-se haverem sido bastante expressivas as exportações de café e as de carne bovina, estas últimas atingindo níveis sòmente obtidos durante o período da Segunda Guerra Mundial.

Os demais produtos primários, à exceção do cacau, mantiveram-se em níveis razoáveis, com variações de pequena monta.

EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS

Principais Produtos — 1968/1967

US$ 1 000 — FOB

DISCRIMINAÇÃO	1968	1967	VARIAÇÃO	
Café em grão	774 474	704 725	+	69 749
Manufaturados	149 811	157 015	—	7 204
Café solúvel	22 786	28 262	—	5 476
Algodão em rama	130 817	90 844	+	39 973
Minério de ferro	104 450	102 783	+	1 667
Açúcar	101 577	80 426	+	21 151
Pinho serrado	68 863	48 855	+	20 008
Milho em grão	57 009	22 052	+	34 957
Cacau em amêndoas	46 098	59 161	—	13 063
Carne bovina	32 803	12 410	+	20 393
Óleo de mamona	36 372	23 190	+	13 182
Cacau — manteiga	25 888	25 062	+	826
Minério de manganês	24 125	13 959	+	10 166
Couros e peles	23 262	25 557	—	2 295
Soja — farelo e torta	18 931	10 219	+	8 712
Fumo em fôlha	18 869	20 260	—	1 391
Sisal ou agave	16 048	15 489	+	559
Lã	15 503	19 498	—	3 995
Castanha do Brasil	14 969	10 129	+	4 840
Arroz	21 214	4 817	+	16 397
Cêra de carnaúba	9 161	7 509	+	1 652
Madeira — jacarandá	2 654	4 762	—	2 108
Amendoim — farelo e torta	7 903	11 646	—	3 743
Soja — grão	6 291	29 243	—	22 952
Banana	5 615	5 546	+	69
Lagosta	5 486	2 770	+	2 716
Pimenta em grão	5 586	6 183	—	597
Erva-mate	4 951	4 984	—	33
Laranja	3 104	3 455	—	354
Amendoim em grão	2 295	3 589	—	1 294
Óleo de oiticica	1 890	1 836	+	54
Outros produtos	122 539	97 801	+	24 738
TOTAL GERAL	1 881 344	1 654 037	+	227 307

FONTE: CACEX

Importações

A reativação da atividade econômica e as influências dos produtos de origem externa na manutenção dêste processo, sobretudo no campo dos bens de produção, provocaram acréscimo de demanda cambial, elevando as importações ao nível de US$ 1 855 milhões (FOB), superando em 28,7% o valor registrado em 1967.

No grupo de maquinaria, veículos, pertences e acessórios, os dispêndios atingiram US$ 621 milhões, excedendo em US$ 174 milhões os efetivados em 1967. Esta cifra revela o acêrto da política econômico-financeira que vem sendo adotada pelo Govêrno, e representa 33,5% dos gastos totais com importações.

As importações de produtos químicos, farmacêuticos e semelhantes ascenderam a US$ 283 milhões, sobrepujando por larga margem o nível atingido em 1967.

A importação de petróleo e seus derivados elevou-se de US$ 154 milhões para US$ 200 milhões, apesar do crescimento da produção interna, que não foi ainda suficiente para atender ao aumento substancial verificado no consumo, em decorrência das altas taxas de expansão do setor industrial.

No que se refere às importações de trigo, o aumento do volume importado, de 11,5%, foi neutralizado por uma baixa de preço do produto no mercado internacional.

As demais mercadorias de importação mantiveram-se em seus níveis normais, não se justificando os anteriores receios de um aumento excepcional na importação de bens de consumo finais.

IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS

1968-1967

US$ 1 000 — FOB

DISCRIMINAÇÃO	1968	1967	VARIAÇÃO ABSOLUTA	VARIAÇÃO RELATIVA (%)
— Animais vivos	2 845	2 627	— 142	— 5,41
— Matérias-primas, em bruto e preparadas	311 411	229 511	+ 81 900	+ 35,68
Petróleo e derivados	200 264	154 205	+ 46 059	+ 29,87
Demais produtos	111 147	75 306	+ 35 841	+ 47,59
— Gêneros alimentícios e bebidas	282 793	278 305	+ 4 488	+ 1,61
Trigo em grão	153 680	153 175	+ 505	+ 0,33
Demais produtos	129 113	125 130	+ 3 983	+ 3,18
— Prods. químs., farmacêuticos e semelhantes	283 072	200 969	+ 82 103	+ 40,85
— Maquinaria, veículos, perts. e acessórios	620 872	447 109	+ 173 763	+ 38,86
— Manufs. classif. princ. segundo a matéria-prima ..	267 853	211 415	+ 56 438	+ 26,70
— Artigos manufs. divs. ..	79 512	57 794	+ 21 718	+ 37,58
— Ouro, moedas, transações especiais	7 121	13 535	— 6 414	— 47,39
TOTAL GERAL	1 855 119	1 441 265	+ 413 854	+ 28,71

FONTE: S.E.E.F. do Ministério da Fazenda.

Transações de Invisíveis

Conforme se vem verificando em anos anteriores, a rubrica *Serviços* apresentou-se deficitária, continuando a ser a responsável pelo resultado negativo do balanço de transações correntes. O saldo líquido registrado — exclusive reinvestimentos — atinge

US$ 499 milhões, inferior em cêrca de US$ 29 milhões ao verificado no ano anterior. Não obstante, os níveis dos serviços comerciais ligados ao movimento de mercadorias mantiveram-se relativamente proporcionais às variações ocorridas nos montantes transacionados. Ressalte-se que as providências adotadas na área de marinha mercante, apesar do curto prazo de sua aplicação, apresentaram já alguma influência positiva no Balanço de Pagamentos.

Por outro lado, decresceram em relação a 1967 os dispêndios com serviços financeiros não-vinculados com o mercado comercial, sobretudo aquêles ligados à assistência técnica, a juros de empréstimos e financiamentos e a lucros e dividendos correspondentes à renda de capitais estrangeiros investidos no País.

Movimento de Capitais

O movimento de capitais autônomos apresentou profundas modificações em relação a 1967, quando o saldo foi de US$ 63 milhões. O aumento do saldo para US$ 494 milhões em 1968 foi decorrente da necessidade de recursos para financiar o *deficit* em conta corrente, que atingiu US$ 469 milhões contra US$ 277 milhões em 1967. Êste agravamento do *deficit* deu-se principalmente em conseqüência do aumento nas importações para US$ 1 855 milhões (FOB).

A diferença existente entre o movimento de capitais autônomos em 1968 e em 1967 deve-se em parte ao aumento nos ingressos de capitais para empréstimos e financiamentos, que somaram US$ 550 milhões contra US$ 530 milhões em 1967, e em parte ao saldo líquido das operações realizadas nos têrmos da Resolução nº 63 e da Instrução nº 289, atingindo US$ 302 milhões contra US$ 41,4 milhões negativos, em 1967. Quanto às saídas de capitais, o total referente às amortizações, US$ 487 milhões, registrou um aumento em relação ao do ano anterior, que foi de US$ 444 milhões.

Endividamento Externo

No tocante ao endividamento externo, a política do atual Govêrno tem sido orientada no sentido da liquidação gradativa dos débitos, paralelamente à regularização do ingresso de capitais. Os resultados se fizeram notar com a queda de 9% na posição do endividamento externo de 1967, em relação a 1966, e na pequena elevação do montante de dívida ocorrida durante 1968, apesar do *deficit* de US$ 245 milhões observado no Balanço de Pagamentos de 1967 e inteiramente liquidado através da diminuição de nossos haveres líquidos no exterior.

Outro fato relevante tem sido a preocupação em contratar empréstimos a mais longo prazo, evitando o estrangulamento da nossa capacidade de saldar os compromissos externos. Enquanto para o qüinqüênio 1964/68 os compromissos previstos somavam US$ 2 464 milhões, a título de principal, correspondendo a 63% do endividamento, a situação da nossa dívida externa no qüinqüênio 1968/72 revela amortizações da ordem de US$ 1 687 milhões, representando apenas 43% do endividamento, exclusive juros.

Endividamento Compensatório

Com as modificações introduzidas no setor externo da economia a partir de 1964, e principalmente com o sistema de promoção às exportações mais efetivamente consubstanciado pela Lei nº 5 025, de 10 de julho de 1966, observou-se uma inversão na tendência deficitária do Balanço de Pagamentos, a qual poderia ter sido mais relevante se não tivesse havido uma concentração de compromissos dentro do período 1964/68. Mesmo assim, observou-se uma queda no endividamento compensatório em têrmos absolutos e relativos, pois em 1964 representava 38% do endividamento total, passando para 19% em 1968, após terem sido liquidados neste último ano cêrca de US$ 138 milhões relativos a operações anteriormente contratadas.

A posição do endividamento compensatório em fins de 1968 foi de US$ 756,7 milhões.

Política Cambial

Constituiu preocupação do Govêrno assegurar níveis de taxa de câmbio que fôssem ao mesmo tempo remuneradores para o exportador e que mantivessem o custo real das mercadorias importadas em moeda nacional. Em decorrência, adotou nova política cambial a partir de agôsto de 1968, instaurando o regime de taxas flexíveis de câmbio, que permitiram reajustamentos periódicos mais freqüentes no custo das divisas estrangeiras. Os resultados dessa política são positivos, tendo sido paralelamente desestimulada a especulação com moedas estrangeiras e normalizado o mercado de crédito, bastante sensível a operações com êsse objetivo.

Café

As exportações brasileiras de café atingiram níveis expressivos em 1968, perfazendo 19 milhões de sacas exportadas e receita equivalente a US$ 797 milhões, totais que em 1967 foram respectivamente de 17,3 milhões de sacas e US$ 733 milhões. Observou-se assim um crescimento, na receita e no volume, de 8,7% e 9,8%, respectivamente. Cabe ressaltar os seguintes aspectos responsáveis pela obtenção dêsses resultados; maior agressividade na política de vendas externas; antecipação, para 1º de maio, na aplicação do esquema de comercialização da safra 1968/69; e relativa estabilidade dos preços no mercado internacional, por fôrça da renovação do Convênio Internacional do Café.

O acêrto na condução da política de café ensejou, no ano-convênio de 1967-68, pela primeira vez, o preenchimento da cota adjudicada ao Brasil pelo Convênio Internacional do Café. Com efeito, de outubro de 1967 a setembro de 1968 foram exportadas, sob cota, 17,7 milhões de sacas.

PARTE IV

JUSTIÇA E FORÇAS ARMADAS

JUSTIÇA

O Ministério da Justiça, dentro de seu campo de ação, que abrange principalmente o setor político, a ordem jurídica e os problemas de segurança interna do País, desenvolveu constante atividade no sentido da plena realização dos princípios do Movimento Revolucionário de 31 de março de 1964.

Através de seus órgãos jurídicos, colaborou amplamente na elaboração de numerosos projetos de lei, destacando-se, no final do ano, a modificação das instituições político-constitucionais, através do Ato Institucional nº 5 e de parte da legislação complementar, que vieram preservar e consolidar os objetivos da Revolução Democrática de 1964.

Por outro lado, procedeu-se à maior centralização das medidas e providências relacionadas com a manutenção da ordem pública em todo o território nacional, tornando mais eficiente o combate à criminalidade, mormente no que tange aos ilícitos penais em detrimento da Fazenda Nacional e aos focos de subversão político-social.

No âmbito jurídico, a Comissão de Estudos Legislativos ultimou os projetos de leis complementares relativos a empréstimo compulsório da União, eleição do Presidente da República e criação de novas seções da Justiça Federal. Realiza ainda o reexame de projeto de lei complementar sôbre regiões metropolitanas, já em fase final. A Comissão elaborou igualmente dois projetos, transformados em leis ordinárias, dispondo acêrca da nomeação de prefeitos de Municípios que interessam à Segurança Nacional e modificando os artigos 517 e 523 do Código de Processo Civil. Acha-se em elaboração anteprojeto de lei que visa a facilitar o registro de imóveis, alterando a Lei nº 4 591, de 16 de dezembro de 1964.

No campo da segurança interna, o Departamento de Polícia Federal incrementou em 1968 suas atividades em todos os pontos e questões nas quais a sua interferência era obrigatória, ou foi solicitada, na repressão aos ilícitos penais de sua competência, operando com grande eficácia nas investigações e na instauração de processos-crime, logo enviados à Justiça Federal.

O Departamento realizou 72 inquéritos e várias sindicâncias sôbre moeda falsa e sonegação fiscal; 14 inquéritos e 158 diligências em repressão ao contrabando, com apreensão de mercadorias; 6 inquéritos, por solicitação do Ministério do Interior, para apurar a responsabilidade criminal de servidores do extinto Serviço de Proteção aos Índios; e através do Serviço de Repressão a Tóxicos e Entorpecentes fêz 863 diligências, lavrou 63 flagrantes e instaurou 32 inquéritos.

Como ação preliminar da Reforma Administrativa, foi dada prioridade no DPF ao estabelecimento de uma política de pessoal visando à formação, à valorização e à dignificação do homem de polícia. Assim, de comum acôrdo com a Inspetoria Geral de Polícias Militares e com os Secretários de Segurança dos Estados, através de programas de aperfeiçoamento das diversas organizações policiais, federais e estaduais, procurou o DPF dar assistência a tôdas as unidades da Federação, visando à interação das Polícias brasileiras no panorama da Segurança Nacional, dentro de doutrina unificada. Contou o DPF, para atingir êsse objetivo, com substancial ajuda técnica, financeira e material da AID. No tocante a treinamento e especialização, mencionam-se as atividades do Instituto Nacional de Criminalística e da Academia Nacional de Polícia, em eficiente entrosamento, no sentido do aprimoramento técnico-científico do pessoal.

Prosseguiu o DPF na tarefa de centralização gradativa das fichas criminais de todo o País, recolhendo-as ao Instituto Nacional de Identificação. Resta proceder à melhoria da infra-estrutura dos serviços, a fim de garantir o rápido e seguro processamento das informações criminais às autoridades competentes.

O Conselho Nacional do Trânsito, órgão normativo e coordenador da administração do trânsito, teve sua estrutura alterada em

razão de modificações advindas com o Regulamento do Código Nacional de Trânsito, baixado em 1968, em cumprimento às determinações do Decreto-lei nº 237, de 28 de fevereiro de 1967. Expediu o Conselho 23 Resoluções que disciplinam dispositivos do Regulamento do Código Nacional de Trânsito.

O Serviço de Censura de Diversões Públicas realizou intenso programa de atividades em 1968, fazendo-se presente em todos os setores da vida artística nacional. Pela Lei nº 5 536, de 21 de novembro de 1968, foi criado o Conselho Superior de Censura, ao qual caberá o recurso das decisões finais relativas à censura de espetáculos e diversões públicas.

O Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, órgão criado no Minitério da Justiça pela Lei nº 4 319, de 16 de março de 1964, foi instalado solenemente no dia 24 de outubro de 1968, no Palácio das Laranjeiras. Além de poder executar medidas visando à proteção e esclarecimento dos direitos da pessoa humana, cabe principalmente ao Conselho promover inquéritos, investigações e estudos acêrca da eficácia das normas asseguradoras daqueles direitos, inscritos na Constituição Federal, na Declaração Americana dos Direitos e Deveres Fundamentais do Homem e na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

O Conselho prestou total colaboração à Comissão Organizadora das Celebrações do 20º Aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, comemorado de 3 a 10 de dezembro, ocasião em que diversas solenidades foram realizadas.

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica — CADE, através de seus órgãos técnicos, prosseguiu em sua tarefa de fiscalização de abusos do poder econômico, realizando pericias de caráter econômico-contábil no âmbito das emprêsas e procedendo à análise dos mercados consumidores.

Com relação às emprêsas privadas, o CADE acumulou o maior número possível de informações através de Questionários Econômicos, dando origem à criação do Cadastro Empresarial Econômico-Financeiro e do Prontuário Individual de Homens de Negócios,

para o que se estabeleceu um Código de Atividades, objetivando a seleção de grupos que atuem como fôrça econômica de cada setor industrial. Êsse levantamento cadastral já engloba 666 emprêsas, em 5 ramos de atividades classificadas prioritàriamente.

Em face de irregularidades verificadas em organizações do crédito, financiamento e investimentos e de crédito imobiliário, que mereceram a atenção e até intervenção, em certos casos, das autoridades fazendárias, o CADE remeteu àquelas entidades questionários específicos, com o fim de reunir os elementos que permitam o amplo conhecimento do setor.

O CADE empenhou-se ainda em classificar, segundo ramos de atividades, todo o complexo industrial do País. Para tanto, já tem identificados 78 ramos industriais, subdivididos em mais de 100 agrupamentos específicos.

Relativamente a questões de nacionalidade, cidadania e direitos políticos, foram expedidos 46 decretos declaratórios de perda da nacionalidade brasileira; 60 portarias concedendo a brasileiros licença para aceitar emprêgo de governos estrangeiros e 3 618 títulos de naturalização. Além disso, 160 pessoas perderam os direitos políticos, por se recusarem à prestação do Serviço Militar, alegando convicção religiosa.

Em decorrência da comprovada necessidade de atualização do documento identificador dos estrangeiros residentes no País, foi elaborado pelo Ministério da Justiça projeto de decreto que modificará a Carteira Modêlo 19, após meticuloso estudo do assunto, sôbre o qual se manifestaram vários órgãos da administração pública. Será a nova carteira confeccionada na mais moderna técnica, e impressa sob a responsabilidade do Ministério da Justiça.

O Departamento de Justiça instruiu 3 830 processos de graça, dos quais resultou a concessão de 29 indultos e 239 comutações de penas, através de decretos assinados pelo Presidente da República. Sob a inspiração da fé cristã, tornou-se praxe, nos últimos anos, a concessão pelo Presidente da República de um indulto aos sentenciados, por ocasião das festas natalinas, através de um ato que prescreve as condições mínimas de classificação penal para êsse

fim. O ano de 1968 não fugiu à regra e centenas de presidiários foram, dêsse modo, perdoados do cumprimento dos períodos finais de suas penas.

A implantação da Política Nacional do Bem-Estar do Menor teve igualmente continuidade, através da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor — FNBEM, órgão vinculado ao Ministério da Justiça como emprêsa pública. A Fundação vem pautando seus trabalhos segundo a imperiosa necessidade de descentralizar serviços e funções e de integrar no seu âmbito de ação todos os organismos públicos e privados, das esferas federal, estadual e municipal, que devam ou possam contribuir para a prevenção da marginalização do menor e a assistência ao marginalizado.

Foram assinados pela Fundação novos convênios com os Estados, para prestação de assistência técnica, financeira e orientação de pessoal. Tal assistência cobre pràticamente todo o território nacional, tendo sido nela empregado um total de NCr$ 6,2 milhões.

No ano de 1968, a FNBEM acolheu em sua rêde oficial a média de 7 568 menores, prestando indiretamente assistência a mais 4 655, em tôdas as unidades da Federação.

Elaborou a Fundação um Plano Experimental Educativo de Integração Social Juvenil, já em fase de implantação, com 3 centros criados em Matão e Lins, no Estado de São Paulo, e em São Fidélis, no Estado do Rio de Janeiro. Êsse Plano deu ensejo ao Convênio FNBEM/UNICEF/UNDESA, o maior até hoje firmado na América Latina pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância. Nos têrmos do Plano, serão criados em áreas prioritárias do território nacional 15 centros pilotos de estudos dos problemas do menor e treinamento da juventude para a ação comunitária. Não mais se visará à assistência, mas à prevenção da marginalização do menor, agora com a cooperação de estudantes de nível médio e superior, seus professôres e as comunidades locais.

Dentro de um bom padrão de serviços, a FNBEM dêste modo vem adotando métodos criteriosos para a solução dos problemas de assistência ao menor no País.

FÔRÇAS ARMADAS

ESTADO-MAIOR DAS FÔRÇAS ARMADAS

O Estado-Maior das Fôrças Armadas, como órgão de assessoramento imediato do Presidente da República e encarregado de coordenar assuntos comuns às Fôrças Singulares, realizou numerosos trabalhos sôbre problemas da conjuntura brasileira, apresentando soluções de interêsse das Fôrças Armadas.

Entre êsses trabalhos ressaltam:

— orientação da Escola Superior de Guerra, tendo em vista ensejar um entrosamento mais efetivo dos três Podêres da República e o aperfeiçoamento da técnica, metodologia e sistemática atual, no trato de problemas relativos à Segurança Nacional;

— participação ativa, em colaboração com a Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional, na elaboração do Conceito Estratégico Nacional, objetivando, precìpuamente, responder com propriedade às pressões dominantes identificadas;

— elaboração do anteprojeto de lei sôbre a execução de aerolevantamentos e sua regulamentação, visando à cobertura fotográfica do território nacional, seu conseqüente mapeamento e o uso mais racional da aerofotografia;

— fiscalização de todos os vôos de serviços cartográficos realizados sôbre território nacional;

— fiscalização do início dos trabalhos de trilateração eletrônica, constando de reconhecimentos, sinalização e construção de 33 estações necessárias às operações, com a finalidade de se conseguir ràpidamente o apoio geodésico preciso nas áreas ainda impraticáveis aos métodos convencionais, como é o caso da Amazônia e de parte da Região Centro—Oeste;

— atualização, através dos Núcleos de Comando da Zona de Defesa, de dados do planejamento estratégico, com vistas

à elaboração de planos militares destinados a possibilitar o emprêgo combinado das três Fôrças Singulares;

— realização de estudos, com o fim de aproveitamento comum dos recursos existentes nas Fôrças Armadas, tendo em vista as bases de uma doutrina para Logística Militar e a padronização das normas administrativas de caráter logístico;

— acompanhamento, fiscalização e coordenação dos trabalhos referentes a pesquisas e experiências espaciais em desenvolvimento do território nacional, através de vários programas, tal como o projeto GEOSAT (de satélites geodésicos-geofísicos) e outros; e

— prosseguimento das obras do Hospital das Fôrças Armadas e dos edifícios residenciais, dentro do plano de transferência para Brasília, devendo esta ser efetivada a partir do primeiro trimestre de 1970.

MARINHA

O Ministério da Marinha desenvolveu atividades importantes não só na sua missão específica de Fôrça Armada como em proveito da economia nacional e do apoio social ao homem.

Reforma Administrativa

Para bem atendê-la, sentiu a Marinha a necessidade de readaptar sua estrutura básica.

No setor da administração do pessoal civil, uma das grandes preocupações da Administração Federal, completou a Marinha o censo dos servidores e estabeleceu normas e procedimentos para o aceleramento das providências relacionadas com as promoções, readaptações, enquadramentos e licenças.

Foi definida a constituição do Núcleo Central do Ministério que deverá ser transferido para Brasília. Vários aperfeiçoamentos foram introduzidos no Centro de Processamento de Dados, da

Diretoria de Intendência, de forma a prepará-lo para atender às crescentes necessidades da Marinha.

Plano Diretor

No decorrer do ano, as diversas Comissões dos Planos Básicos dedicaram-se à elaboração, revisão e aperfeiçoamento dêsses Planos. O Grupo de Coordenação e Contrôle do Plano Diretor realizou um acompanhamento sistemático do cumprimento do Plano de Ação, adaptando-o às circunstâncias e ao desenvolvimento das medidas econômico-financeiras da Administração Federal.

Foi concluída a elaboração do Plano Trienal da Marinha de Guerra para o período de 1968-1970.

Operações

Houve um grande incremento nas operações navais e intenso adestramento do pessoal embarcado.

Além da Operação *Unitas*, realizada anualmente, a Marinha participou das operações: *Springboard*, juntamente com navios de guerra do Canadá, Holanda, Estados Unidos da América, Inglaterra e Venezuela; *Veritas I* e *Dragão III*, obtendo os melhores resultados não só do ponto-de-vista técnico-militar como do psicológico.

Por ocasião do transcurso das festividades comemorativas do V Centenário do nascimento de Pedro Álvares Cabral, os navios brasileiros tiveram oportunidade de realizar exercícios com navios de guerra da Marinha de Portugal que vieram ao Brasil para participar dessas comemorações.

No setor de socorro e salvamento, houve um grande aprimoramento técnico. A Marinha realizou inúmeros reboques, assistências e escoltas de navios avariados, buscas de navios e embarcações desaparecidos, salvamentos de navios afundados, encalhados ou com incêndio a bordo. Dentre as operações enumeradas destacaram-se:

— reboque da Plataforma Petrobrás I, do Rio de Janeiro para Maceió;

— salvamento e recuperação da bóia do Terminal Oceânico Almirante Soares Dutra, da Petrobrás, em Tramandaí; e

— reflutuação do Rebocador *Patrão-Mor Araújo*, do Lóide Brasileiro, na baía da Guanabara.

Os navios-transportes da Marinha realizaram missões de abastecimento para o apoio de bases, inclusive atendendo solicitações de outras Fôrças Armadas e órgãos da Administração Federal, e viagens comerciais, suplementando com a bandeira nacional as atividades da Marinha Mercante.

Incorporações de Novas Unidades

Em setembro de 1968, chegou ao Brasil o Contratorpedeiro *Santa Catarina* — 6ª unidade dêsse tipo a ser recebida por empréstimo da Marinha dos Estados Unidos da América.

Foram entregues igualmente o Navio-Tanque *Marajó*, construído pela indústria nacional, e outras embarcações menores, entre as quais os Avisos-Hidrográficos *Paraibano* e *Rio Branco*.

No que tange a unidades aéreas, a Marinha recebeu 6 novos helicópteros.

Construção Naval

A Marinha desenvolve um grande esfôrço no sentido de que, no âmbito das indústrias atualmente instaladas no País, seja dada solução ao problema da construção das unidades navais de que o Brasil necessita. Com êsse objetivo, realizaram-se gestões visando à obtenção de um financiamento externo para acelerar os projetos relativos à construção de fragatas, submarinos e navios-varredores.

Para a Escola Naval foram encomendadas várias embarcações, entre as quais um veleiro oceânico e um navio de instrução com equipamentos e instalações modernas para melhor preparo e formação dos aspirantes.

Armamento

O setor de armamentos está em grande desenvolvimento, assinalando-se a cooperação e participação integrada das organizações militares da Marinha de Guerra e do Exército Brasileiro, bem como a colaboração da indústria civil do ramo.

Pesquisas

Numa importante contribuição para o Programa Estratégico de Desenvolvimento do Govêrno Federal, estão sendo conduzidos diversos Projetos e Estudos nos setores de biologia marinha, oceanografia eletrônica, química, nucleônica e sonar, além das pesquisas referentes a armamentos.

Foi realizada a Operação *Nordeste II*, pelo Navio-Oceanográfico *Almirante Saldanha*, com o propósito de conduzir pesquisas oceanográficas na área marítima do Nordeste.

O projeto relacionado com a obtenção do concentrado protéico de peixe vem sendo acompanhado pela SUDEPE.

Navegação

Foi desenvolvido um intenso programa, com levantamento de numerosos trechos da costa, de rios e de lagos. Dentre os diversos trabalhos pode ser enumerado o da varredura do canal de acesso ao terminal Almirante Tamandaré, para alteração da diretriz do referido canal, em virtude da orientação da Ponte Rio—Niterói.

Integração da Amazônia

Dentro do esfôrço nacional realizado nesse particular, a Marinha iniciou o planejamento e os contatos necessários para concretizar a integração desta extensa área do País.

A fim de intensificar o patrulhamento do rio Amazonas, deslocaram-se diversos avisos-oceânicos do Grupamento Naval do Sul e foi determinada a transferência de mais uma corveta para a região.

Está ainda em estudo e análise um projeto para a implantação de um Elemento de Base em Manaus.

Assistência Social

No setor da saúde procurou a Marinha, além do atendimento ao seu pessoal, prestar colaboração às populações civis, destacando-se a aplicação de vacinas contra paralisia infantil e o atendimento permanente às povoações ribeirinhas ao longo da bacia do rio Amazonas.

No campo educacional, a Marinha vem mantendo diversos cursos na Casa do Marinheiro. Foram também concedidas cêrca de 2 000 bôlsas de estudo ao seu pessoal civil e militar.

No setor da habitação foi ultimada a entrega de 529 unidades residenciais.

Assinale-se ainda haver a Marinha apoiado prestimosamente o Projeto Rondon.

EXÉRCITO

Em 1968 pôde o Exército dedicar-se inteiramente às atividades normais de instrução e adestramento de seus efetivos, embora em diversas ocasiões tenha sido chamado a intervir em cooperação com as outras Fôrças Armadas e Polícias dos Estados, a fim de assegurar a ordem e a tranqüilidade pública, perturbadas por elementos subversivos que, infiltrados nos meios estudantis, procuravam explorá-los em benefício de seus interêsses escusos.

Segurança Interna

Atento à sua destinação constitucional, estêve o Exército sempre pronto a garantir os Podêres Constituídos, a lei e a ordem. A onda de agitação, na qual uma minoria subversiva e saudosista pretendeu lançar o País, valendo-se da inexperiência dos jovens e explorando grupos operários que reivindicavam melhoria de salários, não conseguiu sensibilizar a população. Assim, tornou-se limitada a ação do Exército, pois os pequenos focos de perturbação da ordem foram neutralizados, na grande maioria, pelas próprias Fôrcas estaduais.

Reforma Administrativa

Tiveram andamento as medidas, já iniciadas no ano anterior, para a implementação da Reforma no Ministério do Exército. Nesse sentido foram estabelecidas as bases para a organização, implantação e funcionamento dos sistemas auxiliares de orçamentação, administração, contabilidade e auditoria. Atualizou-se igualmente o sistema de pagamento do pessoal, que passou a ser coordenado no Centro de Processamento de Dados do Exército.

Distribuição de Efetivos

Em cumprimento ao Plano Diretor de Rearticulação e de Reorganização das Fôrças Terrestres, foram criadas, extintas ou modificadas inúmeras Organizações Militares do Exército, tendo em vista a sua modernização e maior eficiência. Objetivando acelerar a interiorização de quartéis, em particular nas áreas de Brasília, Amazônia e IV Exército, foi ampliado o dispositivo de fôrças nessas áreas.

Colonização

Prosseguiram os trabalhos para a criação e o desenvolvimento de colônias militares na Região Amazônica, já se encontrando em atividade as de Tabatinga e Oiapoque, em tôrno das quais se estão formando núcleos populacionais, com cêrca de 3 000 e 2 000 habitantes, respectivamente. A essas populações pioneiras tem o Exército propiciado melhores condições de vida, assegurando-lhes habitação, transportes, comunicações, assistência médica e dentária, fornecimento de energia, instrução primária e secundária, bem como campo de trabalho.

Foi firmado convênio com o Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário, estabelecendo bases para o desenvolvimento de Tabatinga e Oiapoque. Por outro lado, deu-se andamento aos estudos para a criação de novas colônias em Príncipe da Beira e Cucuí.

Remonta e Agropecuária

O Exército desenvolveu profícua atividade de assistência hospitalar a animais pertencentes não apenas a unidades militares, mas também a organizações civis e a particulares, e de divulgação de conhecimentos especializados através da criação de Centros de Aprendizagem Agropecuária, particularmente nas unidades com sede em zonas de grande atividade agrícola ou pecuária.

Indústria

Dentro do Plano de Reaparelhamento de Fábricas e Arsenais, adotaram-se as medidas necessárias à aquisição de máquinas e equipamentos, destinados a compor as linhas de fabricação do Fuzil FAL calibre 7,62, NATO, da Fábrica de Itajubá, e da munição 7,62, NATO, da Fábrica do Realengo.

Foi concluído pela Fábrica de Material de Comunicações do Exército o desenvolvimento do protótipo do conjunto-rádio EB-11-ERC-104, padrão nacional, para uso em âmbito de pelotão, e iniciada a fabricação de uma série de 2 100 unidades dêsse equipamento.

Pesquisa e Desenvolvimento

No setor da Pesquisa Tecnológica, deu-se pleno desenvolvimento aos trabalhos de execução do protótipo de um carro de reconhecimento sôbre rodas, segundo características apresentadas pelo Estado-Maior do Exército.

Acha-se em fase de conclusão o projeto do foguete rotativo de 108 mm. incluindo o lançador múltiplo, prevendo-se para 1970 a sua produção e entrega à tropa.

Reequipamento do Exército

Visando libertar-se cada vez mais das importações, tem o Exército procurado interessar a indústria nacional civil em vários setores de suas atividades, particularmente os seguintes:

— viaturas e material de motomecanização;

— armamento e munições;

— material de comunicações;

— equipamento de geração de energia; e

— maquinaria diversa.

Em decorrência dêsse trabalho, foi possível dar prosseguimento ao programa de reaparelhamento do material motomecanizado, já tendo sido recebidas 200 viaturas militares.

Transportes

A participação do Exército no Programa de Transportes foi bastante ativa e eficiente no ano de 1968 e pode ser traduzida pelas seguintes realizações:

No setor rodoviário:

— conclusão da BR-277/373, Ponta Grossa—Foz do Iguaçu;

— prosseguimento da construção da BR-153, Frutal—Ourinhos;

— implantação de 80 km no subtrecho Marília—Ourinhos;

— conclusão do subtrecho Lins—Marília;

— pavimentação do segmento José Bonifácio—Rio Tietê;

— conclusão da terraplenagem no subtrecho Jardim—Bela Vista da BR-419;

— construção da ponte sôbre o rio Sombreiro;

— construção da ponte internacional sôbre o rio Apa;

— implantação de 30 km na BR-267, trecho Jardim—Pôrto Murtinho;

— prosseguimento da implantação da BR-282, no trecho Lajes—São Miguel do Oeste;

— prosseguimento dos serviços de implantação e pavimentação asfáltica da BR-285, Vacaria—São Borja;

— conclusão da pavimentação de trecho rodoviário da BR-101, João Pessoa—Divisa Rio Grande do Norte/Paraíba;

— prosseguimento da implantação e pavimentação de trechos das BR-226, 316-PI, 316-MA e 230-MA;

— conclusão da implantação da BR-119, Pôrto Velho—Guajará-Mirim; e

— conclusão da implantação de trecho da BR-364, Abunã—Rio Branco, e início dos trabalhos para implantação do trecho Rio Branco—Fronteira Brasil/Peru.

No setor ferroviário:

— Com o avanço dos trilhos em 209 km de ferrovias, no Tronco Sul, na L-37, na L-54 e no T-1, foi concluída a ligação ferroviária Brasília—Pôrto Alegre, objetivo final dos trabalhos iniciados em 1964 pelo Exército.

Comunicações

No setor das comunicações realizaram-se atividades no sentido de criar, desenvolver e reaparelhar rêdes-rádio de âmbito nacional e regional, em complemento à rêde de informações, cabendo mencionar: a Rêde de Comando Nacional, a Rêde de Comando da Área do II Exército, a Rêde de Comando da Área do IV Exército, a Rêde de Comando de Área do Comando Militar da Amazônia e o Rádio-enlace Ministério do Exército—Vila Militar, com capacidade inicial de 24 canais telefônicos e possibilidade de ampliação para até 60 canais.

Educação

A participação do Exército no ensino se fêz sentir não só nos setores que lhe são peculiares, mas também, paralelamente, nos níveis primário, secundário e superior, através de 230 Escolas Regimentais ou Escolas Civis assistidas, 7 Colégios Militares, 1 Escola Preparatória de Cadetes e o Instituto Militar de Engenharia, além da formação de especialistas de tipo médio nas Escolas Profissionais das Fábricas Militares.

Merece destaque o fato de Organizações Militares, particularmente as de Engenharia de Construção, ministrarem ensino de nível primário a cêrca de 30 000 crianças.

Incrementando a participação na Campanha Nacional de Alfabetização, foi aumentado para 230, contra 134 no ano anterior, o número de Escolas Regimentais ou assistidas, possibilitando que o conscrito não totalmente alfabetizado, simultâneamente com a instrução militar, prossiga sua alfabetização.

Habitação

Dando seqüência ao Plano de Construção de Residências Militares, o Ministério do Exército construiu 347 unidades para oficiais e sargentos, em todo o território nacional, e tem em fase de conclusão 302 unidades.

AERONAUTICA

Foi altamente positiva a atuação do Ministério da Aeronáutica em 1968. Dentre o elevado número de realizações é possível destacar as seguintes:

Reforma Administrativa

Ativou-se o Destacamento de Manaus com a criação do Grupamento Aeronáutico, tendo por finalidade atender à Amazônia, dentro da orientação do Govêrno de promover o desenvolvimento sócio-econômico da região. Visando a melhor apoiar as linhas do Correio Aéreo Nacional — CAN, foi também ativado o 2º Grupo de Transportes, equipado com aviões DC-6B. Em Santos, passou a funcionar o Centro de Instrução e Emprêgo de Helicópteros.

No tocante a pessoal, foram criados os quadros necessários ao bom funcionamento da Fôrça Aérea e ao cumprimento dos compromissos assumidos pelo Brasil na última Conferência da

Organização de Aviação Civil Internacional, realizada em Buenos Aires.

Foi, ainda, criado o Serviço de Informações da Aeronáutica, corrigindo velha lacuna existente e possibilitando a interligação com os órgãos semelhantes existentes nas outras Fôrças Armadas.

Operações

Foram cumpridas 386 missões em cooperação com as demais Fôrças Armadas, além de operações combinadas em apoio às Manobras do Exército em Minas Gerais e a Operação *Unitas IX*, com as Marinhas de Guerra do Brasil e de outros países. No setor de Busca e Salvamento foram realizadas inúmeras missões em todos os quadrantes do território nacional.

Atividades Aeroespaciais

O Grupo Executivo de Trabalho e Estudos de Projetos Espaciais levou a cabo importantes experiências na Base de Barreira do Inferno, no Rio Grande do Norte, tôdas coroadas de êxito. A mais expressiva foi o lançamento do foguete *Black-Brant IV*, de 2 estágios, com pêso de 1 436 kg.

Reconhecimento Aerofotogramétrico

Com vistas ao desenvolvimento nacional, foram realizadas importantes missões sôbre extensas áreas do nosso território, em colaboração com outros órgãos do Govêrno.

Aeródromos e Aeroportos

Em Brasília progrediram em ritmo acelerado as obras da estação de passageiros e dos pátios de estacionamento. Foram igualmente realizadas reformas, remodelações e construções nas seguintes cidades e localidades: Pôrto Velho, São Luís, Macapá,

Tabatinga, Rio Branco, Tefé, Cucuí, Estirão do Equador, Japurá, Palmeiras, Parnaíba, Fernando de Noronha, Mossoró, Aracaju, Jacarepaguá, Santa Cruz, Belo Horizonte, São José dos Campos, Ponta Porã, Cuiabá, Santa Maria, Lajes e Foz do Iguaçu.

Renovação do Material Aéreo

Chegou ao Brasil um avião presidencial BAC-111, ficando previsto o recebimento de uma segunda aeronave em 1969. Foram adquiridos 6 aviões executivos HS-125, dois dos quais entregues ainda em 1968. Para instrução avançada, compraram-se 40 aviões de vários tipos, tendo sido recebidas 26 unidades nesse ano. Processou-se igualmente a aquisição de 7 aviões de transporte aéreo (sendo 5 DC-6B como parte do pagamento de dívida de emprêsa aérea nacional), 4 de bombardeio e 3 de busca e salvamento.

A êsses contratos somou-se a encomenda de outros 25 aviões de instrução avançada, mencionando-se ainda estudos para se adquirirem modernos aviões de caça, de transporte de tropas, bem como diversos tipos de helicópteros.

Indústria Aeronáutica

Os estudos para concessão de estímulos à indústria aeronáutica nacional mereceram alta prioridade. Em resultado, foram firmados contratos com firma brasileira para a construção de 195 aviões dos tipos Regente e Universal.

Centro Técnico de Aeronáutica

O Centro realizou oficialmente em 1968 o teste de vôo com o protótipo do avião Bandeirante, visando a dotar nossa aviação de um equipamento adaptado às condições brasileiras. Nesse programa o montante despendido foi de cêrca de NCr$ 4,2 milhões.

Ensino

Além da instrução altamente especializada ministrada a seus quadros, deve ser destacada a contribuição da Escola Preparatória de Cadetes ao ensino de grau médio, bem como do Instituto Tecnológico de Aeronáutica — ITA, instituição que, pela excelência dos cursos ministrados, desfruta justo renome internacional.

Plano Habitacional

Foram utilizados NCr$ 12,9 milhões para a construção de residências de militares e civis do Ministério da Aeronáutica, em diversas localidades do território nacional.

ÍNDICE ANALÍTICO

INTRODUÇAO

Parte I

CONSOLIDAÇAC DA RETOMADA DO DESENVOLVIMENTO

Pág.

Resultados do Combate à Inflação 17
Política Fiscal e Monetária 18
Política de Crédito 19
Os Novos Instrumentos de Política Econômica 21
Mercado de Capitais 23

Parte II

EXECUÇAO DO PROGRAMA ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO

AGRICULTURA E ABASTECIMENTO 27
Crescimento do Produto Agrícola 27
Pesquisa Agrícola 29
Programa de Sementes 29
Fertilizantes e Corretivos 30
Irrigação 30
Mecanização 31
Eletrificação Rural 31
Extensão Rural 32
Desenvolvimento Florestal 32
Reforma Agrária 33
Produção Animal e Defesa Sanitária 33
Pesca 34
Sistema de Abastecimento 35
Apoio Econômico e Financeiro 35

Pág.

INFRA-ESTRUTURA ECONÔMICA 36

Transportes 36

Politica de Transportes 36

Setor Ferroviário 37

Setor Rodoviário 39

Setor de Marinha Mercante 40

Setor de Portos e Vias Navegáveis 41

Transporte Aéreo 43

Comunicações 44

Sistema Nacional de Telecomunicações 44

Serviços Telefônicos 49

Correios e Telégrafos 50

Energia 51

Petróleo 51

Conselho Nacional do Petróleo 51

Petrobrás 52

Refinação, Petroquímica e Industrialização do Xisto 53

Mercado de Derivados do Petróleo 54

Importação de Petróleo 54

Importação de Derivados do Petróleo 54

Energia Elétrica 55

Energia Nuclear 58

Gás Combustível 59

Carvão 59

REDUÇAO DE CUSTOS BÁSICOS 60

Custos Financeiros 60

Transportes 62

Energia Elétrica 62

Óleo Combustível 63

Enxôfre 63

Sal 64

Borracha 64

Cimento 65

Pág.

CONSOLIDAÇÃO DE INDÚSTRIAS BÁSICAS 65

Mineração 65
Siderurgia 67
Metais Não-Ferrosos 68
Química e Petroquímica 69
Mecânica, Elétrica e Bens de Capital 71
Indústria de Construção Civil e de Materiais de Construção 73
Indústrias Tradicionais 75

REFORMA ADMINISTRATIVA 75

Operação Desemperramento 76
Reestruturação de Órgãos 77
Programa de Descentralização Regional 77
Semana da Reforma Administrativa 77
Transferência para Brasília 77
Nova Sistemática de Ação 78

PESQUISA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA 79

Conselho Nacional de Pesquisas 79
Comissão Nacional de Energia Nuclear 80
Comissão Nacional de Atividades Espaciais 81
Fundo de Desenvolvimento Técnico-Científico 81

INFRA-ESTRUTURA SOCIAL 82

Educação 82
Administração e Planejamento 82
Reforma Universitária 83
Expansão e Aperfeiçoamento do Sistema de Ensino 84
Ensino Primário 84
Ensino Médio 85
Ensino Superior 86

Habitação 87

Saúde 89
Erradicação de Doenças Transmissíveis 89
Assistência Médico-Sanitária 92

Saneamento Básico 94

Trabalho e Previdência Social 95

Pág.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL 100

Amazônia 100

Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia 100

Superintendência da Zona Franca de Manaus 101

Banco da Amazônia S.A. 102

Nordeste 102

Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste 102

Superintendência do Vale do São Francisco 104

Banco do Nordeste do Brasil S.A. 104

Centro-Oeste e Sul 105

Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste 105

Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul 105

Parte III

POLÍTICA EXTERNA E COMÉRCIO INTERNACIONAL

POLÍTICA EXTERNA 109

Conjuntura Mundial 109

Conjuntura Regional 110

Relações Bilaterais 111

COMÉRCIO INTERNACIONAL 114

Exportações 119

Importações 121

Transações de Invisíveis 122

Movimento de Capitais 123

Endividamento Externo 124

Endividamento Compensatório 124

Política Cambial 125

Café 125

Parte IV

JUSTIÇA E FÔRÇAS ARMADAS

JUSTIÇA 129

FÔRÇAS ARMADAS 134

Estado-Maior das Fôrças Armadas 134

Marinha 135

Reforma Administrativa 135

Plano Diretor 136

Operações 136

Incorporações de Novas Unidades 137

Construção Naval 137

Armamento 138

Pesquisas 138

Navegação 138

Integração da Amazônia 138

Assistência Social 139

Exército 139

Segurança Interna 139

Reforma Administrativa 140

Distribuição de Efetivos 140

Colonização 140

Remonta e Agropecuária 141

Indústria 141

Pesquisa e Desenvolvimento 141

Reequipamento do Exército 141

Transportes 142

Comunicações 143

Educação 143

Habitação 144

Aeronáutica 144

Reforma Administrativa 144

Operações 145

Pág.

Atividades Aeroespaciais 145
Reconhecimento Aerofotogramético 145
Aeródromos e Aeroportos 145
Renovação do Material Aéreo 146
Indústria Aeronáutica 146
Centro Técnico de Aeronáutica 146
Ensino 147
Plano Habitacional 147

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL
1969